



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

FLÁVIA VERÔNICA MARQUES CALASANS

**DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO PARA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR EM ÂMBITO MUNICIPAL**

**SALVADOR
2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

FLÁVIA VERÔNICA MARQUES CALASANS

**DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO PARA
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR EM ÂMBITO MUNICIPAL**

Trabalho de conclusão submetido ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos

SALVADOR
2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde, SIBI - UFBA.

C143 Calasans, Flávia Verônica Marques
Desenvolvimento e aplicação de um protocolo para avaliação do
programa nacional de alimentação escolar em âmbito municipal/
Flávia Verônica Marques Calasans – Salvador, 2013.

225 f.

Orientadora: Prof^aDr^aSandra Maria Chaves dos Santos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
Escola de Nutrição, 2013.

1. Nutrição. 2. Alimentação Escolar. 3. Saúde. I. Santos,
Sandra Maria Chaves dos. II. Universidade Federal da Bahia. III.
Título.

CDU 612.39

TERMO DE APROVAÇÃO

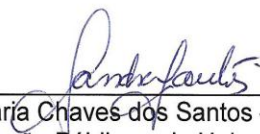
FLÁVIA VERÔNICA MARQUES CALASANS

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

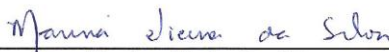
**DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE UM PROTOCOLO
PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM ÂMBITO MUNICIPAL**

Aprovada em 20 de março de 2013.

Banca Examinadora:



Sandra Maria Chaves dos Santos – Orientadora
Doutora em Administração Pública pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal da Bahia



Marina Vieira da Silva
Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo
Universidade de São Paulo



Cristina Maria Meira de Melo
Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia



Ryzia de Cássia Vieira Cardoso
Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa
Universidade Federal da Bahia

Salvador, Bahia

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz,
de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

À Deus, Luz de infinita e universal Sabedoria, que protege e orienta a todos.

Aos meus antepassados pelas oportunidades e sublimes orientação e proteção no cumprimento da minha missão.

À minha família pelos incentivos para persistir nos caminhos da educação e exemplos para reflexão; a Juan Carlos, “mi Amor”, pela compreensão, apoio, paciência e carinho nesses longos tempos; aos amigos pelo entendimento das necessidades do momento, especialmente à minha irmã Fábria pela paciência, disponibilidade e confortante auxílio encorajador.

À professora Sandra Chaves – minha referência - pelas orientações, competência, paciência, esperança e muito trabalho para realizar um mundo diferente.

A todos (as) os (as) amigos (as) do mestrado, pela convivência fortalecedora nos momentos de tensão, angústia e descontração. Obrigada pela oportunidade!

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde e da Escola de Nutrição da UFBA pelos aprendizados nesta formação, presteza em ajudar, oportunidades concedidas e confiança no meu trabalho.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação, Sr. José Carlos Carvalho, pela cordial amizade, generosidade e competência.

Aos pesquisadores e estudantes do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas, pela inestimável colaboração para realização deste trabalho;

À equipe CECANE/UFBA pelas contribuições e gentileza em colaborar com a realização do estudo.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - Ba e entrevistados pelas valiosas contribuições e colaboração para coleta de dados desse estudo.

Aos amigos das prefeituras municipais baianas pelas oportunidades, confiança e aprendizados sobre a gestão do Programa de Alimentação Escolar.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a todos que contribuem direta ou indiretamente para que minha vida seja muito melhor, especialmente à D. Ritinha, Marilygia, Tia Mariu, Moniquinha e Dani.

Muito obrigada!

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 1 - AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: DESENVOLVIMENTO DE UM PROTOCOLO DE INDICADORES

- | | | |
|----------|---|----|
| QUADRO 1 | PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE GESTÃO, SALVADOR, BAHIA, 2012. | 26 |
| QUADRO 2 | PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. | 29 |
| QUADRO 3 | PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. | 31 |
| QUADRO 4 | ESCALA DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PNAE. SALVADOR, 2012. | 35 |

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 2 – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO BAIANO

QUADRO 1	ESCALA DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.	49
QUADRO 2	RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE GESTÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.	52
QUADRO 3	RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.	56
QUADRO 4	RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.	62
QUADRO 5	RESULTADO DA PONTUAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.	68
QUADRO 6	PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE GESTÃO, SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA, 2012.	77
QUADRO 7	PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA, 2012.	80
QUADRO 8	PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA, 2012.	82

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	01
ARTIGO 1 - Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores	
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 METODOLOGIA.....	18
2.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO	18
2.1.1 O Espaço da Avaliação.....	18
2.1.2 O Foco da Avaliação.....	20
2.1.3 A Construção da Imagem-Objetivo do PNAE.....	22
2.1.3.1 As Dimensões da Proposta de Avaliação.....	22
2.2 ATUALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES	24
2.2.1 Protocolo de indicadores para avaliação.....	24
2.3 O PLANO DE ANÁLISE.....	34
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
ARTIGO 2 – Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de caso em um município baiano	
1 INTRODUÇÃO.....	44
2 METODOLOGIA.....	46
2.1 DESENVOLVIMENTO DO PROTOCOLO DE INDICADORES.....	46
2.2 TRABALHO DE CAMPO.....	48
2.3 PLANO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS	49
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51

3.1	DESEMPENHO NA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE GESTÃO.....	51
3.2	DESEMPENHO DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	55
3.3	DESEMPENHO DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	61
3.4	DESEMPENHO GLOBAL DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE ..	68
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
	REFERÊNCIAS.....	72
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	APÊNDICES.....	88
	APÊNDICE A– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	89
	APÊNDICE B– Roteiros para coleta de dados.....	99
	APÊNDICE C – Projeto de Qualificação.....	138

APRESENTAÇÃO

“Desenvolvimento e aplicação de um protocolo para avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal” é tema e título do projeto de pesquisa que originou este trabalho de conclusão, o qual se propôs a contribuir para a avaliação do desempenho municipal do PNAE, a partir da análise das oportunidades e obstáculos encontrados na execução local.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em execução desde 1955, ininterruptamente, objetiva, segundo a normativa vigente, contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos da educação básica, por meio da complementação alimentar, a partir da transferência de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para instâncias locais.

A partir de 1994, sob o Governo de Itamar Franco, foi iniciado o processo de descentralização na direção dos estados e municípios, aumentando o nível de responsabilidade local com a execução do programa e o volume de recursos investidos para o alcance das metas, bem como o quantitativo de estudantes beneficiados anualmente, tendo sido ampliado o atendimento aos alunos do ensino médio e educação de jovens e adultos, a partir da publicação da Lei nº. 11.947, em 16 de junho de 2009.

Assim, torna-se relevante a avaliação do PNAE para qualificar o programa, com vistas ao reforço, redirecionamento e reformulação das ações e otimização dos investimentos. Entretanto, não se tem conhecimento de metodologias avaliativas sistemáticas e globais, pautadas em estudos validados, destinados a essa política. Com isso existem limites para o reconhecimento do alcance dos objetivos do PNAE em diferentes cenários locais.

A temática avaliação de políticas e programas sociais no Brasil vem adquirindo notoriedade, especialmente a partir do Governo Lula da Silva (2003), devido à ênfase conferida às políticas públicas relacionadas, dentre outros, à segurança alimentar e nutricional que compõem a agenda pública nacional.

Portanto, o desenvolvimento da proposta metodológica aqui apresentada para avaliação do desempenho municipal do PNAE se propõe a contribuir para o preenchimento desta lacuna.

Este trabalho de conclusão está integrado por dois artigos, contemplando o desenvolvimento da proposta metodológica e os resultados do trabalho de campo. No primeiro

artigo “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores” será exposta a metodologia elaborada para avaliação do desempenho municipal do PNAE. No segundo, “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de caso em um município baiano” são apresentados os resultados da aplicação da metodologia desenvolvida no município de São Francisco do Conde-Ba.

Desta forma, espera-se que outros estudos sejam desenvolvidos para o aprimoramento da metodologia de avaliação do PNAE e que esta possa ser aplicada pelos gestores do programa em âmbito municipal, contribuindo para sistematizar o processo de avaliação deste tipo intervenção na gestão pública brasileira.

ARTIGO 1

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
DESENVOLVIMENTO DE UM PROTOCOLO DE INDICADORES**

SALVADOR

2013

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar o processo de desenvolvimento de uma proposta metodológica para avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir de um protocolo de indicadores. As etapas do processo incluíram: (1) abordagem teórico-metodológica sobre a política e sobre avaliação e decisões conceituais para construção da imagem-objetivo do PNAE e definição das dimensões de análise, a saber: gestão; participação e controle social e eficiência alimentar e nutricional; (2) a seleção dos indicadores, definição de parâmetros e o plano de análise, considerando estudos existentes e as normas vigentes. O protocolo resultante consta de 35 indicadores, parâmetros, meios de verificação e premissas. Uma escala de desempenho na implementação do programa com quatro condições foi proposta para análises dos resultados, por dimensão e global, sendo possível a identificação de fatores que constroem e/ ou favorecem a execução do programa na direção da imagem-objetivo. A metodologia de avaliação apresentada permite o diagnóstico inicial da execução do programa e o monitoramento de suas ações, mediante a replicação sistemática do protocolo de indicadores pela equipe de gestão. Esta metodologia poderá contribuir para a redução da lacuna na área de avaliação e aperfeiçoamento da execução do Programa.

Palavras-chave: programas de nutrição, alimentação escolar, avaliação de programas e projetos de saúde.

ABSTRACT

This article presents the development process of a methodology designed for evaluating the performance of The National School Meals Program (PNAE) at a municipal level by a set of indicators. The process comprised the following steps: (1) consider the theoretical and methodological aspects and the conceptual decisions to construct the image-objective of the programs and the dimensions for analysis, i.e., management, social participation and control, and food and nutrition efficiency; (2) selection of indicators, parameters and the analysis plan considering the assumptions that underlie the results achieved from existing studies and present legislation. The protocol constructed have 35 indicators, parameters, means of verification and premises. A performance assessment scale was elaborated with four conditions to analyse the results, for each dimension and in a global way, with the possibility for each result to identify the factor that constrained and / or promoted better program execution. The evaluation methodology presented, allows both the initial diagnosis of the program, as in the monitoring of their actions through the systematic replication of protocol indicators by the management team. This methodology could therefore contribute to reducing the gap in the area of evaluation and improvement of the implementation of the Program.

Key-words: nutrition programs, school feeding, program evaluation.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a mais antiga e ininterrupta política pública brasileira objetivando, segundo as normas vigentes mais recentes, contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos da educação básica, incluindo a educação de jovens e adultos, por meio da complementação alimentar, a partir da transferência de recursos financeiros federais para instâncias locais (BRASIL, 2013; HOFFMAN, 2012).

A partir de 1994, o PNAE passou a ser descentralizado na direção dos estados e municípios, a exemplo do ocorrido com outras políticas e programas à época, visando a melhoria do seu desempenho e alcance das metas de forma contínua, economicamente sustentável e com a participação da comunidade local (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Assim, sendo crescente o volume de recursos investidos para implementação do programa, bem como o quantitativo de estudantes beneficiados anualmente, torna-se relevante a avaliação do PNAE a fim de respaldar as decisões direcionadas ao aperfeiçoamento e alcance das metas do programa.

Entretanto, não se tem conhecimento de instrumentos avaliativos sistemáticos e globais, pautados em metodologias validadas, destinados exclusivamente a essa política. Com isso existem limites para o reconhecimento do alcance dos objetivos do PNAE em diferentes cenários locais. Portanto, o desenvolvimento da proposta metodológica aqui apresentada para avaliação do desempenho municipal do PNAE, originalmente elaborada por Silva (2009), se propõe a contribuir para o preenchimento da lacuna existente no processo de avaliação.

Este modelo teórico-metodológico foi concebido a partir de decisões conceituais que orientaram a construção da imagem-objetivo do programa. Para a atualização do protocolo de indicadores foram considerados os estudos referentes à avaliação do PNAE, embora sobre aspectos parciais, a legislação vigente, o entendimento das peculiaridades da execução do programa no município a partir do relato de diferentes atores sociais envolvidos e novas propostas de metodologias avaliativas da área, elaboradas por pesquisadores de outras universidades brasileiras.

Os momentos que antecederam a atualização do protocolo de indicadores foram fundamentais para supressão, manutenção e/ou definição de novos indicadores, em virtude da

especificidade dos diferentes modelos de gestão que podem ser adotados para a implementação local do programa, quais sejam a autogestão, terceirização e escolarização.

Assim, importou considerar também nessa atualização a imagem-objetivo do PNAE e as dimensões de análise definidas por Silva (2009), sendo a primeira baseada nos princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na legislação vigente e a segunda com vistas a contemplar, independentemente da modalidade adotada, os aspectos mais relevantes na execução do programa, a saber: a) gestão; b) participação e controle social; c) eficiência alimentar e nutricional.

De maneira semelhante, foi realizada a atualização e elaboração das premissas, parâmetros, fórmulas para obtenção dos resultados, pontuação e meios de verificação. Na sequência, foi revisto o plano de análise, cuja proposta torna possível obter duas espécies de resultados avaliativos com a aplicação dessa metodologia, a saber: a) por dimensão de análise; b) desempenho global do PNAE no município.

A seguir apresenta-se a metodologia para avaliação do desempenho PNAE, em nível local, estruturada em três momentos. Inicialmente são dispostos os aspectos teórico-metodológicos orientadores da proposta de avaliação, assim como as decisões conceituais adotadas para definição da imagem-objetivo do PNAE e das dimensões de análise. Em seguida, explicita-se o processo de atualização do protocolo de indicadores. Ao final, descreve-se o plano de análise elaborado para traduzir de forma objetiva as premissas que fundamentam os resultados. A seção considerações finais encerra o artigo.

2 METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA AVALIAÇÃO

2.1.1 O Espaço da Avaliação

A mais antiga e permanente política social de intervenção do governo federal para complementação alimentar e nutricional direcionada à população escolar completou 57 anos de existência, em 2012, prevendo beneficiar 45 milhões de estudantes da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas com orçamento federal de 3,3 bilhões de reais (BRASIL, 2013).

Inicialmente criado sob forma de Campanha da Merenda Escolar vinculado à Comissão Nacional de Alimentação e integrado ao Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pode ser considerado o resultado concreto da preocupação governamental com a alimentação de grupos vulneráveis, especialmente escolares, por influência de nutrólogos-pesquisadores sociais, dentre os quais se destaca Josué de Castro (VASCONCELOS, 2005).

O alcance dessa campanha relacionava-se, à época, a poucas escolas dos estados da Bahia, Pernambuco, Pará e Espírito Santo, objetivando a suplementação alimentar sob gestão centralizada. Entre 1965 e 1980, o programa adquiriu abrangência nacional na Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Entretanto as transformações sociais e políticas ocorridas em território brasileiro resultaram na necessidade de redefinição do perfil das políticas sociais. Ocorreu então a extinção da CNAE e criação do Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE), em 1981, o qual foi substituído pela Fundação da Assistência ao Estudante (FAE/MEC), em 1983. Com a promulgação da Constituição de 1988 enfatizou-se a descentralização de responsabilidade do ente federal para estados e municípios na gestão de programas sociais, com impacto sobre o PNAE (PIPITONE et al., 2003; SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Apesar das alterações no cenário político e administrativo brasileiro, a continuidade do sistema centralizado para aquisição de alimentos do PNAE obstaculizava o alcance do desempenho satisfatório do programa, uma vez que os complexos sistemas de fornecimento e armazenamento dos produtos, a cartelização dos fornecedores, os elevados custos, além dos

cardápios padronizados e não condizentes com os hábitos alimentares dos estudantes comprometiam a eficácia dos resultados (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

A descentralização do PNAE vinha sendo experimentada desde 1983, ainda que timidamente, nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, devido ao grande interesse das indústrias alimentícias de formulados e industrializados, beneficiadas pelo sistema de compra centralizado e, portanto, resistentes às mudanças que estariam por vir, o processo de descentralização foi paralisado, sendo retomado a partir de 1994, de forma gradual, respaldado pela Constituição de 1988 e pela crise do PNAE, em 1990, resultante das manifestações de gestores públicos municipais quanto à ineficiência do sistema centralizado de gestão do programa (PIPITONE et al., 2003; SPINELLI; CANESQUI, 2002). A partir desse período, o poder decisório foi sendo transferido do âmbito nacional para outras esferas de governo, com redefinição da estrutura de gestão, inclusive financeira, resultando em nova divisão de poder e responsabilidades entre níveis federal, estadual e municipal (BRASIL, 1994; GUIMARÃES; GIOVANELLA, 2004; PIPITONE, 1997; SPINELLI; CANESQUI, 2002; STEFANINI, 1997).

A continuidade do processo de descentralização do programa foi realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão que substituiu a FAE, extinta em 1997, objetivando, principalmente, o alcance da autonomia municipal; planejamento das aquisições de alimentos viabilizado pela transferência de recursos financeiros complementares de forma sistemática; melhoria da qualidade das refeições e regularidade da oferta; diminuição dos custos operacionais; atendimento aos hábitos alimentares regionais; incentivo ao desenvolvimento da economia local; estímulo à participação da comunidade local na execução e controle do Programa (NOGUEIRA, 2004; PIPITONE, 1997; SANTOS; SANTOS, 2007; STURION, 2002; UNICAMP, 1999; VIEIRA et al., 2008).

Assim, progressivamente, os recursos financeiros que inicialmente eram transferidos aos estados e municípios por meio de convênios passaram a ser enviados a estes, a partir de 1998, sem a necessidade de instrumentos legais, e com o atributo de serem destinados exclusivamente à compra de alimentos. Ademais, os entes federados assumiram a responsabilidade por todas as etapas de implementação do programa, a saber: recebimento, complementação e administração dos recursos financeiros, elaboração dos cardápios, aquisição dos alimentos, preparo e distribuição da alimentação, controle de qualidade, avaliação e prestação de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além da criação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Importa destacar que ao CAE - órgão colegiado de caráter fiscalizador, deliberativo e autônomo segundo as normas vigentes – foram atribuídas tarefas de fiscalização da aplicação dos recursos e ampliação da participação social na gestão governamental, sendo, posteriormente, responsável por, junto à entidade executora, realizar o monitoramento da qualidade da alimentação quanto às condições higiênicas e aceitabilidade das preparações dos cardápios oferecidos (BRASIL, 2009; PIPITONE et al., 2003; SILVA, 2009).

Entretanto, contrariamente ao pensamento otimista da época sobre a descentralização de programas e políticas públicas, Arretche(1996) sinaliza que o simples deslocamento de recursos e responsabilidades pode não garantir a concretização dos ideais democráticos, pois esse novo cenário poderia se configurar em uma alternativa aos limites e vícios postos pelas instituições em nível federal, assim como constituir-se, em certa medida, em instrumento de dominação em outros níveis da administração pública. De maneira equivalente, Souza e Carvalho (1999) alertam para as contradições e limites da descentralização, principalmente, pela existência de aspectos heterogêneos, complexos e específicos nos estados e municípios brasileiros que podem influenciar na capacidade de execução das políticas sociais descentralizadas.

Assim, apesar de toda estrutura instituída, a ausência de dados oficiais sobre avaliações globais, regulares e sistemáticas do PNAE, em nível municipal, vem impossibilitando a verificação do alcance das mudanças propostas, a partir da descentralização do programa, e dificultando a tomada de decisões para subsidiar as correções necessárias ou manter as ações adotadas de maneira que os resultados correspondam aos investimentos realizados. Por isso, na perspectiva de contribuir para a diminuição da lacuna existente na área de avaliação, apresenta-se uma proposta metodológica para avaliação do desempenho municipal do PNAE.

2.1.2 O Foco da Avaliação

Avaliação é um conceito em evolução, modificado pela incorporação de diferentes perspectivas ao longo do tempo, embora pareça haver consenso da sua utilização como processo sistemático de obtenção de informações confiáveis para formação de juízo de valor sobre o objeto investigado e útil à tomada de decisões racionais e inteligíveis com vistas à melhoria das situações estudadas ou observadas(CHAVES-DOS-SANTOS; SAMPAIO, 2008; GUIMARÃES et al., 2004).

A inclusão da avaliação de políticas e programas sociais na agenda pública brasileira somente ocorreu a partir dos anos 80 do século passado, em meio às mudanças no cenário político-econômico caracterizado pelos movimentos de redemocratização do Estado e descentralização de programas e políticas públicas para outros níveis de governo (CAMPOS et al., 2008; COSTA; CASTANHAR, 2003; PEREIRA; SPINK; SERRA, 2006). A recente notoriedade alcançada pelos processos avaliativos deve-se à capacidade de respaldar a alocação racional de recursos no orçamento público diferentemente da função legitimadora que a avaliação assumiu na década de 1990 (DERLIEN, 2001).

Entretanto, a incipiência e o caráter parcial e assistemático das avaliações das políticas e programas públicos são características praticamente consensuais entre estudiosos brasileiros (COSTA; CASTANHAR, 2003; SANTOS; SANTOS, 2007), apesar do reconhecimento destes sobre a relevância e pertinência desta ferramenta de gestão no processo de implementação das políticas sociais na administração pública (TREVISAN; BELLEN, 2008). Ademais, a carência de estudos direcionados aos processos e às metodologias de avaliação pode ser atribuída a pouca utilização desse instrumento de gestão pelo setor público brasileiro, em todas as esferas do governo (FARIA, 2005; SOUZA, 2006; TREVISAN; BELLEN, 2008).

No que se relaciona aos aspectos metodológicos, a avaliação de programas utilizada por diferentes países e organismos internacionais pode ser sistematizada em três principais categorias. A primeira, avaliação de metas, tem o propósito de medir o grau de êxito de um programa em relação ao alcance das metas previamente estabelecidas atribuindo-lhes valores, em função do nível de cumprimento do que foi proposto. A segunda, denominada avaliação de impacto, objetiva detectar as mudanças ocorridas nas condições de vida de um grupo-alvo ou comunidade, como resultado da implementação do programa, e se estas aconteceram na direção desejada. A terceira categoria, intitulada avaliação de processos ou formativa, refere-se à investigação sistemática do desenvolvimento de programas sociais com o propósito de detectar obstáculos e oportunidades durante a sua execução e gerar dados importantes para sua reprogramação ou permanência, por meio do registro de eventos e atividades (CARVALHO, 2003; COSTA; CASTANHAR, 2003).

Assim, com intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do processo de implementação do programa, optou-se pela avaliação de processos, como orientadora da presente proposta metodológica tendo em vista a imagem-objetivo definida.

2.1.3 A Construção da Imagem-Objetivo do PNAE

Na construção do modelo teórico-metodológico para avaliação do desempenho municipal do PNAE elaborado originalmente por Silva (2009), foi necessária a definição da imagem-objetivo do programa, ou seja, o nível ótimo de execução deste, considerando os princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na legislação vigente.

Nesse aspecto, importou na tomada de decisão a descentralização do programa visando à autonomia administrativa municipal; o incentivo ao desenvolvimento sustentável da economia local; o acompanhamento da execução financeira e operacional do programa por meio da participação e controle social do CAE; além da oferta da alimentação escolar com vistas à promoção da universalidade, equidade, sustentabilidade e continuidade. Ademais, considerou-se a capacidade do programa no atendimento às necessidades nutricionais específicas dos estudantes, respeitando-se os hábitos, práticas e preferências alimentares por meio do emprego da alimentação saudável e adequada com a inclusão de ações para educação alimentar e nutricional.

Portanto, a imagem-objetivo que serviu de referência para a construção e atualização do protocolo de indicadores e plano de análise foi a seguinte: o PNAE deve ser implementado em nível municipal com autonomia, participação e controle social, visando garantir a cobertura universal e o atendimento regular da população alvo na direção de somar para a segurança alimentar e nutricional entre escolares ^[4].

2.1.3.1 As Dimensões da Proposta de Avaliação

A partir da definição da imagem-objetivo e para contemplar as nuances do PNAE, foram identificados três aspectos inerentes e relevantes a quaisquer modalidades de gestão do programa, os quais foram articulados em dimensões. A primeira, dimensão de gestão, refere-se o conjunto de fatores administrativos, técnicos e financeiros que incidem na decisão e execução do PNAE. A dimensão de participação e controle social refere-se ao exercício da participação social e controle no acompanhamento das ações para implementação do programa. E a terceira, intitulada dimensão de eficiência alimentar e nutricional, refere ao conjunto de condições necessárias para que a oferta alimentar do programa atenda às necessidades nutricionais dos escolares, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PNAE. Isto implica em avaliar desde

as condições estruturais para produzir e distribuir as refeições, de acordo com o perfil nutricional e de saúde da população alvo, como a qualidade do que é ofertado, em termos técnicos e na perspectiva dos sujeitos de direito, via avaliação da aceitabilidade.

Dessa maneira, sendo as dimensões intercomplementares, o conjunto de resultados obtidos traduz o grau de aproximação da execução do Programa à imagem-objetivo assumida, embora separadamente contemple dois tipos de resultados, a saber: 1. Resultados de processo - relacionados à norma vigente do programa e atributos técnicos, administrativos, operacionais e de participação social no controle e acompanhamento das ações que dão sustentabilidade e possibilitam aproximações com o *modus operandi* implementação do PNAE, em âmbito municipal; 2. Resultados finalísticos – voltados ao alcance dos objetivos e metas esperados, contribuindo para ações de promoção de SAN entre os escolares.

2.2 ATUALIZAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES

Na proposta metodológica de avaliação do desempenho municipal do PNAE elaborada por Silva (2009) foram propostos 28 indicadores, dispostos nas dimensões de análise anteriormente citadas. Neste estudo a atualização do protocolo de indicadores original foi realizada considerando os mesmos critérios utilizados pela referida autora. Assim, foram consideradas as modificações da legislação do programa no período compreendido entre a socialização do protocolo de indicadores original (2009 a 2011), bem como o desenvolvimento de outras investigações de natureza semelhante disponibilizadas por pesquisadores de universidades brasileiras.

A partir dessas informações realizou-se a revisão, supressão e elaboração de indicadores com base nas seguintes características ou propriedades: validade - para que o indicador pudesse refletir o que pretendia avaliar; factibilidade e confiabilidade - a fim de tornar as informações disponíveis, acessíveis e confiáveis para o seu cômputo; inteligibilidade - característica de ser compreensível a todos os agentes participantes do processo avaliativo; e reprodutibilidade - a fim de garantir a aplicação do instrumento em outras realidades (JANUZZI, 2001; PANELLI-MARTINS, 2007; SILVA, 2009).

No processo de revisão dos indicadores ficou evidente o caráter incipiente e parcial das proposições metodológicas para avaliação do PNAE, dificultando a reunião ou adaptação de indicadores e parâmetros já testados. Dessa maneira no modelo proposto os indicadores e

parâmetros para avaliação dos resultados, os quais delimitam critérios de sucesso para cada um dos indicadores, foram definidos a partir do arcabouço normativo do PNAE que projeta uma imagem-objetivo para o desempenho do programa no município.

2.2.1 Protocolo de Indicadores para Avaliação

Na sequência, os 35 indicadores resultantes desse processo de atualização foram organizados nas dimensões de análise propostas, a saber: 13 indicadores na dimensão de gestão; 08 indicadores na dimensão de participação social e controle e 14 indicadores na dimensão de eficiência alimentar e nutricional. A distribuição dos indicadores nas dimensões de análise permaneceu não equitativa, o que também ocorria no protocolo original, devido às características e grau de evolução das normas do programa sendo, no entanto, igualmente relevantes em seu conjunto para o alcance da imagem-objetivo do PNAE.

Os indicadores, dispostos nos quadros 1 a 3, podem ser lidos em dois sentidos: horizontalmente, da esquerda para a direita, o leitor encontrará a definição do indicador, a fórmula ou critério de obtenção (cálculo a ser realizado de forma a garantir sua inteligibilidade), o parâmetro de classificação (critérios previamente estabelecidos a fim de permitir ao avaliador atribuição de valor analisando o resultado obtido), a pontuação indicada para cada resultado parcial (em referência ao parâmetro estabelecido permitindo a classificação dos resultados) e o meio de verificação de dados (fonte de obtenção dos dados pela qual os dados para o cálculo dos indicadores são obtidos). Finaliza a linha a apresentação da premissa associada ao indicador, a qual justifica sua permanência no protocolo e estabelece o diálogo dos resultados obtidos com a imagem-objetivo. No sentido inverso, visando o fechamento de um ciclo integrado, os resultados de cada indicador devem ser lidos em relação às premissas fundadoras (PANELLI-MARTINS, 2007; SILVA, 2009).

QUADRO 1 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE GESTÃO, SALVADOR, BAHIA, 2012.

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Regularidade no repasse dos recursos do FNDE para o município	Liberação das dez parcelas mensais transferidas pelo FNDE à entidade executora, em 12 meses	Sim Não	10 0	Site público FNDE http://www.fnde.gov.br	A regularidade no repasse dos recursos é importante para garantir a plena implementação do PNAE em âmbito municipal, para toda a população alvo, por 200 dias letivos, sem interrupção.
Volume dos recursos repassados ao município pelo FNDE	Enunciação avaliativa do gestor máximo quanto ao volume de recursos repassados	Satisfação total Satisfação regular Insatisfação	10 5 0	Informante-chave: gestor máximo do PNAE no município	A referência avaliativa positiva do gestor máximo quanto ao volume de recursos financeiros transferidos pelo FNDE se relaciona com a maior viabilidade e operacionalização do Programa no município.
Existência de complementação financeira por parte do município na implementação do PNAE	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de complementação financeira na implementação do PNAE	Sim Não	10 0	Informante-chave: gestor máximo do PNAE no município	A existência do compartilhamento da responsabilidade financeira na oferta da alimentação escolar entre o FNDE, e a entidade executora, reafirma o compromisso com o PNAE, o que soma para melhores resultados.
Avaliação da gestão do PNAE no município pelo CAE	Enunciação avaliativa do CAE a respeito da gestão do PNAE no município	$\geq 75\%$ satisfação total $< 75 - \geq 50\%$ satisfação total $< 50\%$ satisfação total	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A referência avaliativa positiva do CAE quanto à gestão do PNAE no município valida uma implementação com transparência, participação e controle social.
Existência de equipe adequada para gestão do PNAE no município	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de uma equipe adequada pela gestão do PNAE no município	Sim Não	10 0	Informante-chave: gestor máximo ou RT pelo PNAE no município	Quanto mais o município se organiza tecnicamente e administrativamente para a gestão do PNAE, garantindo condições suficientes e adequadas para realização das atividades dos profissionais envolvidos maiores serão as condições do Programa de alcançar os seus objetivos e metas.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 1 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE GESTÃO, SALVADOR, BAHIA, 2012. (continuação ...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural no ano anterior	Enunciação do responsável técnico do PNAE sobre a aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para compra de produtos regionais no ano anterior	Sim Não	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	A aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para compra de gêneros da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais contribui para apoiar o desenvolvimento local sustentável.
Existência de articulação local entre os setores educação e saúde para execução do programa	Enunciação do responsável técnico do PNAE sobre a existência de ações articuladas entre os setores de educação e saúde no âmbito municipal	Sim Não	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O desenvolvimento de ações e projetos articulados e intersetoriais na perspectiva da atenção integral à saúde dos estudantes colaboram para a implementação da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.
Percentual de membros do CAE que referem utilização exclusiva dos gêneros distribuídos às escolas na alimentação escolar	N° de conselheiros do CAE com respostas positivas \times 100 \div total de membros do CAE entrevistados	$\geq 75\%$ de respostas positivas $< 75 - \geq 50\%$ de respostas positivas $< 50\%$ de respostas positivas	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	Quanto maior o percentual de membros do CAE que referem a devida utilização dos gêneros alimentícios distribuídos às unidades escolares na alimentação escolar, mais transparente tende a ser a gestão operacional do PNAE.
Existência de um sistema de monitoramento da produção de refeições nas unidades escolares	Enunciação sobre a existência de um sistema de monitoramento capaz de controlar a produção de refeições nas unidades escolares	Existência de um sistema Ausência de um sistema	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O maior controle na produção de refeições nas unidades escolares, por meio de um sistema de monitoramento com funcionalidade, implica num acompanhamento transparente, refletindo a capacidade de gestão municipal na implementação do PNAE.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 1 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE GESTÃO, SALVADOR, BAHIA, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Avaliação dos diretores das unidades escolares sobre gestão municipal do PNAE	Questionar aos diretores sobre a gestão do PNAE nas escolas	$\geq 75\%$ satisfação total $< 75 - \geq 50\%$ satisfação total $< 50\%$ satisfação total	10 5 0	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	A enunciação avaliativa dos gestores sobre a gestão municipal do programa soma para a avaliação do contexto local de execução, sendo estes atores aqueles que administram o cotidiano do programa na unidade escolar.
Conhecimento das normas do PNAE pelos diretores das escolas	Número de diretores entrevistados que referem conhecer as normas do programa	Todos os diretores entrevistados referem conhecer as normas do programa Um ou mais diretores referem desconhecer as normas do programa	10 0	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	O melhor entendimento sobre as normas e metas do PNAE pelos gestores do Programa no âmbito escolar auxilia para uma operacionalização eficiente que contemple os usuários.
Existência de auxiliares de alimentação escolar, exclusivas para a função, em pelo menos dois turnos de funcionamento da escola	Número de escolas onde há auxiliares de alimentação escolar exclusivas para a função em pelo menos 2 turnos	Todas as escolas contam com auxiliares de alimentação para atender a pelo menos dois turnos Um ou mais escolas sem auxiliares de alimentação para atender a pelo menos dois turnos	10 0	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	A existência de um profissional responsável unicamente pelo preparo da alimentação escolar demonstra a organização operacional do PNAE.
Avaliação dos membros do CAE sobre regularidade na oferta das preparações nas escolas	Enunciação avaliativa dos membros do CAE sobre regularidade na oferta das preparações nas escolas	$\geq 75\%$ dos membros do CAE referem regularidade na oferta $< 75\%$ dos membros do CAE referem irregularidade na oferta	10 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A maior regularidade na oferta da alimentação escolar, considerando os 200 dias letivos, soma para a imagem objetivo do programa.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 2 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Existência de marco legal para atuação do CAE	Enunciação do presidente do CAE sobre a existência de regimento interno	Sim Não	10 0	Informante-chave: presidente do CAE	O regimento interno organiza a atuação do CAE, validando a existência formal de controle social sobre o PNAE.
Frequência anual de reuniões do CAE	Número de reuniões do CAE ao longo do ano letivo	≥ 5 reuniões ao ano 2 - 4 reuniões ao ano ≤ 1 reunião ao ano	10 5 0	Informante-chave: presidente do CAE	Quanto maior o número de reuniões realizadas pelo CAE, maior a mobilização e a expressão da sua participação social no controle da implementação do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem conhecer as normas e metas do PNAE	Número de membros do CAE com respostas positivas × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas < 75 - ≥ 50% de respostas positivas < 50% de respostas positivas	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	O melhor entendimento dos membros do CAE sobre as normas e metas do PNAE auxiliam num controle social pleno e participativo.
Percentual de membros do CAE que referem adequação quanto às condições oferecidas pelo município na viabilização de suas atividades	Número de membros do CAE que referem adequação × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas < 75 - ≥ 50% de respostas positivas < 50% de respostas positivas	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A garantia ao CAE de uma infraestrutura adequada, necessária à plena execução das atividades de sua competência, assim como a disponibilização de documentos e informações referentes à execução do PNAE, em todas as suas etapas, é função obrigatória do município, assegurando o controle social na implementação do Programa.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 2- PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Percentual de membros do CAE capacitados para a supervisão da qualidade da alimentação escolar	$\text{Número de membros do CAE capacitados} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	Informante-chave: presidente do CAE	Quanto maior o número de membros capacitados sobre a adequada verificação da qualidade da alimentação oferecida pelo PNAE, maior a eficiência na operacionalização e alcance dos objetivos e metas do Programa.
Percentual de unidades escolares visitadas pelo CAE nos últimos dois anos	$\text{Número de escolas visitadas pelo CAE nos últimos 2 anos} \times 100 \div \text{total de unidades escolares avaliadas}$	$\geq 75\%$ das unidades $< 75 - \geq 50\%$ das unidades $< 50\%$ das unidades	10 5 0	Informante-chave: presidente do CAE	A plena execução das ações do CAE refletem o nível de controle social na implementação do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem participar da análise da prestação de contas do programa	$\text{Número de membros do CAE que participam da análise da prestação de contas} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A apreciação das contas do Programa pelo CAE assim como o registro do resultado da análise em ata contribui para maior transparência da gestão operacional do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem acompanhar a execução do contrato de gestão da alimentação escolar	$\text{Número de membros do CAE que referem acompanhar o contrato de gestão} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	O acompanhamento de documentos (contrato de gestão, editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras) necessários ao desempenho das atividades do CAE corrobora para operacionalização responsável do Programa no município.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 3 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Percentual de escolas em condições para o armazenamento da alimentação escolar	Número de escolas em condições adequadas para o armazenamento da alimentação escolar, segundo a resolução ANVISA nº 216/2006 $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para o armazenamento da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Percentual de escolas em condições desejáveis para o preparo da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis para o preparo da alimentação escolar $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para o preparo da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Percentual de escolas em condições desejáveis para a distribuição da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis para a distribuição da alimentação escolar $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para a distribuição da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Adequação do número de nutricionistas para o PNAE, segundo o quantitativo de alunos e modalidade de ensino	Número de nutricionistas por número de estudantes, por modalidade de ensino, segundo a resolução CFN nº 465/2010	Adequado Inadequado	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	As ações desenvolvidas pela equipe técnica especializada na supervisão da implementação do PNAE pode contribuir para oferta de refeições quantitativa e qualitativamente adequadas, cumprindo os objetivos e metas do programa.
Percentual de escolas visitadas por nutricionistas no ano de referência.	Nº de escolas visitadas pelo menos uma vez no último ano $\times 100 \div$ total de unidades escolares	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	A supervisão periódica da execução do PNAE por uma equipe técnica especializada poderá garantir a adequada operacionalização das etapas do programa no âmbito escolar, convergindo para a promoção da SAN entre os usuários.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 3 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Percentual de escolares avaliados nutricionalmente no ano de referência	Número de escolares avaliados nutricionalmente no último ano $\times 100 \div$ total de escolares	$\geq 75\%$ das escolares $< 75 - \geq 50\%$ das escolares $< 50\%$ das escolares	10 5 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	As ações desenvolvidas pela equipe técnica especializada do PNAE podem contribuir para o alcance dos objetivos e metas do Programa.
Percentual de auxiliares de alimentação escolar capacitados para exercer as suas funções	Número de profissionais capacitados $\times 100 \div$ total de auxiliares de alimentação escolar no município	$\geq 75\%$ dos auxiliares $< 75 - \geq 50\%$ dos auxiliares $< 50\%$ dos auxiliares	10 5 0	Informante-chave: RT da empresa terceirizada	Quanto melhor o entendimento das atribuições e responsabilidades dos atores sociais envolvidos na execução do PNAE, melhor a operacionalização das etapas do programa na unidade escolar, assim como o atendimento aos seus objetivos e metas.
Avaliação dos diretores de escolas quanto à execução do cardápio proposto pela entidade executora para a alimentação escolar	Número de diretores de escolas que referiram executar o(s) cardápio(s) proposto(s) nos últimos 30 dias $\times 100 \div$ total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ dos diretores $< 75 - \geq 50\%$ dos diretores $< 50\%$ dos diretores	10 5 0	Informante-chave: diretores de escolas	A adequada gestão e operacionalização do PNAE devem incluir o planejamento e o real oferecimento da alimentação escolar sugerida pela equipe técnica que assessora a entidade executora.
Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora	Avaliação da adequação dos cardápios propostos pela entidade executora pelo método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC)	$\geq 75\%$ dos itens de avaliação adequados $< 75 - \geq 50\%$ dos itens de avaliação adequados $< 50\%$ dos itens de avaliação adequados	10 5 0	Avaliação dos cardápios propostos pela entidade executora no período de quatro semanas pelo método AQPC	A alimentação escolar planejada de modo a atender às necessidades nutricionais dos estudantes, na forma de refeições atrativas e saudáveis e atendendo às práticas e preferências alimentares dos escolares favorece o consumo mais regular do benefício, contribuindo para o alcance dos objetivos e metas do PNAE.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 3 - PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE NA DIMENSÃO DE DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, SALVADOR, BAHIA, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontuação	Meio de verificação	Premissa
Avaliação da adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica	Enunciação do RT do programa sobre a existência de cardápios adequados para escolares que necessitam de atenção específica	SIM NÃO	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	Os cardápios do PNAE devem ser diferenciados para os estudantes que necessitem de atenção específica (estado de saúde, estudantes de áreas remanescentes de quilombos e indígenas) contribuindo para um melhor alcance dos objetivos e metas deste programa.
Existência de iniciativas e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar	Enunciação dos diretores sobre a existência de iniciativas e atividades de relevância para a alimentação escolar	Todos referem Um ou mais referem não existência	10 0	Informante-chave: diretores de escolas	A existência de ações e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar sugere uma comunidade escolar socialmente mobilizada e mais atuante na participação social sobre o PNAE, contribuindo para um melhor alcance dos objetivos e metas deste programa.
Inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar	Enunciação do RT do programa sobre a existência da inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar	SIM NÃO	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	A gestão municipal deve propor a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar monitorando o cumprimento desta atividade nas escolas sob sua responsabilidade convergindo para a promoção da SAN entre os usuários
Adesão dos escolares ao PNAE	Percentual de estudantes que referiram consumir a alimentação escolar três ou mais vezes na semana	$\geq 75\%$ dos escolares entrevistados $< 75 - \geq 50\%$ dos escolares entrevistados $< 50\%$ dos escolares entrevistados	10 5 0	Informante-chave: público usuário	A maior adesão do público usuário ao PNAE reflete o efeito esperado na contribuição do programa à promoção de ações que somem à SAN entre os escolares.
Percentual de escolares que participaram de testes de aceitabilidade de preparações da alimentação escolar	Número de escolares que participaram dos testes de aceitabilidade de preparações/ total de escolares matriculados x 100	$\geq 85\%$ dos escolares $< 85\%$ dos escolares	10 0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O estudo de aceitabilidade, preconizado pela legislação do PNAE, procura investigar a aceitação dos alunos sobre a alimentação oferecida, o que é fundamental para o alcance dos objetivos e metas do programa.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

2.3 O PLANO DE ANÁLISE

Considerando o conceito de avaliação assumido nesse estudo e tendo atualizado o protocolo de indicadores com vistas ao alcance da imagem-objetivo proposta para o PNAE, apresenta-se o plano de análise dos dados que evidencia distâncias e proximidades entre o observado nas dimensões propostas e a imagem-objetivo construída.

O modelo de análise de dados desse estudo foi elaborado objetivando dois tipos de resultados: os de processo (abrangendo as dimensões de gestão e participação e controle social) e os finalísticos (referentes à dimensão de eficiência alimentar e nutricional). Para tanto, apesar de todos os indicadores apresentarem um valor máximo de dez pontos e um valor mínimo de zero, para alguns deles foi previsto resultado parcial (quadros 1 a 3). Isto porque alguns indicadores expressam condições passíveis de adaptações gradativas, enquanto outros apresentam resultados dicotômicos. Assim, o somatório máximo da pontuação dos indicadores por dimensão é: 130 pontos - dimensão de gestão; 80 pontos - dimensão de participação e controle social; e 140 pontos - dimensão de eficiência alimentar e nutricional.

A partir do somatório de pontos em cada indicador por dimensão de análise e considerando a escala de categorias de resultados adotada, apresentada no quadro 4, poderão ser obtidos resultados referentes ao: a) desempenho na implementação do programa por dimensão- possibilitando o entendimento dos principais entraves e avanços ao melhor desempenho esperado em cada dimensão; b) desempenho global na implementação do programa- objetivando traçar o panorama situacional da execução do PNAE.

Para análise dos resultados dos indicadores foi construída uma escala de categorias, a partir da pontuação obtida, de forma a expressar diferentes gradientes de desempenho tendo como referência a imagem-objetivo construída. O quadro 4 apresenta as categorias adotadas, a pontuação relacionada a cada uma delas e sua descrição.

QUADRO 4 - ESCALA DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PNAE. SALVADOR, 2012.

IMAGEM-OBJETIVO ADOTADA: “o PNAE deve ser implementado em nível municipal com autonomia, participação e controle social, visando garantir a cobertura universal e o atendimento regular da população alvo na direção de somar para a segurança alimentar e nutricional entre escolares” (Silva (2009), p. 55).		
CATEGORIAS	PONTUAÇÃO	DESCRIÇÃO
DESEMPENHO ÓTIMO	Atinge $\geq 75\%$ do total de pontos possíveis em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge a maior parte dos resultados esperados para as dimensões avaliadas, convergindo para uma implementação que favorece o alcance dos resultados processuais e finalísticos, de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO SATISFATÓRIO	Atinge $\geq 50\%$ a $< 75\%$ do total de pontos possíveis em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que pode dificultar o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO INSATISFATÓRIO	Atinge $\geq 26\%$ a $\leq 49\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge minimamente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que torna insuficiente o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
SEM DESEMPENHO	Atinge $\leq 25\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões em cada dimensão e na pontuação global	Significa que a implementação do PNAE no município não alcança resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou apresentar o processo de construção de um protocolo de indicadores para avaliação da execução descentralizada, em âmbito municipal, do PNAE, visando preencher lacuna existente no campo da avaliação do referido programa, tendo em vista que os estudos realizados e/ou disponibilizados são pontuais e assistemáticos. Por outro lado, o processo de construção da metodologia pode ser apreendido e adaptado para outros programas e contextos.

No processo de atualização da metodologia, as decisões conceituais visaram contemplar as exigências da pesquisa acadêmica e atender a requisitos de viabilidade de aplicação, em âmbito municipal, devido à necessidade da avaliação se tornar, a curto ou médio prazo, uma prática sistemática na gestão pública.

Especificamente para o PNAE, apesar de não ser necessária a existência de uma equipe distinta à existente para implementação do programa para adequação dessa metodologia à modalidade de gestão local - quanto aos indicadores específicos, parâmetros, fórmula de obtenção, pontuação e meio de verificação-, sugere-se que os ajustes sejam realizados pelo nutricionista responsável técnico pelo PNAE devido à sua qualificação técnica e visão ampliada sobre a magnitude do programa.

Assim, os resultados obtidos com a aplicação dessa metodologia para avaliação do desempenho municipal do PNAE poderão nortear as ações dos nutricionistas e dos gestores públicos municipais na implementação e avaliação do programa, além de respaldá-los em situações de auditorias e fiscalizações da execução do programa. Nota-se que isso ampliará as responsabilidades e atribuições dos nutricionistas, sendo necessário de um lado, o atendimento dos parâmetros numéricos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Nutricionistas dispostos na legislação vigente e, de outro, a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento do programa pelo FNDE.

Pela característica da avaliação de programas e políticas sociais ser um processo em evolução, ao longo do tempo, ressalta-se a necessidade de atualizações periódicas em decorrência das alterações da normativa do programa, bem como de adaptações em relação às especificidades locais para execução do programa. Disso decorre a necessidade de realização de novos estudos, assim como a capacitação dos gestores públicos municipais envolvidos no

processo de implementação do programa, a fim de instrumentalizá-los, esclarecê-los e motivá-los sobre a importância da avaliação e utilização dessa metodologia.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M.T.S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, p. 44-56, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: República Federativa do Brasil; **Alimentação escolar** [2013]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso em 24 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução CD/FNDE Nº 038**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>> Acesso em: 20 jan. 2013.

CAMPOS, M.F.H. et al. **Avaliação de políticas e programas governamentais: experiências no mestrado profissional**. [S.l.:s.n], p. 49-58, jan.-jun., 2008. Disponível em:<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:Nof7E3OFp70J:wpmapp.oktiva.com.br/wp-aval/files/2009/09/cmnf.pdf+&hl=pt-PT&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESgLi-fUluU_y5_IcYvDFC_tI-rNC_BcFuCsNJ-PorYoam-41fLeymEpFH2P85gEjHKqGid55PJ4hRT8W7QPGDZ3TwUIH1E6UK_ZXO-bXT1SYTkTA2je0RxudKiTeGa2Ar5D44mo&sig=AHIEtbTYeSWbcC9KpyNyvxQenALegDVEVQ> Acesso em: 10 ago. 2012.

CARVALHO, S.N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspect.**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CHAVES-DOS-SANTOS, S.M.C.; SAMPAIO, M.F.A. **Diagnóstico e Avaliação em Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008. Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático.

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Rev. Adm. públ.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set.- out. 2003.

DERLIEN, H. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Rev. Serv. públ.**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2001.

FARIA, C.A.P. A política da avaliação de políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

GUIMARÃES, M.C.L. et al. Avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais: uma proposta metodológica em desenvolvimento. **Cad. Saúde públ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1642-1650, nov.- dez. 2004.

GUIMARÃES, L.; GIOVANELLA, L. Entre a cooperação e competição: percursos da descentralização do setor saúde no Brasil. **Rev. Panam. Salud públ.**, [S.l.], v. 16, n. 4, 2004.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2001. 141 p.

NOGUEIRA, R.M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP**. 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

PANELLI-MARTINS, B. **Análise de método de avaliação de segurança alimentar e nutricional: uma contribuição à política municipal de SAN**. 2007. 67 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PEREIRA, L.C.B.; SPINK, P.; SERRA, M.G. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 2006. 134 p.

PIPITONE, M.A.P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa de alimentação escolar. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, abr.- jun. 2003.

PIPITONE, M.A.P. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre a descentralização, escola e educadores**. 1997. 176 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

SANTOS, S.M.C.; SANTOS, M.P.S. Avaliação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e combate à fome no período de 1995 – 2002.4 – abordagem metodológica. **Cad. Saúde públ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029 – 1040, mai. 2007.

SILVA, A.V. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SOUZA, C.; CARVALHO, I. Reforma do estado, descentralização e desigualdades. **Rev. Lua Nova**, São Paulo, n. 48, p.187-244, 1999.

SPINELLI, M.A.S.; CANESQUI, A.M. O Programa de Alimentação Escolar em Mato Grosso: centralização à descentralização (1979 - 1995). **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 105-117, jan. - abr. 2002.

STEFANINI, M.L.R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. 1997. 105 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros**. 2002. 115 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TREVISAN, A.P.; BELLEN, H.M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, mai./jun. 2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. Núcleo de Estudos de políticas Públicas. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. **Projeto**: desenho e implantação de estratégia de avaliação. Campinas: Unicamp, 1999.

VASCONCELOS, FAS. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439- 457, jul. – ago. 2005.

VIEIRA, M.N. et al. Gestão de um programa de alimentação escolar em um município paulista. **Segur. Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 29-48, 2008.

ARTIGO 2

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR:
ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO BAIANO**

SALVADOR

2013

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a mais antiga e ininterrupta política social brasileira em execução para promoção da segurança alimentar e nutricional. Descentralizado a partir de 1994, na direção dos estados e municípios, e sendo crescente a soma de recursos aplicados para sua execução, não possui avaliação global e sistemática. Este estudo objetivou preencher esta lacuna, ao analisar alcances e limites encontrados no nível local para a implementação do PNAE, adotando uma metodologia baseada em um protocolo de 35 indicadores que consideram aspectos teórico-metodológicos e decisões conceituais para construção da imagem-objetivo deste programa e as seguintes dimensões de análise: gestão, participação e controle social e eficiência alimentar e nutricional. A atualização do protocolo de indicadores e o plano de análise foram realizados a partir da legislação vigente e outros estudos da área para execução do PNAE. Para cada indicador foram definidos parâmetros e atribuída uma pontuação entre 0 (resultado negativo) e 10 (resultado positivo) tendo em vista distância ou proximidade com o desejado. Uma escala de desempenho na implementação do programa com 4 condições foi proposta para análise dos resultados obtidos: desempenho ótimo, satisfatório, insatisfatório e sem desempenho, sempre tendo como pano de fundo a imagem-objetivo. O trabalho de campo foi realizado entre setembro de 2011 a julho de 2012, no município de São Francisco do Conde, na Bahia, contemplando: pesquisa documental, entrevistas com gestores municipais e nas escolas com diretores, auxiliares de alimentação escolar e escolares. Membros do CAE foram também entrevistados. Quanto aos resultados, o programa alcançou desempenho insatisfatório nas dimensões gestão (38,46%) e participação e controle social (31,25%), e foi classificado como sem desempenho na dimensão eficiência alimentar e nutricional (14,28%). A situação global da execução do PNAE no município estudado foi classificada como desempenho insatisfatório (27,14%). Assim, a aplicação integral desta metodologia foi capaz de apontar quais as dimensões mais fragilizadas na implementação do programa e apontar as possibilidades de reversão da situação encontrada por meio da análise do protocolo de indicadores.

Termos de indexação: programas de nutrição, alimentação escolar, avaliação de programas e projetos de saúde.

ABSTRACT

The National School Nutrition Program (PNAE) is the oldest and most uninterrupted Brazilian social policy running, to promote food security and nutrition. Decentralized since 1994, towards the states and municipalities, and with the increasing amount of resources applied to its execution, it has had no comprehensive and systematic review. This study aimed to fill this gap by analyzing the scope and limitations found at the local level for the programs implementation. Adopting a methodology based on a protocol of 35 indicators, considering theoretical and methodological aspects and conceptual decisions for constructing an image-objective for the programs using the following dimensions of analysis: management, social participation and control, and food and nutrition efficiency. The update of the protocol indicators and plans of analysis were undertaken from legislation and other studies performed in the PNAE implementation area. For each indicator, parameters were defined and assigned a score from 0 (negative) to 10 (positive), taking into account the distance and proximity in relation to the desired target. A performance scale in the programs implementation, with 4 categories, was proposed to analyze the results: Great Performance, Satisfactory, Unsatisfactory Performance and No Performance Demonstrated, with the image-objective always placed in the background. The fieldwork was conducted between September 2011 and July 2012, in São Francisco do Conde, Bahia, contemplating: documentary research and interviews with municipal managers, school principals, and school meal assistants. Members of the CAE were also interviewed. Regarding the results, the program had reached unsatisfactory performance levels for management (38,46%), social participation and control (31,25%), and the program was classified as not having demonstrated any development in terms of nutritional efficiency (14,28%). The overall situation of the implementation in the city studied was rated as showing an unsatisfactory performance (27,14%). Thus, the full implementation of this methodology was able to point out which dimensions were most vulnerable in the implementation of the program and where the possibilities of reversing the situation can be found by analyzing the protocol indicators.

Index terms: nutrition programs, school meals, program evaluation and health projects.

1INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas e programas sociais no Brasil vem adquirindo notoriedade, especialmente a partir do Governo Lula da Silva, devido à ênfase conferida às políticas públicas relacionadas, dentre outros, à segurança alimentar e nutricional e que compõem a agenda pública nacional.

Nesse cenário, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como o mais antigo e ininterrupto programa social voltado para promoção da segurança alimentar e nutricional.

Em execução desde 1955, o PNAE se propõe a contribuir, segundo as normas vigentes, para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas do país, por meio da complementação alimentar, a partir da transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a entidade executora. Com a publicação da Lei nº. 11.947, em 16 de junho de 2009, foi ampliado o atendimento aos alunos do ensino médio e à educação de jovens e adultos.

A partir de 1994, a descentralização das políticas públicas na direção dos estados e municípios assumiu posição de destaque no cenário brasileiro e o PNAE passou progressivamente a ser implementado localmente, contando com a participação da sociedade organizada no exercício do controle social.

Segundo dados oficiais, a soma global de recursos federais destinados ao PNAE para beneficiar 45 milhões de estudantes da educação básica, em 2012, foi em torno de R\$ 3,3 bilhões, devendo 30% desse valor (R\$ 990 milhões) ser destinado ao incentivo do desenvolvimento econômico das comunidades, por meio da compra direta de produtos da agricultura familiar, consolidando a amplitude deste programa no cenário atual (BRASIL, 2013).

Entretanto, apesar das características peculiares apresentadas por essa política pública, a insuficiência de estudos realizados com o uso de instrumentos validados para o acompanhamento global e sistemático da implementação do PNAE nos municípios, e/ou publicização de seus resultados, ainda não foi superada. Isto implica na fragilização dos

gestores públicos para tomada de decisões, com vistas ao reforço, redirecionamento e reformulação das ações e otimização dos investimentos.

Nesse contexto, este estudo assumiu como pergunta de partida “que fatores intervêm no desempenho municipal do PNAE?” - e objetivou avaliar alcances e limites encontrados no nível local para a implementação do programa.

Para realização da avaliação fez-se atualização de um protocolo de indicadores para avaliação do PNAE desenvolvido por Silva (2009), que se propôs a analisar a implementação do programa em três dimensões: gestão, participação e controle social e eficiência alimentar e nutricional.

A pesquisa de campo foi desenvolvida no município de São Francisco do Conde, localizado no recôncavo baiano. O PNAE neste município está implementado sob gestão terceirizada nas 67 escolas do ensino básico, atendendo cerca de 8.924 estudantes (IBGE, 2009).

A escolha deste local para estudo foi motivada pelo desenvolvimento de outras investigações realizadas pela Escola de Nutrição da UFBA na área e pelo paradoxo de mesmo ocupando lugar de destaque quanto ao Produto Interno Bruto *per capita* nacional (R\$ 296.885,00 segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/BA (2010)), devido, em sua grande maioria, a instalação de refinaria de petróleo, o município ainda apresenta posições marcadamente inferiores em se tratando de desenvolvimento social (30º lugar Índice de Desenvolvimento Social, segundo a SEI/BA (2006) e 2.743ª posição na lista do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2000)). Além disso, esta pesquisa contou com a aprovação do executivo deste município.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola de Nutrição da UFBA, parecer nº 02/2012, e atendendo aos requisitos, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes do início das entrevistas, que foram gravadas e transcritas pela equipe de pesquisadores e alunos voluntários do curso de graduação em Nutrição, todos treinados, vinculados ao Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da UFBA.

2 METODOLOGIA

A avaliação do desempenho municipal do PNAE realizada nesta investigação teve por base a atualização do modelo teórico-metodológico proposto por Silva (2009), que visava contribuir para a avaliação do programa por meio do acompanhamento sistemático da sua implementação. Assim, o estudo foi estruturado considerando três momentos: desenvolvimento do protocolo de indicadores, trabalho de campo e plano de análise dos resultados, conforme apresentado a seguir e detalhado no artigo de Calasans (2013) intitulado “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores”, que faz parte deste volume.

2.1 DESENVOLVIMENTO DO PROTOCOLO DE INDICADORES

O protocolo de indicadores original desenvolvido por Silva (2009) para avaliação do desempenho do PNAE foi elaborado considerando a avaliação de políticas públicas como processo sistemático de obtenção de informações confiáveis para formação de juízo de valor sobre o objeto investigado e útil à tomada de decisões racionais e inteligíveis, com vistas à melhoria das situações estudadas ou observadas (CHAVES-DOS- SANTOS; SAMPAIO 2008; GUIMARÃES et al., 2004).

A autora referida realizou revisão bibliográfica das normas do PNAE e de estudos avaliativos do programa, a partir do que construiu uma imagem-objetivo para a execução local do programa, a saber: “o PNAE deve ser implementado em nível municipal com autonomia, participação e controle social, visando garantir a cobertura universal e o atendimento regular da população-alvo, na direção de somar para a segurança alimentar e nutricional entre escolares” (SILVA, 2009, p. 55). Na atualização do protocolo de indicadores e para este estudo aplicado adotou-se a mesma imagem-objetivo (CALASANS, 2013).

Considerando o exposto e o conjunto normativo que define os objetivos, estratégias e formas de operar do programa, Silva (2009) propôs que a avaliação do PNAE contemplasse

três dimensões intercomplementares: gestão; participação e controle social; e eficiência alimentar e nutricional. Para realizar a avaliação foram construídos pela autora 28 indicadores, sendo 12 na dimensão da gestão, 06 na dimensão da participação e controle social e 10 na dimensão eficiência alimentar e nutricional.

Neste estudo, considerando as modificações da legislação do PNAE e o desenvolvimento de outras investigações de natureza semelhante, fez-se a atualização do protocolo original, o que compreendeu a revisão, supressão e elaboração de indicadores e de suas fórmulas para cálculo, dos parâmetros, da pontuação e dos meios de verificação. Este processo resultou na proposição de 35 indicadores, distribuídos nas mesmas dimensões do modelo original (conforme protocolo de indicadores, quadros 6 a 8).

Na atualização foram consideradas as mesmas propriedades e características adotadas na construção do modelo original, quais sejam: validade - para que o indicador pudesse refletir o que pretendia avaliar; factibilidade e confiabilidade - a fim de tornar as informações disponíveis, acessíveis e confiáveis para o seu cômputo; inteligibilidade - característica de ser compreensível a todos os agentes envolvidos no processo avaliativo; e reprodutibilidade - a fim de permitir a aplicação do instrumento em outras realidades (JANUZZI, 2001; PANELLI-MARTINS, 2007).

Para cada dimensão da avaliação, fez-se uma descrição do conteúdo, alocação de indicadores e definição de parâmetros para julgamento dos resultados obtidos. O conteúdo descritivo de cada dimensão foi o seguinte: 1. Gestão (13 indicadores) - análise do conjunto de fatores administrativos, técnicos e financeiros que incidem na decisão e implementação do PNAE; 2. Participação e controle social (08 indicadores) - análise do exercício da participação social e controle no acompanhamento das ações na execução do PNAE; 3. Eficiência alimentar e nutricional (14 indicadores) – verificação do planejamento e operação do programa com vistas ao atendimento das necessidades nutricionais dos estudantes.

No modelo proposto, os parâmetros para avaliação dos resultados, os quais delimitam critérios de sucesso para cada um dos indicadores, foram definidos a partir do arcabouço normativo do PNAE. Na ausência de acúmulos prévios em avaliações desta natureza, optou-se, portanto, por avaliar a execução do programa tendo por referência o marco legal que projeta uma imagem-objetivo para o desempenho do PNAE no município. Os documentos normativos consultados e que formaram a referência para a avaliação foram a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e

do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e a Resolução nº 038, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para melhor interpretação dos resultados optou-se por uma expressão numérica dos mesmos. Portanto, a partir das referências acima arbitrou-se que aos resultados satisfatórios para os indicadores seriam atribuídos 10 pontos; para resultados parcialmente satisfatórios seriam atribuídos 5 pontos; resultados negativos ficariam sem pontuação. Desta forma os resultados a serem analisados são expressos em total de pontos obtidos em relação ao possível dentro do modelo.

2.2 TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa de campo foi desenvolvida entre setembro de 2011 e julho de 2012 no município de São Francisco do Conde – Bahia, constituindo-se de pesquisa documental (dados oficiais da gestão municipal, estadual e federal) e entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados gestores do programa, contemplando o gestor da empresa terceirizada (01) e quatro gestores municipais (secretária municipal de educação, nutricionista responsável-técnico pelo programa, gestor administrativo e financeiro da secretaria municipal de educação).

A proposta metodológica considerou as experiências e avaliações da instância de controle social do programa, o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). No município o CAE estava composto por 14 membros. Um dos membros recusou-se a participar e outros 04 (quatro) membros não foram localizados no período do estudo. No total foram entrevistados 09 (nove) membros do CAE - 06 (seis) titulares e 03 (três) suplentes, de diferentes segmentos representados no referido conselho.

A unidade de análise foi constituída por unidades escolares e a amostra foi selecionada de modo intencional, considerando a tipologia existente (escolas urbanas, rurais e em comunidades de remanescentes de quilombos), com indicação, por atores sociais locais envolvidos com o programa, das unidades escolares consideradas por eles como aquelas de melhor estrutura para execução do programa no município. Dessa forma foram indicadas pelo responsável técnico da entidade executora, de acordo com os membros do CAE e considerando a faixa etária de 07 a 14 anos dos estudantes, três unidades escolares, sendo uma

de cada área (rural, urbana e remanescentes de quilombos). As outras três unidades escolares foram sorteadas seguindo a mesma tipologia, totalizando seis escolas participantes do estudo. Em cada escola sorteou-se uma turma de escolares no turno matutino e outra no turno vespertino para entrevistas. Após esclarecimento sobre a pesquisa e obtenção dos termos de consentimento foram entrevistados 125 escolares. Além disso, foram entrevistados os seis diretores das unidades escolares integradas ao estudo e 11 auxiliares de alimentação.

2.3 PLANO DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise dos resultados dos indicadores foi construída uma escala de categorias, a partir da pontuação obtida, de forma a expressar diferentes gradientes de desempenho tendo como referência a imagem-objetivo construída. O quadro 1 apresenta as categorias adotadas, a pontuação relacionada a cada uma delas e sua descrição.

QUADRO 1 - ESCALA DE CATEGORIAS PARA ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.

IMAGEM-OBJETIVO ADOTADA: “o PNAE deve ser implementado em nível municipal com autonomia, participação e controle social, visando garantir a cobertura universal e o atendimento regular da população alvo na direção de somar para a segurança alimentar e nutricional entre escolares” (SILVA, 2009, p. 55).		
CATEGORIAS	PONTUAÇÃO	DESCRIÇÃO
DESEMPENHO ÓTIMO	Atinge $\geq 75\%$ do total de pontos possíveis em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge a maior parte dos resultados esperados para as dimensões avaliadas, convergindo para uma implementação que favorece o alcance dos resultados processuais e finalísticos, de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO SATISFATÓRIO	Atinge $\geq 50\%$ a $< 75\%$ do total de pontos possíveis em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que pode dificultar o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO INSATISFATÓRIO	Atinge $\geq 26\%$ a $\leq 49\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões em cada dimensão e na pontuação global	Significa que o PNAE no município atinge minimamente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que torna insuficiente o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
SEM DESEMPENHO	Atinge $\leq 25\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões em cada dimensão e na pontuação global	Significa que a implementação do PNAE no município não alcança resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

Assim foi possível obter dois tipos de resultados: a) desempenho na implementação do programa por dimensão, obtido pelo somatório dos pontos alcançados pelos indicadores específicos e considerando a escala de categorias de resultados adotada, apresentado no quadro 1, o que possibilitou a identificação de oportunidades e obstáculos ao melhor desempenho esperado em cada dimensão; b) desempenho global na implementação do programa, obtido pelo somatório dos resultados alcançados nas dimensões e considerando a escala de categorias de resultados (quadro 1).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DESEMPENHO NA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE GESTÃO

Esta dimensão caracteriza-se pela confluência de aspectos financeiros, tais como regularidade e adequação no repasse de recursos; compartilhamento da responsabilidade financeira –, administrativa e técnica, a exemplo da existência de equipes e condições de trabalho adequadas; conhecimento e atendimento das normas e metas do programa, assim como a existência e o funcionamento de sistemas de monitoramento e avaliação transparentes, os quais somam para obtenção de resultados positivos quanto à gestão do Programa, tendo a legislação vigente como base para a avaliação.

Da pontuação máxima possível de ser alcançada nessa dimensão (130 pontos), a execução do PNAE no município estudado somou 50 pontos (38,46% de desempenho), classificando-se na categoria de desempenho insatisfatório, conforme contemplado no quadro 1. A síntese dos resultados obtidos nessa dimensão com a respectiva pontuação alcançada encontra-se no quadro 2 sendo os principais entraves para o alcance deste resultado relacionados aos fatores técnicos e administrativos do programa, como será discutido a seguir.

No que se refere à responsabilidade da gestão municipal para execução do programa, constatou-se a inadequação quanto à composição da equipe técnica e administrativa e incipientes condições de trabalho disponibilizadas. Quanto à equipe técnica, a Resolução nº 465/2010 do CFN, que dispõe sobre as atribuições do nutricionista e estabelece os parâmetros mínimos numéricos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências, estabelece que a responsabilidade técnica será exercida por nutricionistas habilitados e por quadro técnico de nutricionistas, cujo número de profissionais é definido em função do quantitativo de alunos atendidos. Considerando o número de escolares do município estudado (mais de oito mil), segundo a referida resolução, o quadro profissional deveria ser o seguinte: 1 (um) responsável técnico e 4 (quatro) nutricionistas no quadro técnico.

Na situação estudada havia apenas um nutricionista que respondia pela responsabilidade técnica- RT no âmbito do executivo municipal. Observou-se não existir setor que respondesse administrativamente pelo programa. No município havia um assessor da Secretaria Municipal de Educação (SME) que faz a coordenação administrativa do PNAE,

dentre outras atribuições, e um gestor financeiro que também respondia por várias outras ações da SME. Desta forma, configura-se um cenário deficitário em recursos humanos para a gestão de um programa de tal envergadura.

QUADRO 2 – RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE GESTÃO PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.

DIMENSÃO DE GESTÃO (38,46% de desempenho)			
Pontuação possível: 130 pontos		Pontuação alcançada: 50 pontos	
INDICADORES	PONTOS	INDICADORES	PONTOS
Regularidade no repasse dos recursos do FNDE para o município	10	Percentual de membros do CAE que referem utilização exclusiva dos gêneros distribuídos às escolas na alimentação escolar	10
Existência de complementação financeira por parte do município na implementação do PNAE	10	Existência de um sistema de monitoramento da produção de refeições nas unidades escolares	0
Avaliação do volume de recursos repassados ao município pelo FNDE	0	Avaliação dos diretores das unidades escolares sobre gestão municipal do PNAE	0
Avaliação da gestão do PNAE no município pelo CAE	0	Conhecimento das normas do PNAE pelos diretores das escolas	0
Existência de uma equipe adequada para gestão do PNAE no município	0	Existência de auxiliares de alimentação escolar, exclusivas para a função, em pelo menos dois turnos de funcionamento da escola	10
Aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar e empreendedor familiar no ano anterior	0	Avaliação dos membros do CAE sobre regularidade na oferta das preparações nas escolas	10
Existência de articulação local entre os setores educação e saúde para execução do programa	0	-	-

FONTE: Trabalho de campo. São Francisco do Conde, 2012.

Observou-se também o desconhecimento e descumprimento das normas vigentes para implementação do PNAE. De um lado, verificou-se, que a maioria dos diretores das escolas participantes desse estudo não conhecia as legislações que norteiam a execução do programa. Este fato pode implicar no insuficiente atendimento das necessidades dos usuários do programa, na medida em que, pelo desconhecimento, a atuação dos gestores ocorre sem ter referência de um “padrão ouro” a ser alcançado.

Constatou-se ainda o descumprimento pela gestão municipal, durante o ano de 2011, da obrigatoriedade disposta em lei, quanto à aquisição de alimentos provenientes de agricultores familiares e empreendedores rurais. Segundo informações do nutricionista responsável técnico pelo programa, nesse período não houve articulação e entendimento entre os setores responsáveis pela compra na Secretaria de Educação, Secretaria da Agricultura e Procuradores Municipais. Assim, os poucos itens da agricultura familiar comprados em 2011, segundo informações do nutricionista, além de não alcançarem a meta de 30% dos recursos transferidos, não foram introduzidos na alimentação escolar e sim distribuídos *in natura* aos alunos das creches, para consumo domiciliar.

A dificuldade de articulação entre setores para adequada implementação do PNAE também foi observada pela inexistência de ação conjunta entre os setores educação e saúde neste município. Segundo dados do relatório referente à assessoria aos municípios da Bahia e Sergipe, no ano de 2012, realizado pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da UFBA (CECANE/UFBA) - órgão instituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior para acordos de cooperação técnica ao PNAE -, do total de 21 municípios visitados foram apresentadas apenas duas experiências de ações intersetoriais em municípios do estado de Sergipe em torno da identificação de algumas patologias nos estudantes e visitas semestrais da Vigilância Sanitária às unidades escolares. Nesse mesmo documento foi relatado ainda que 85% dos municípios visitados pela equipe do CECANE/UFBA referiram a realização da compra de produtos oriundos da agricultura familiar, sendo que a maioria deles não alcançou o percentual mínimo estabelecido.

Os obstáculos enfrentados pelos municípios para aquisição de gêneros da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para alimentação escolar são diversificadas e advém, sobretudo, da recente solicitação do programa quanto ao trabalho ser realizado intersetorialmente, sem a realização de capacitações prévias dos gestores para desenvolvimento das habilidades necessárias. Ademais, as inadequações na infraestrutura logística, desorganização produtiva, falta de assistência técnica, inexistência ou insuficiência de padrões de qualidade sanitária de alimentos, dentre outros, podem obstaculizar a promoção de ações de incentivo ao desenvolvimento da economia local e oferta de alimentação mais saudável e regionalizada por meio da compra dos produtos regionais (CECANE/UFBA, 2012).

Resultados positivos, ainda que incipientes para alterar o panorama na dimensão da gestão, foram observados quanto à existência de auxiliares de alimentação/merendeiras em todas as escolas do município, exclusivas para a função desempenhada, e regularidade do repasse de recursos financeiros do nível federal para o local. Este último resultado difere dos achados por Santos et al. (2007) em estudo desenvolvido em 44 municípios baianos para avaliação do PNAE, no período 1995-2002, no qual foi constatada irregularidade no repasse de recursos e, em decorrência disso, prejuízo na oferta regular da alimentação escolar. Neste sentido, o resultado encontrado pode indicar aperfeiçoamentos no processo de transferência de recursos do FNDE para os municípios.

Importa destacar que os resultados antes referidos sobre aspectos relativos ao repasse dependem do FNDE e que, quanto a recursos humanos, tendo em vista a adequação encontrada no número de auxiliares de alimentação e sua atuação exclusiva, na medida em que o município adota a gestão terceirizada, é obrigação contratual da empresa a contratação de profissionais específicos para esta função. Entretanto, este último resultado difere do encontrado por Carvalho et al. (2008) em estudo realizado com 41 auxiliares de alimentação escolar municipais de João Pessoa (Paraíba) visando avaliar a percepção desses profissionais acerca da produção e distribuição da alimentação escolar e seu papel neste contexto. No estudo citado, os participantes referiram a existência de remanejamento da função de auxiliar de serviços gerais e de faxineira para a execução das ações de preparo e distribuição da alimentação na implementação do PNAE. De maneira semelhante Booz-Allen e Hamilton (2002) na apresentação final da pesquisa de Avaliação do Impacto Distributivo do PNAE e Elaboração de Sistemática de Monitoramento do PNAE observaram que do total de envolvidos nas atividades da alimentação escolar apenas 30,76% na área rural e 45,71% na área urbana eram exclusivamente destinados ao desenvolvimento dessa função.

Ainda quanto a resultados positivos encontrados para alguns indicadores dessa dimensão de análise, registram-se respostas dos membros do CAE sobre a utilização exclusiva dos gêneros para alimentação escolar, indicando inexistência de vazamentos, contrariamente aos achados de Booz-Allen e Hamilton (2002) e Costa (2004) e sobre regularidade na oferta da alimentação escolar. Estes resultados são contrários a estudos anteriores sobre a execução do PNAE, os quais apontavam para irregularidades no fornecimento. Booz-Allen e Hamilton (2002) relataram ainda que em 87% das unidades escolares avaliadas em seu estudo houve atraso no repasse de gêneros alimentícios e em 13% dos casos houve atraso no repasse de

recursos financeiros. Spinelli e Canesqui (2004), em estudo realizado em Cuiabá (Mato Grosso) no período de transição do processo de descentralização (municipalização) do PNAE - 1993 a 1996 -, alertavam para os problemas quanto à regularidade da oferta da alimentação escolar, fragilidade do sistema de supervisão e inoperância do controle de qualidade dos gêneros servidos nas escolas. Também, Santos et al. (2007) relataram que 39,3% dos estudantes entrevistados na investigação referiram irregularidade no fornecimento diário da alimentação na escola. Assim, se por um lado este resultado pode indicar que houve melhorias no processo geral de implementação do programa, há que se observar que a atuação do Conselho de Alimentação Escolar, cujos membros foram informantes-chave para este estudo, não parece ter avançado muito, desde a instalação desta instância colegiada, em 1994, o que pode comprometer a informação obtida. Este aspecto será tratado na dimensão participação e controle social.

3.2 DESEMPENHO DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

A existência de infraestrutura adequada para viabilizar a participação social consciente das normas e metas do programa, assim como de suas atribuições para o monitoramento das ações da gestão municipal, pode contribuir para a plena execução do PNAE, compondo as principais características analisadas nessa dimensão.

Considerando o somatório dos pontos obtidos nos 08 indicadores que compõem essa dimensão e, portanto, sendo possível alcançar no máximo 80 pontos, o PNAE no município obteve 25 pontos (31,25% de desempenho) classificando-se, à semelhança da dimensão de gestão, na categoria de desempenho insatisfatório (quadro 1). Sobre os resultados para cada indicador nessa dimensão, apresenta-se o quadro seguinte.

QUADRO 3 – RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.

DIMENSÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL (31,25% de desempenho)			
Pontuação possível: 80 pontos		Pontuação alcançada: 25 pontos	
INDICADORES	PONTOS	INDICADORES	PONTOS
Existência de marco legal para atuação do CAE	10	Percentual de membros do CAE capacitados para a supervisão da qualidade da alimentação escolar	0
Frequência anual de reuniões do CAE	5	Percentual de unidades escolares visitadas pelo CAE nos últimos dois anos	0
Percentual de membros do CAE que referem conhecer as normas e metas do PNAE	0	Percentual de membros do CAE que referem participar da análise da prestação de contas do programa	5
Percentual de membros do CAE que referem adequação quanto às condições oferecidas pelo município na viabilização de suas atividades	5	Percentual de membros do CAE que referem acompanhar a execução do contrato de gestão da alimentação escolar	0

FONTE: Trabalho de campo. São Francisco do Conde, 2012.

O alcance dos resultados registrados ocorreu em virtude da informação dos seguintes atores sociais: a) enunciação do presidente do CAE quanto à existência do marco legal (regimento interno) para funcionamento do conselho e b) citação da maioria dos membros do conselho sobre a quantidade de reuniões ocorridas no ano de 2011, adequação das condições oferecidas pelo município para realização das atividades e participação dos conselheiros na análise da prestação de contas do programa.

Entretanto, apesar dos achados antes referidos serem total ou parcialmente positivos – conforme pontuação obtida no protocolo de indicadores da dimensão de participação e controle social, a ausência e/ou inconsistência dos dados resultantes da pesquisa documental e as contradições das respostas obtidas nas entrevistas podem comprometer o resultado do município nesta dimensão.

Assim, a insuficiente participação dos membros do CAE nas atividades de visitas às unidades escolares devido à desmobilização do grupo, o pouco tempo disponível para as atividades do conselho em virtude das responsabilidades pessoais e/ou profissionais assumidas junto à gestão municipal, além da dificuldade de transporte para locomoção – fatores citados pelos conselheiros durante as entrevistas - podem ser indicativos de frágil

atuação deste órgão de fiscalização e acompanhamento das ações do programa. No estudo desenvolvido por Booz-Allen e Hamilton (2002) observou-se a expressiva participação dos membros do CAE (53%) nas atividades do conselho, embora os principais motivos destacados para baixa participação dos outros 47% membros tenham sido a falta de tempo dos membros para atuação; falta de comprometimento dos membros; falta de estrutura (local/transporte para realizar o trabalho); demora no repasse do recurso financeiro; falta de pessoal; além da pouca capacitação dos membros. Portanto, os mesmos motivos parecem persistir gerando obstáculos ao CAE.

Quanto a relação entre os membros do Conselho e a gestão municipal, verificada nesse estudo, situação similar foi enunciada por Labra e Figueiredo (2002) em pesquisa realizada com Conselhos de Saúde do estado do Rio de Janeiro, identificando-se que estes órgãos eram formados por pessoas da confiança do gestor e, portanto, tornavam-se incapazes de exercer o controle social, a fiscalização, acompanhamento e de denunciar os abusos de poder.

A inexistência de local para realização de reuniões; o fato de 71,4% dos conselheiros referirem a existência do regimento interno, apesar de terem respondido que jamais viram ou leram o documento; a falta de acesso da equipe de investigação ao referido documento; a inconsistência dos registros nas atas de reuniões, nas quais, em sua maioria, inexistiam assinaturas dos participantes, pauta discutida e encaminhamentos das decisões, são resultados encontrados nesse estudo que contribuem para a afirmação anterior sobre a limitada ação do CAE. Situação semelhante foi encontrada nas investigações desenvolvidas em municípios baianos por Calasans (2009) e Pimenta (2009), em que a maioria dos conselheiros entrevistados confirmou a existência do regimento interno para funcionamento do CAE, embora desconhecessem o documento e seu conteúdo, assim como também referiram a inexistência de local para realização de reuniões, desmobilização do conselho, pouco tempo disponível para atividades em decorrência da maioria dos conselheiros serem funcionários da entidade executora e dificuldade de locomoção.

A pouca mobilização do CAE para o enfrentamento dos problemas e limitadas condições de infraestrutura para o desempenho das atividades do conselho, a exemplo da ausência de estrutura física para realização de reuniões e inexistência de garantia de veículos para visitas às escolas, também foram constatadas pela assessoria realizada pelo CECANE/UFBA (2012) aos municípios da Bahia e Sergipe. No referido documento, ficou

evidente ainda que as visitas às unidades escolares, embora difíceis de ocorrer, quando realizadas não utilizavam roteiros ou formulários para registro das informações coletadas ratificando a inexistência e fragilidade documental encontrados nessa investigação. Silva et al. (2012) constatou que alguns conselhos regionais e o municipal de saúde de Fortaleza (CE) tiveram a estrutura física reformada, além de suporte de pessoas preparadas para execução das atividades do órgão contribuindo para o pleno funcionamento. Entretanto, esta não foi a situação da maioria dos conselhos regionais de saúde que tiveram prejudicados o funcionamento, a organização e a participação popular no acompanhamento e fiscalização da gestão.

Resultados de estudos realizados em diferentes municípios brasileiros por Pipitone et al. (2003), Calasans (2009) e Pimenta (2009), indicaram a necessidade de uma atuação efetiva do CAE, tendo sido observadas as seguintes características comuns nessas investigações: incipiência das atividades dos conselhos; pouca atuação junto à administração pública; frequência irregular das reuniões e falta de *quorum*; fragilidade das atas de reuniões; dificuldade de acesso dos conselheiros a transporte para visitação das unidades escolares, assim como a inexistência de local “fixo”/sede para realização de reuniões.

No que se refere à frequência de reuniões, Belik e Chaim (2009), em pesquisa para avaliação do perfil da gestão pública municipal do PNAE, de 670 prefeituras inscritas no Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, entre os anos de 2004 e 2005, constataram que em municípios onde o CAE realizou mais de 20 reuniões por ano, o órgão mostrou-se mais atuante e com maior possibilidade de propor mudanças, além de combater possíveis desvios do programa. Nesse aspecto, Pipitone et al. (2003) também indicaram que a atuação efetiva do CAE foi constatada em cerca de 60% dos municípios pesquisados onde os conselhos se reuniam mensal ou trimestralmente. Por outro lado, Silva et al. (2012) verificaram problemas na atuação dos Conselhos de Saúde regionais e municipal de Fortaleza (CE) destacando-se a baixa frequência dos conselheiros regionais nas reuniões e as dificuldades no reconhecimento de suas atribuições. Situação semelhante foi verificada em Betim-MG, em que os Conselhos de Saúde realizavam poucas reuniões e, na prática, era considerado um órgão mais consultivo do que deliberativo – característica também encontrada em outros estudos de natureza semelhante (ROCHA, 2011).

A organização formal do CAE, de acordo com os achados nos estudos, parece não garantir o desempenho das suas atribuições. De acordo com Serafim (2008), a mera existência

de espaços como conselhos municipais com representação da sociedade não garante a efetivação do controle social se não houver a circulação de informações ou o diálogo com o movimento de base ou atores da sociedade, ou ainda, se o conselho não discutir ampla e profundamente as políticas públicas e outros temas relacionados para subsidiar a sua participação.

Assim, além da periodicidade das reuniões é relevante avaliar os temas discutidos nesses encontros, a adequação dos registros feitos nas atas e os encaminhamentos das decisões aos atores sociais responsáveis pela implementação do programa. Esse conjunto de procedimentos, além de ser necessário ao trabalho realizado junto à gestão pública, pode indicar o grau de organização e atuação do conselho, além da possibilidade de propor mudanças na execução do programa, com vistas ao alcance de um desempenho satisfatório. Problemas relacionados com as pautas das reuniões e condução destas também foram relatados no estudo conduzido por Rocha (2012) para análise do funcionamento, organização e participação política interna do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo-SP.

Neste estudo, quanto à participação dos membros do CAE na análise das prestações de contas, foi referido pelo presidente do órgão que os conselheiros foram à sala do gestor financeiro da entidade executora do programa para “dar uma olhada nos documentos”. Tal situação pode não se constituir na realização de uma análise metodologicamente estruturada dos documentos da prestação de contas, em virtude da possibilidade de interferência da gestão municipal, e por não ter sido realizada em reunião do conselho, a exemplo do que é orientado pelas normas vigentes.

De maneira semelhante, estudo comparativo utilizando atas dos Conselhos de Alimentação Escolar de dez municípios do estado de Sergipe, disponíveis nos relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU), constatou atuação insuficiente do CAE para garantir implementação do programa, concluindo que a ausência dos conselheiros nos locais de execução, a inconsistência na análise dos documentos relativos à prestação de contas e a diminuta frequência de reuniões, foram os principais fatores para não detecção de problemas durante a implementação do programa, assim como para a inoperância na proposição de soluções (NASCIMENTO, 2010).

Diante do exposto, e ainda sobre os resultados encontrados na dimensão de participação e controle social, foram verificados outros obstáculos ao alcance das metas do

programa, quais sejam: o desconhecimento das normas e metas do programa pelos conselheiros, a inexistência de capacitações para supervisão da qualidade da alimentação escolar e a ausência de monitoramento do contrato de gestão firmado entre a prefeitura e a empresa terceirizada.

Os dados disponibilizados no relatório parcial do CECANE/UFBA (2012) sobre assessoria a 21 municípios nos estados da Bahia e Sergipe realizada em 2012 estão em acordo com os resultados encontrados nesse estudo. No referido documento consta que, durante as assessorias, os conselheiros demonstraram pouco conhecimento sobre a legislação do PNAE e os que conheciam utilizavam-na com cunho político, em conflitos locais. Resultados semelhantes também foram encontrados nos estudos realizados por Calasans (2009) e Pimenta (2009), nos quais a maioria dos conselheiros referiu desconhecimento das normas e metas para execução do programa.

Outro aspecto avaliado no presente estudo refere-se à capacitação para supervisão da qualidade da alimentação escolar no ano de 2011. À semelhança dos resultados encontrados por Calasans (2009), Pimenta (2009) e auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2009), foi constatado que o monitoramento do programa baseia-se essencialmente na atuação adequada do CAE, embora este não esteja preparado e/ou equipado para desempenhar todas as atribuições satisfatoriamente.

Medeiros (2006), ao analisar a auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no ano de 2002, em 67 municípios brasileiros, relatou que, no tocante à capacitação dos conselheiros, cerca de 58% dos CAE informaram não ter recebido qualquer tipo de treinamento, sendo que em alguns municípios os membros treinados não disseminaram o conhecimento para os demais, conforme previsto. O autor ressaltou ainda que o foco das capacitações promovidas pelo FNDE estava centrado nos aspectos qualitativos da alimentação escolar, em detrimento dos procedimentos de controle fiscal, financeiro e licitatório.

Segundo estudo realizado por Rocha (2011), nos Conselhos de Saúde dos municípios de Lagoa da Prata e Bom Despacho (MG), foi constatada a falta de capacitação aos conselheiros, a ausência de planejamento e discussão para definição dos assuntos a serem discutidos nas reuniões, além de que as decisões tomadas não eram implementadas pelo governo municipal. Souza et al. (2012), em estudo realizado com Conselheiros de Saúde do Município de Jequié-BA, para análise do perfil destes e identificação do seu conhecimento acerca da função, constataram que eles compreendiam a relevância do desempenho da

atividade para o controle social, mas que alguns dos entrevistados revelaram ainda um conceito equivocado quanto ao seu papel, além da ausência de capacitação. De maneira semelhante, Duarte e Machado (2012) verificaram o pouco número de conselheiros municipais de saúde capacitados para o desempenho das atividades, expondo uma fragilidade do conselho. No caso do estudo citado, dos dezessete conselheiros entrevistados, apenas cinco haviam recebido capacitação anterior para a função de conselheiro, seja pela não oferta de capacitações na área do Controle Social e/ou rotatividade dos membros dos Conselhos de Saúde.

Diante disso, a existência de programas que visem à educação continuada dos membros do CAE assume grande importância para o entendimento das normas e metas do programa e atuação dos conselheiros, de maneira efetiva e adequada às características da gestão pública, sendo necessário o esforço dos conselheiros em repassar as informações adquiridas nas capacitações.

3.3 DESEMPENHO DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE: DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O desempenho satisfatório da dimensão de eficiência alimentar e nutricional com vistas à promoção de ações direcionadas à segurança alimentar e nutricional dos estudantes pressupõe a existência de estrutura física adequada às etapas de elaboração da alimentação escolar, assim como quantitativo suficiente de recursos humanos técnico-administrativos capacitados para operacionalização e supervisão do programa.

Nessa dimensão – composta por 14 indicadores e tendo limite máximo de 140 pontos - o PNAE obteve escore de 20 pontos, ou seja, 14,28% de desempenho, sinalizando a área de maior fragilidade na execução do programa e classificando-se na categoria sem desempenho, conforme disposto no quadro 1. Os resultados alcançados pelos indicadores nessa dimensão de análise apresentam-se sintetizados na sequência.

QUADRO 4 – RESUMO DOS RESULTADOS OBTIDOS NOS INDICADORES DA DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.

DIMENSÃO DE EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (14,28% de desempenho)			
Pontuação possível: 140 pontos		Pontuação alcançada: 20 pontos	
INDICADORES	PONTOS	INDICADORES	PONTOS
Percentual de escolas em condições adequadas para o armazenamento da alimentação escolar	0	Avaliação dos diretores de escolas quanto à execução do cardápio proposto pela entidade executora para a alimentação escolar	0
Percentual de escolas em condições desejáveis para o preparo da alimentação escolar	0	Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora	0
Percentual de escolas em condições desejáveis para a distribuição da alimentação escolar	0	Adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica	0
Adequação do número de nutricionistas para o PNAE, segundo o quantitativo de estudantes e modalidade de ensino	0	Existência de iniciativas e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar	0
Percentual de escolas visitadas por nutricionistas no ano de referência	10	Inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar	0
Percentual de escolares avaliados nutricionalmente no ano de referência	0	Adesão dos escolares ao PNAE	0
Percentual de auxiliares de alimentação escolar capacitados para exercer as suas funções	10	Percentual de escolares que participaram de testes de aceitabilidade de preparações da alimentação escolar	0

FONTE: Trabalho de campo. São Francisco do Conde, 2012.

Conforme exposto, observa-se que o planejamento e operacionalização do programa para atender às necessidades nutricionais dos estudantes apresentaram-se distanciados da imagem-objetivo proposta tendo sido pontuados apenas dois indicadores dessa dimensão de análise. Os maiores obstáculos referiram-se às inadequações da estrutura física e condições higiênico-sanitárias das unidades de produção da alimentação escolar, além do insuficiente número de nutricionistas para implementação do programa.

Segundo o relatório parcial do CECANE/UFBA (2012), apesar da existência de depósito central para o armazenamento de gêneros da alimentação escolar nos 21 municípios visitados, a maioria deles apresentou infraestrutura e/ ou estado de conservação inadequados diante da legislação sanitária vigente. De maneira equivalente, estudo realizado por Costa

(2004) no município de Tauá (CE), visando avaliar o PNAE na perspectiva dos usuários, constatou que mesmo sem conhecimentos técnicos aprofundados, 50% dos auxiliares de alimentação escolar consideraram inadequados os locais de armazenamento dos alimentos por estes serem demasiadamente pequenos e insalubres. Também, a investigação conduzida por Dias et al. (2006) para avaliação e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos em 624 escolas no estado de Goiás verificou diversas inadequações nas áreas de preparo da alimentação escolar, em utensílios e equipamentos utilizados para mesma finalidade, tendo sido destaque nesse estudo: presença de focos de insalubridade nos arredores das áreas de preparo (32% dos casos), inexistência de proteção nas aberturas contra insetos e roedores (88%), conservação e higiene insuficientes nos equipamentos de uso geral (15%), refrigeradores (19,7%) e utensílios (12%), sendo estes últimos armazenados em locais inadequados (37%).

De fato, problemas relacionados à infraestrutura das escolas parece ser regra, persistindo ao longo dos anos, conforme relatado no estudo de Figueiredo (2011) sobre a caracterização da segurança de alimentos no PNAE, a partir da produção científica publicada entre 1990 - 2009 e na investigação conduzida por Santos et al. (2007), cujos gestores do PNAE, entrevistados nos 44 municípios do interior da Bahia apontaram como principal obstáculo para preparo das refeições a infraestrutura insuficiente. Entretanto, Spinelli e Canesqui (2004), em estudo realizado nas escolas de Cuiabá (Mato Grosso) registraram, segundo enunciação da maioria dos diretores de escolas entrevistados, adequação das cozinhas ao preparo das refeições, como reflexo dos investimentos efetuados pela prefeitura com reformas e alocação dos equipamentos, embora as inadequações dos locais para armazenamento de gêneros alimentícios persistissem.

Na mesma direção, Stolarski (2005), comparando as formas de execução do PNAE em 27 estados brasileiros, nos anos de 2003 e 2004, considerou como principais entraves para a implementação do PNAE a falta de infraestrutura nas escolas para a elaboração da alimentação escolar, associada ao insuficiente número de auxiliares e equipe técnico-administrativa para monitoramento da operacionalização do programa.

No que se refere à distribuição da alimentação preparada nas escolas visitadas em São Francisco do Conde, esta ocorre nos pátios devido à inexistência de refeitórios ou mesmo cadeiras e mesas nesses locais. Resultados semelhantes foram encontrados por Sturion (2002) e Valeriani (2011) cujas pesquisas revelaram, respectivamente, que a distribuição da

alimentação ocorria nos pátios em 50% das unidades escolares avaliadas e 80% nas salas de aula das escolas do estado de Goiás, sendo o restante nos pátios. De maneira semelhante, investigação realizada por Muniz e Carvalho (2007), com 240 estudantes do ensino fundamental de 10 escolas municipais de João Pessoa (Paraíba), constatou que 56,1% dos escolares referiram consumo da alimentação escolar em salas de aula e nos pátios das unidades escolares, mesmo tendo sido relatado utilização do refeitório por 33,6% dos estudantes.

De maneira equivalente Booz-Allen e Hamilton (2002) citaram que 84,7% e 50% das escolas da área rural e urbana, respectivamente, não dispunham de local apropriado para que os alunos consumissem a alimentação escolar sentados. Ainda sobre essa temática, Stolarski (2005) citou que a sala de aula e o pátio eram os principais locais onde a alimentação escolar era servida e o estudo conduzido por Bleilet al. (2009) revelou que o pátio foi o espaço mais citado pelos alunos para o consumo das preparações, em pé ou sentados em ambientes inadequados, e as salas de aula foram os espaços geralmente destinados às crianças menores (educação infantil e ensino fundamental I). Assim, 37% dos estudantes consideraram desconfortável o local onde era servida a alimentação escolar sendo o principal motivo referido a falta de espaço para todos se acomodarem sentados (42% das respostas).

Ademais, o inadequado número de nutricionistas atuantes no PNAE influenciou o resultado alcançado nessa dimensão, pois o descumprimento das recomendações da Resolução CFN nº 465/2010, que dispõe sobre os parâmetros mínimos numéricos desse profissional assim como suas atribuições no programa, comprometeu a realização das atividades específicas relacionadas ao nutricionista, a saber: realização de visitas técnicas periódicas às unidades escolares, testes de aceitabilidade das preparações do cardápio, ações e atividades de educação para alimentação saudável; acompanhamento do estado nutricional dos escolares; além da elaboração e acompanhamento de cardápios balanceados e adequados às necessidades específicas dos usuários do programa.

Neste estudo, segundo informações do nutricionista do PNAE, todas as unidades escolares foram visitadas no ano de 2011 e foi realizada avaliação do estado nutricional de 30% dos escolares, mesmo com as dificuldades para conseguir equipamentos e instrumentos para realização da atividade. Registros desta ação não foram disponibilizados à equipe de pesquisadores. A investigação conduzida por Costa (2004) constatou a não realização da

avaliação do estado nutricional dos estudantes em escolas de Tauá (CE), devido à falta de falta de equipamentos e instrumentos.

Apesar da inadequação quanto ao número de nutricionistas ser recorrente e impactar no alcance das metas e objetivos do programa, como relatado no estudo desenvolvido por Valeriani (2011), a parceria firmada pelo CFN e o FNDE tendo como um dos objetivos aumentar a participação do nutricionista no programa, apresenta relevantes resultados nessa área. Segundo a cartilha “O nutricionista no PNAE”, elaborada pelo CFN, em 2007, mais de três mil nutricionistas encontravam-se cadastrados nos 5.564 municípios atendidos pelo PNAE, representando um aumento de 64% dos municípios com nutricionistas, referente ao período de 2005 a 2007, e de 200% no número de nutricionistas atuantes no programa.

Entretanto, a possibilidade de contratação de um nutricionista para assunção da responsabilidade técnica do programa e assim garantir o recebimento dos recursos financeiros para o município, parece criar outro problema além dos anteriormente citados, em decorrência da inadequação do quantitativo desse profissional. Segundo o relatório do CECANE/UFBA (2012) sobre atividades de formação de atores sociais do PNAE, 209 nutricionistas foram capacitados no ano de 2011, nos estados da Bahia e Sergipe, e os fatores que se destacaram como comprometedores do trabalho técnico foram: a sensação de solidão para execução do programa, desvalorização profissional devido à baixa remuneração, precárias vínculos empregatícios e dificuldade para construir redes de relacionamento e apoio com outros atores sociais.

Dessa forma, outros prejuízos à execução do programa puderam ser constatados nessa investigação, em decorrência da inadequação numérica de nutricionistas no PNAE, a exemplo da inexecução e/ou má qualidade das ações realizadas para o planejamento de cardápios qualitativamente adequados, supervisão das ações da alimentação escolar por meio de visitas técnicas regulares, assim como o esvaziamento de esforços direcionados à inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar.

Sobre os indicadores elaborados no protocolo original para avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos e executados pela entidade executora, estes não puderam ser calculados, pois a maioria dos cardápios do ano de 2011 não foi disponibilizada durante o trabalho de campo, sendo que três deles foram encontrados e apenas um poderia ser analisado por apresentar todos os dias letivos preenchidos. Entretanto, esse documento era composto por preparações cujos nomes, muitas vezes, não expressavam a sua composição e devido à

inexistência de fichas técnicas de preparação houve dificuldade de reconhecer a constituição das refeições propostas, dados necessários para utilização da metodologia para análise qualitativa das preparações do cardápio (AQPC). Associado a isso, foram encontradas limitações metodológicas e de interpretação para utilização dessa metodologia, que não apresenta parâmetros para classificação dos resultados, o que impossibilitou a análise qualitativa das preparações dos cardápios nesse estudo.

Na presente investigação a inexistência de cardápios específicos para escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos diverge da legislação vigente para execução do programa, a qual destina valor *per capita* diferenciado para atendimento das necessidades específicas desse grupo populacional. Segundo as Resoluções CD/FNDE nº 8, de 14 de maio de 2012, e nº 67, de 28 de dezembro de 2009, os valores per capita para oferta da alimentação escolar do PNAE são: R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em escolas de ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos; R\$ 0,50 para alunos da pré-escola; R\$ 0,60 para alunos de escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos; R\$ 1,00 para alunos matriculados em creches; e R\$ 0,90 para participantes do Programa Mais Educação. Importa destacar que os cardápios disponibilizados pela entidade executora não apresentavam diferenciação ou adequação por categoria educacional, faixa etária ou presença de enfermidades.

Além da totalidade de escolas visitadas em 2011 pela nutricionista do PNAE, outros aspectos positivos observados nessa investigação relacionam-se à capacitação de todos os auxiliares do programa e supervisão regular das atividades desses profissionais. Essas atividades foram realizadas pelo nutricionista de fiscalização da empresa terceirizada por serem atribuições da contratada, tendo sido disponibilizados à equipe de pesquisa os registros de realização das capacitações. O resultado encontrado nesse estudo sobre a capacitação dos auxiliares escolares difere dos achados de Booz-Allen e Hamilton (2002) em que 27% e 48,7% dos profissionais das áreas rural e urbana, respectivamente, responsáveis pelo controle de qualidade dos alimentos receberam treinamento para desempenho da função; de Costa (2004), em que apenas 12,5% dos auxiliares receberam treinamento específico para o exercício das atividades; e Carvalho et al. (2008) cujos achados revelaram ausência de capacitação e treinamentos sistemáticos, além de frequência irregular quando estes aconteciam nas escolas.

Quanto à execução dos cardápios propostos, segundo a enunciação dos diretores de escolas participantes desse estudo, as alterações no ano de 2011 foram frequentes devido à ausência de itens para o preparo das refeições propostas ou pelo insuficiente amadurecimento de frutas. As modificações, em geral, foram realizadas pelos próprios diretores com ou sem anuência da nutricionista, a depender do material disponível no depósito da escola.

O comprometimento na execução dos cardápios escolares planejados, devido à irregularidade na entrega de alimentos e à falta de infraestrutura logística dos depósitos centrais e das escolas, também foi citado pela equipe de trabalho do CECANE/UFBA (2012), nas assessorias aos municípios da Bahia e Sergipe. Situações semelhantes foram observadas nos estudos conduzidos por Valeriani (2011), Spinelli e Canesqui (2004) e Costa (2004). Nas primeiras investigações referidas, a falha no abastecimento dos gêneros ocasionada por fatores diversos motivou as alterações dos cardápios nas unidades escolares; no último estudo, as modificações de 71,43% dos cardápios foram devido à avaliação dos auxiliares de alimentação escolar que referiram falta ou quantidades insuficientes de alimentos para o cumprimento dos cardápios. Entretanto, em todos os casos, as decisões sobre as preparações que substituiriam às propostas pelo nutricionista foram feitas pelos próprios auxiliares de alimentação ediretores das unidades escolares, assim como citado no estudo de Carvalho et al. (2008).

A adesão dos escolares ao programa também foi analisada, por ser um dado relevante na avaliação dessa política pública com objetivos declarados em relação ao desenvolvimento físico e cognitivo deste grupo social. Nesse estudo 44,6% dos participantes – estudantes de 07 a 14 anos - referiram consumir a alimentação escolar de três a cinco vezes por semana. Esse resultado difere dos encontrados por Booz-Allen e Hamilton (2002) que citaram 93,2% e 86,1% de escolares que referiram consumo da alimentação escolar na área rural e urbana, respectivamente, no período igual ou superior a três dias por semana. Entretanto, achados semelhantes aos resultados desse estudo foram publicados por Martins et al., 2004 (45,0%), Sturion et al., 2005 (46,0%), Pecorari, 2006 (39,0%), Muniz e Carvalho, 2007 (33,5%), Bleil et al., 2009 (57,0%) e Valeriani, 2011 (56,0%) que investigaram a adesão de escolares do ensino fundamental ao programa, tendo como base o consumo das refeições acima de quatro dias na semana.

Importa destacar que o percentual de respondentes nesse estudo que referiram jamais consumir a alimentação escolar foi de 6%, à semelhança do resultado encontrado por

Bleiletal. (2009), e as reclamações mais referidas foram: a monotonia dos cardápios, descompasso entre a temperatura da refeição servida e do ambiente, além da falta de higiene dos locais de preparo. Sturion (2002) também relatou questões semelhantes sobre a baixa adesão ao programa de alimentação escolar, a saber: oferecimento de preparações inadequadas aos horários de distribuição, problemas de temperatura, refeições que não atendem a preferência dos escolares, a qualidade higiênico-sanitária das refeições distribuídas, pouco tempo para consumir a alimentação, local inadequado e desorganização na distribuição das refeições. De maneira equivalente Bleilet al. (2009) citaram que apenas 41% dos escolares referiram que a temperatura das preparações servidas era adequada. Além disso, Martins et al. (2004) referiram em sua pesquisa que uma das justificativas dos entrevistados para a baixa adesão ao Programa foi a falta de higiene dos utensílios, do local e dos próprios auxiliares de alimentação escolar.

3.4 DESEMPENHO GLOBAL DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE

Tendo obtido os resultados por dimensão analisada, cabe também conhecer a situação global da execução do PNAE no município de São Francisco do Conde-BA. Para tanto, calculou-se o percentual alcançado pelo município em relação ao total possível de pontos. Resultou 27,14% de desempenho global, o que classifica o município na condição de desempenho insatisfatório (conforme quadro 1). A síntese dos resultados por dimensão e global desta avaliação encontra-se disposta no quadro a seguir:

QUADRO 5 – RESULTADO DA PONTUAÇÃO DO PROTOCOLO DE INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PNAE. SÃO FRANCISCO DO CONDE, 2012.

DIMENSÃO	PONTUAÇÃO		DESEMPENHO
	POSSÍVEL	ALCANÇADA	
GESTÃO	130 pontos	50 pontos (38,46%)	Insatisfatório
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	80 pontos	25 pontos (31,25%)	Insatisfatório
EFICIÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	140 pontos	20 pontos (14,28%)	Sem desempenho
DESEMPENHO GLOBAL DA EXECUÇÃO MUNICIPAL DO PNAE	350 pontos	95 pontos (27,14%)	Insatisfatório

FONTE: Trabalho de campo. São Francisco do Conde, 2012.

Nesse contexto, de acordo com os resultados obtidos em cada dimensão do programa, torna-se relevante, a princípio, para sanar as fragilidades apresentadas, a concentração de esforços na dimensão de eficiência alimentar e nutricional cujas possibilidades de reversão da situação encontrada podem ser identificadas nesse mesmo estudo, a partir da análise do protocolo de indicadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação integral da metodologia para avaliação do PNAE a partir de um protocolo de indicadores permitiu a produção de informações que podem somar para o aperfeiçoamento do programa tendo em vista o objetivo de avaliar os alcances e limites encontrados na implementação do PNAE, em âmbito local. Assim, o desempenho global do PNAE em São Francisco do Conde foi classificado insatisfatório segundo os parâmetros adotados nesse estudo, assim como nas dimensões de gestão e participação e controle social. A dimensão de eficiência alimentar e nutricional, no entanto, apresentou grau de desenvolvimento sendo categorizada como sem desempenho.

Mesmo com as dificuldades inerentes para realização de pesquisa de campo em municípios, associado às atribuladas tentativas de agendamento de entrevistas com gestores públicos em ano de eleições municipais e a inconsistência dos poucos documentos disponibilizados, todas estas aproximações com o cenário de implementação do programa foram essenciais para elucidar aspectos envolvidos na execução municipal do programa - seja pela complementação ou contraposição de informações - as pesquisas documentais, observações realizadas pelo investigador durante a estadia no município e as entrevistas com outros atores sociais do programa, além dos informantes-chave previamente elencados.

Os obstáculos encontrados para realização deste estudo foram o não acesso aos documentos, os quais eram inexistentes ou inacessíveis à equipe de pesquisa durante sua estada no município. Essa dificuldade foi verificada no nível da gestão municipal e no CAE. Ademais, quanto aos cardápios, a análise não foi realizada devido a: a) dificuldade de acesso; b) não clareza das informações nos documentos encontrados; c) limitações metodológicas e de interpretação da Análise Qualitativa das Preparações dos Cardápios (AQPC). Essa metodologia não apresentava parâmetros para classificação dos resultados, o que impossibilitou a análise qualitativa das preparações dos cardápios nesse estudo.

Esse estudo permitiu evidenciar, como consequência da crescente complexidade das normas do programa, a rede intrinsecamente interligada de atores e suas decisões ou omissões que compõem a execução do programa localmente, além de ratificar a incipiência dos resultados de pesquisas fragmentadas sobre o objeto estudado, embora sejam recorrentes no contexto acadêmico atual.

Por isso vislumbra-se que esse estudo poderá contribuir para o aperfeiçoamento da implementação do programa em pelo menos dois aspectos: de um lado, a metodologia poderá ser usada pela própria gestão municipal, a fim de reconhecer áreas de maiores avanços e principais entraves para execução do programa, possibilitando a adoção de mecanismos para reverter a situação. De outro, essa metodologia de avaliação poderá contribuir para melhoria técnica da atuação profissional do nutricionista do PNAE que, valendo-se de um instrumento de simples aplicabilidade e produção de resultados confiáveis, acessíveis, e inteligíveis a serem sinalizados à gestão municipal, terá maior respaldo em casos de auditorias, fiscalizações e/ou denúncias de gestões ineficientes do programa, por exemplo.

Contudo, em ambos os casos, destaca-se a necessidade da utilização adequada desta proposta metodológica de avaliação do desempenho municipal do PNAE e, baseando-se em princípios éticos semelhantes aos que nortearam esse estudo, possa ser assegurada a confiabilidade dos resultados. Assim, devido à qualificação técnica do nutricionista e visão ampliada da magnitude do programa, a aplicação do instrumento pelo responsável técnico do programa ou por equipe por ele constituída e sob sua supervisão, constitui-se na opção mais viável, mesmo que isto amplie as responsabilidades e atribuições dos nutricionistas tornando, portanto, ainda mais necessário o atendimento dos parâmetros numéricos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Nutricionistas na Resolução nº 465/2010 assim como a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento do programa pelo FNDE.

Outra consideração relevante diz respeito à necessidade de realizar o ajuste dos indicadores propostos para a avaliação do programa e revisão da escolha dos meios de verificação, a depender das características locais de implementação do programa. A depender da modalidade de gestão do programa será imprescindível a elaboração, supressão e/ou adaptação de alguns indicadores deste protocolo além da manutenção daqueles considerados básicos a qualquer modelo de implementação do PNAE.

Assim, nesse contexto de avaliação do PNAE em âmbito local sugere-se que novos estudos sejam desenvolvidos para atualização periódica da metodologia apresentada; que o indicador relativo à avaliação da adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica seja subdividido em três, a saber: necessidades específicas para quilombolas, indígenas e portadores de enfermidades; e que sejam mantidos no protocolo os indicadores relativos à avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos e executados pela entidade executora.

REFERÊNCIAS

- BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr.**, v. 22, n. 5, p. 595-607, 2009.
- BLEIL, R.A.T.; SALAY, E.; SILVA, M.V. Adesão ao Programa de Alimentação Escolar por Alunos de Instituições Públicas de Ensino no Município de Toledo, PR. **Segur. Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16, n.1, p. 65-82, 2009.
- BOOZ-ALLEN; HAMILTON. **Avaliação do Impacto Distributivo do PNAE e Elaboração de Sistemática de Monitoramento do PNAE**. Brasília. 07 mar. 2002. 229 slides. Apresentação em *Power Point*.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas – CFN. **Resolução nº 465**, de 23 de agosto de 2010. Dispõe sobre as atribuições do nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: República Federativa do Brasil; **Alimentação escolar** [2013]. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>> Acesso em 24 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução CD/FNDE nº 67**, de 28 de dezembro de 2009. Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3376-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-67-de-28-de-dezembro-de-2009>> Acesso em: 20 jan. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução CD/FNDE Nº 038**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-legislacao>> Acesso em: 20 jan. 2013.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> Acesso em: 13 nov. 2012.
- CALASANS, F.V.M. **Avaliação da atuação do Conselho de Alimentação Escolar**. 2009. 63 f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

_____ **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar:** desenvolvimento de um protocolo de indicadores. Salvador. 2013. 18 f. Digitado. Artigo para conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia. Orientação: Sandra Maria Chaves dos Santos.

CARVALHO, A.T. et al. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Interface**, [S.l.], v.12, n.27, p. 823-34, 2008.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UFBA - CECANE/UFBA. Relatório Parcial de Atividades do CECANE-UFBA 2010 - 2012. **Formação de Atores Sociais do PNAE**. Salvador, 2012. 25 f.

CENTRO COLABORADOR EM ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR DA UFBA (CECANE/UFBA). Relatório Parcial de Atividades do CECANE-UFBA 2010 - 2012. **Assessoria aos Municípios nos estados da Bahia e Sergipe**. Salvador, 2012. 34 f.

CHAVES-DOS-SANTOS, S.M.C.; SAMPAIO, M.F.A. **Diagnóstico e Avaliação em Segurança Alimentar e Nutricional**. 2008. Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material didático.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. “**O nutricionista no Programa de Alimentação Escolar**”. Brasília: Sistemas Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas. 2007. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/eficiente/repositorio/Comunicacao/Material_institucional/162.pdf> Acesso em: 03 fev. 2013.

COSTA, L.M.C. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso**. 2004. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

DIAS, M.R.M. et al. Avaliação e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos na Merenda Escolar – Goiás. **Relatório**. 2006. 19p. Disponível em: <www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_364_arq_995_relatriofinal.doc> Acesso em: 14 out. 2012.

DUARTE, E.; MACHADO, M.F.A.S. O exercício do controle social no âmbito do Conselho Municipal de Saúde de Canindé, CE. **Saude soc.**, [S.l.:s.n.], v.21, p. 126-137. 2012.

FIGUEIREDO, K.V. **A segurança de alimentos em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar:** o que revela a produção científica publicada entre 1990 e 2009. 2011.120 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

GUIMARÃES, M.C.L. et al. Avaliação da capacidade de gestão de organizações sociais: uma proposta metodológica em desenvolvimento. **Cad. Saúde públ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1642-1650, nov.- dez. 2004.

HOFFMAN, R. Determinantes do consumo da merenda escolar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004 e 2006. **SegAlim Nutr.** Campinas, v. 19, n. 1, p. 33-45. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE** [2009]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=292920#topo>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

JANNUZZI, P.M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2001. 141 p.

LABRA, M.E.; FIGUEIREDO, J. A. Associativismo, participação e cultura cívica: O potencial dos conselhos de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, [S.l.], v.7, n.3, p. 537-547, 2002.

MARTINS, R.C.B. et al. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. **Saúde Rev.**, Piracicaba, v.6, n.13, p. 71-78, 2004.

MEDEIROS, P.O Controle Social e o Tribunal de Contas da União: O Caso dos Conselhos de Alimentação Escolar. In: II Encontro de Administração Pública e Governança. **ENAPG**. 2006. Disponível em: <<http://www.ticontrole.gov.br/portal/pls/portal/docs/769715.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

MUNIZ, V.M.; CARVALHO, A.T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.20, n.3, p. 285-296, 2007.

NASCIMENTO, J.L.R. **A atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar: análise comparativa entre o controle administrativo e o Controle público**. 5º Concurso de monografias da Controladoria Geral da União (CGU). [2010] Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/concursos/arquivos/5_ConcursoMonografias/1-lugarprofissionais-jose-leonardo-ribeiro-nascimento.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2012

PANELLI-MARTINS, B. **Análise de método de avaliação de segurança alimentar e nutricional: uma contribuição à política municipal de SAN**. 2007. 67 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PECORARI, R.C.F. **Uma proposta de inovação no cardápio escolar baseada na avaliação do programa de alimentação escolar de Piracicaba-SP**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

PIMENTA, S.M. **Avaliação da atuação do Conselho de Alimentação Escolar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do município de Nazaré-Bahia**. 2009. 54 f. Monografia (Especialização) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

PIPITONE, M.A.P. et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa de alimentação escolar. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, abr.- jun. 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **PNUD** [2000]. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 03 jun. 2011.

ROCHA, C.V. Gestão pública municipal e participação democrática no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v.19, n.38, p 171-185, 2011.

ROCHA, N.C. et al. Organização e dinâmica do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo: implicações para a sua atuação na construção da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. **Rev. Nutr.**, Campinas, v.25, n.1, p. 133-146, 2012.

SANTOS, L.M.P. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde públ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n.11, p. 2681-2693, 2007.

SERAFIM, L. Controle Social: que caminhos? **Instituto Pólis**. Observatório dos Direitos do Cidadão. 2008. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/utilitarios>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SILVA, A.V. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal**: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, L.M.S. et al. Análise da organização e funcionamento dos conselhos de saúde e a gestão participativa em Fortaleza, CE. **Saúde soc.** São Paulo, v.21, s.n., p. 117-125, 2012.

SOUZA, T.O. et al. Controle social: um desafio para o conselheiro de saúde. **Rev. bras. enferm.** Brasília, v.65, n.2, p. 215-221, mar.- abr., 2012.

SPINELLI, M.A.S.; CANESQUI, A.M. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 151-165, 2004.

STOLARSKI, M.C. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil**: análise de uma política pública no período de 2003-2004. 2005. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

STURION, G.L. et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 167-181, 2005.

STURION, G.L. **Programa de alimentação escolar**: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros. 2002. 115 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – **SEI/BA** [2010]. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/municipal/boletim_tecnico/boletim_PIB_municipal_2010.pdf> . Acesso em: 28 jul. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA –
SEI/BA [2006]. Disponível em:

<<http://www.sei.ba.gov.br/munsintese/index.wsp?tmp.cbmun.mun=2929206>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Relatório de auditoria de desempenho.**
Sexta Secretaria de Controle Externo [2009] Disponível em:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/PNAE.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

VALERIANI, T.S.M. **A gestão escolarizada do Programa de Alimentação Escolar no estado de Goiás.** 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

QUADRO 6 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de gestão, São Francisco do Conde, Bahia, 2012.

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Regularidade no repasse dos recursos do FNDE para o município	Liberação das dez parcelas mensais transferidas pelo FNDE à entidade executora, em 12 meses	Sim Não	10 0	10	Site público FNDE http://www.fnde.gov.br	A regularidade no repasse dos recursos é importante para garantir a plena implementação do PNAE em âmbito municipal, para toda a população alvo, por 200 dias letivos, sem interrupção.
Existência de complementação financeira por parte do município na implementação do PNAE	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de complementação financeira na implementação do PNAE	Sim Não	10 0	10	Informante-chave: gestor máximo do PNAE no município	A existência do compartilhamento da responsabilidade financeira na oferta da alimentação escolar entre o FNDE, e a entidade executora, reafirma o compromisso com o PNAE, o que soma para melhores resultados.
Avaliação do volume de recursos repassados ao município pelo FNDE	Enunciação avaliativa do gestor máximo quanto ao volume de recursos repassados	Satisfação total Satisfação regular Insatisfação	10 5 0	0	Informante-chave: gestor máximo do PNAE no município	A referência avaliativa positiva do gestor máximo quanto ao volume de recursos financeiros transferidos pelo FNDE se relaciona com a maior viabilidade e operacionalização do Programa no município.
Avaliação da gestão do PNAE no município pelo CAE	Enunciação avaliativa do CAE a respeito da gestão do PNAE no município	≥ 75% satisfação total < 75 - ≥ 50% satisfação total < 50% satisfação total	10 5 0	0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A referência avaliativa positiva do CAE quanto à gestão do PNAE no município valida uma implementação com transparência, participação e controle social.
Existência de uma equipe adequada para gestão do PNAE no município	Enunciação do gestor máximo sobre a existência de uma equipe adequada pela gestão do PNAE no município	Sim Não	10 0	0	Informante-chave: gestor máximo ou RT pelo PNAE no município	Quanto mais o município se organiza tecnicamente e administrativamente para a gestão do PNAE, garantindo condições suficientes e adequadas para realização das atividades dos profissionais envolvidos maiores serão as condições do Programa de alcançar os seus objetivos e metas.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 6 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de gestão, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural no ano anterior	Enunciação do responsável técnico do PNAE sobre a aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para compra de produtos regionais no ano anterior	Sim Não	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	A Aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para compra de gêneros da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais contribui para apoiar o desenvolvimento local sustentável.
Existência de articulação local entre os setores educação e saúde para execução do programa	Enunciação do responsável técnico do PNAE sobre a existência de ações articuladas entre os setores de educação e saúde no âmbito municipal	Sim Não	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O desenvolvimento de ações e projetos articulados e intersetoriais na perspectiva da atenção integral à saúde dos estudantes colaboram para a implementação da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar.
Percentual de membros do CAE que referem utilização exclusiva dos gêneros distribuídos às escolas na alimentação escolar	Nº de conselheiros do CAE com respostas positivas x 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas < 75 - ≥ 50% de respostas positivas < 50% de respostas positivas	10 5 0	10	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	Quanto maior o percentual de membros do CAE que referem a devida utilização dos gêneros alimentícios distribuídos às unidades escolares na alimentação escolar, mais transparente tende a ser a gestão operacional do PNAE.
Existência de um sistema de monitoramento da produção de refeições nas unidades escolares	Enunciação sobre a existência de um sistema de monitoramento capaz de controlar a produção de refeições nas unidades escolares	Existência de um sistema Ausência de um sistema	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O maior controle na produção de refeições nas unidades escolares, por meio de um sistema de monitoramento com funcionalidade, implica num acompanhamento transparente, refletindo a capacidade de gestão municipal na implementação do PNAE.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 6 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de gestão, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Avaliação dos diretores das unidades escolares sobre gestão municipal do PNAE	Questionar aos diretores sobre a gestão do PNAE nas escolas	<p>≥ 75% satisfação total</p> <p>< 75 - ≥ 50% satisfação total</p> <p>< 50% satisfação total</p>	<p>10</p> <p>5</p> <p>0</p>	0	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	A referência avaliativa positiva dos gestores do Programa nas escolas quanto às possibilidades de implementação do PNAE, neste âmbito, valida a sua operacionalidade e promove um atendimento regular e de qualidade aos usuários.
Conhecimento das normas do PNAE pelos diretores das escolas	Número de diretores entrevistados que referem conhecer as normas do programa	<p>Todos os diretores entrevistados referem conhecer as normas do programa</p> <p>Um ou mais diretores referem desconhecer as normas do programa</p>	<p>10</p> <p>0</p>	0	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	O melhor entendimento sobre as normas e metas do PNAE pelos gestores do Programa no âmbito escolar auxilia para uma operacionalização eficiente que contemple os usuários.
Existência de auxiliares de alimentação escolar, exclusivas para a função, em pelo menos dois turnos de funcionamento da escola	Número de escolas onde há auxiliares de alimentação escolar em pelo menos 2 turnos exclusivas para a função	<p>Todas as escolas contam com auxiliares de alimentação para atender a pelo menos dois turnos</p> <p>Um ou mais escolas sem auxiliares de alimentação para atender a pelo menos dois turnos</p>	<p>10</p> <p>0</p>	10	Informante-chave: diretores de escolas atendidas pelo PNAE em âmbito municipal	A existência de um profissional responsável unicamente pelo preparo da alimentação escolar demonstra a organização operacional do PNAE.
Avaliação dos membros do CAE sobre regularidade na oferta das preparações nas escolas	Enunciação avaliativa do CAE sobre regularidade na oferta das preparações nas escolas	<p>≥ 75% dos membros do CAE referem regularidade na oferta</p> <p>< 75% dos membros do CAE referem irregularidade na oferta</p>	<p>10</p> <p>0</p>	10	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	Quanto maior a média de dias de fornecimento da alimentação escolar no município, durante os 200 dias letivos, maior o alcance da cobertura universal do Programa.
RESULTADO FINAL DA DIMENSÃO			130 pontos	50 pontos (38,46%)		

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 7 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de participação e controle social, São Francisco do Conde, Bahia, 2012.

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Existência de marco legal para atuação do CAE	Enunciação do presidente do CAE sobre a existência de regimento interno	Sim Não	10 0	10	Informante-chave: presidente do CAE	O regimento interno organiza a atuação do CAE, validando a existência formal de controle social sobre o PNAE.
Frequência anual de reuniões do CAE	Número de reuniões do CAE ao longo do ano letivo	≥ 5 reuniões ao ano 2 - 4 reuniões ao ano ≤ 1 reunião ao ano	10 5 0	5	Informante-chave: presidente do CAE	Quanto maior o número de reuniões realizadas pelo CAE, maior a mobilização e a expressão da sua participação social no controle da implementação do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem conhecer as normas e metas do PNAE	Número de membros do CAE com respostas positivas × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas < 75 - ≥ 50% de respostas positivas < 50% de respostas positivas	10 5 0	0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	O melhor entendimento dos membros do CAE sobre as normas e metas do PNAE auxiliam num controle social pleno e participativo.
Percentual de membros do CAE que referem adequação quanto às condições oferecidas pelo município na viabilização de suas atividades	Número de membros do CAE que referem adequação × 100 ÷ total de membros do CAE entrevistados	≥ 75% de respostas positivas < 75 - ≥ 50% de respostas positivas < 50% de respostas positivas	10 5 0	5	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A garantia ao CAE de uma infraestrutura adequada, necessária à plena execução das atividades de sua competência, assim como a disponibilização de documentos e informações referentes à execução do PNAE, em todas as suas etapas, é função obrigatória do município, assegurando o controle social na implementação do Programa.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 7 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de participação e controle social, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Percentual de membros do CAE capacitados para a supervisão da qualidade da alimentação escolar	$\text{Número de membros do CAE capacitados} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	0	Informante-chave: presidente do CAE	Quanto melhor o entendimento dos membros do CAE sobre a adequada verificação da qualidade da alimentação oferecida pelo PNAE, mais eficiente a operacionalização e o alcance dos objetivos e metas do Programa.
Percentual de unidades escolares visitadas pelo CAE nos últimos dois anos	$\text{Número de escolas visitadas pelo CAE nos últimos 2 anos} \times 100 \div \text{total de unidades escolares avaliadas}$	$\geq 75\%$ das unidades $< 75 - \geq 50\%$ das unidades $< 50\%$ das unidades	10 5 0	0	Informante-chave: presidente do CAE	A plena execução das ações do CAE refletem o nível de controle social na implementação do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem participar da análise da prestação de contas do programa	$\text{Número de membros do CAE que participam da análise da prestação de contas} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	5	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	A apreciação das contas do Programa pelo CAE assim como o registro do resultado da análise em ata contribui para maior transparência da gestão operacional do PNAE.
Percentual de membros do CAE que referem acompanhar a execução do contrato de gestão da alimentação escolar	$\text{Número de membros do CAE que referem acompanhar o contrato de gestão} \times 100 \div \text{total de membros do CAE entrevistados}$	$\geq 75\%$ dos membros $< 75 - \geq 50\%$ dos membros $< 50\%$ dos membros	10 5 0	0	Informante-chave: membros titulares e suplentes do CAE	O acompanhamento de documentos (contrato de gestão, editais de licitação, extratos bancários, cardápios, notas fiscais de compras) necessários ao desempenho das atividades do CAE corrobora para operacionalização responsável do Programa no município.
RESULTADO FINAL DA DIMENSÃO			80 pontos	25 pontos (31,25%)		

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 8 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de eficiência alimentar e nutricional, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Percentual de escolas em condições desejáveis para o armazenamento da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis para o armazenamento da alimentação escolar \times 100 \div total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 0	0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para o armazenamento da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Percentual de escolas em condições desejáveis para o preparo da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis para o preparo da alimentação escolar \times 100 \div total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para o preparo da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Percentual de escolas em condições desejáveis para a distribuição da alimentação escolar	Número de escolas com condições desejáveis para a distribuição da alimentação escolar \times 100 \div total de unidades escolares avaliadas	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ das escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	0	Aplicação de formulário de inspeção nas escolas	Um ambiente adequado para a distribuição da alimentação escolar contribui para produção de refeições seguras, sob o ponto de vista higiênico-sanitário.
Adequação do número de nutricionistas para o PNAE, segundo o quantitativo de estudantes e modalidade de ensino	Número de nutricionistas por número de estudantes, por modalidade de ensino, segundo a resolução CFN nº 465/2010	Adequado Inadequado	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	As ações desenvolvidas pela equipe técnica especializada na supervisão da implementação do PNAE pode contribuir para oferta de refeições quantitativa e qualitativamente adequadas, cumprindo os objetivos e metas do programa.
Percentual de escolas visitadas por nutricionistas no ano de referência.	Nº de escolas visitadas pelo menos uma vez no último ano \times 100 \div total de unidades escolares	$\geq 75\%$ das escolas $< 75 - \geq 50\%$ escolas $< 50\%$ das escolas	10 5 0	10	Informante-chave: RT do PNAE no município	A supervisão periódica da execução do PNAE por uma equipe técnica especializada poderá garantir a adequada operacionalização das etapas do programa no âmbito escolar, convergindo para a promoção da SAN entre os usuários.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 8 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de eficiência alimentar e nutricional, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (continuação...)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Percentual de escolares avaliados nutricionalmente no ano de referência	$\text{Número de escolares avaliados nutricionalmente no último ano} \times 100 \div \text{total de escolares}$	$\geq 75\%$ das escolares $< 75 - \geq 50\%$ das escolares $< 50\%$ das escolares	10 5 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	As ações desenvolvidas pela equipe técnica especializada do PNAE podem contribuir para o alcance dos objetivos e metas do Programa.
Percentual de auxiliares de alimentação escolar capacitados para exercer as suas funções	$\text{Número de profissionais capacitados} \times 100 \div \text{total de auxiliares de alimentação escolar no município}$	$\geq 75\%$ dos auxiliares $< 75 - \geq 50\%$ dos auxiliares $< 50\%$ dos auxiliares	10 5 0	10	Informante-chave: RT da empresa terceirizada	Quanto melhor o entendimento das atribuições e responsabilidades dos atores sociais envolvidos na execução do PNAE, melhor a operacionalização das etapas do programa na unidade escolar, assim como o atendimento aos seus objetivos e metas.
Avaliação dos diretores de escolas quanto à execução do cardápio proposto pela entidade executora para a alimentação escolar	$\text{Número de diretores de escolas que referiram executar o(s) cardápio(s) proposto(s) nos últimos 30 dias} \times 100 \div \text{total de unidades escolares avaliadas}$	$\geq 75\%$ dos diretores $< 75 - \geq 50\%$ dos diretores $< 50\%$ dos diretores	10 5 0	0	Informante-chave: diretores de escolas	A adequada gestão e operacionalização do PNAE devem incluir o planejamento e o real oferecimento da alimentação escolar sugerida pela equipe técnica que assessora a entidade executora.
Avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora	Avaliação da adequação dos cardápios propostos pela entidade executora pelo método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC)	$\geq 75\%$ dos itens de avaliação adequados $< 75 - \geq 50\%$ dos itens de avaliação adequados $< 50\%$ dos itens de avaliação adequados	10 5 0	0	Avaliação dos cardápios propostos pela entidade executora no período de quatro semanas pelo método AQPC	A alimentação escolar planejada de modo a atender às necessidades nutricionais dos estudantes, na forma de refeições atrativas e saudáveis e atendendo às práticas e preferências alimentares dos escolares favorece o consumo mais regular do benefício, contribuindo para o alcance dos objetivos e metas do PNAE.

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

QUADRO 8 - Protocolo de indicadores para avaliação do desempenho municipal do PNAE na dimensão de eficiência alimentar e nutricional, São Francisco do Conde, Bahia, 2012. (conclusão)

Indicador	Fórmula ou critério	Parâmetro	Pontos Possíveis	Pontos obtidos	Meio de verificação	Premissa
Avaliação da adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica	Enunciação do RT do programa sobre a existência de cardápios adequados para escolares que necessitam de atenção específica	SIM NÃO	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	Os cardápios do PNAE devem ser diferenciados para os estudantes que necessitem de atenção específica (estado de saúde, estudantes de áreas remanescentes de quilombos e indígenas) contribuindo para um melhor alcance dos objetivos e metas deste programa.
Existência de iniciativas e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar	Enunciação dos diretores sobre a existência de iniciativas e atividades de relevância para a alimentação escolar	Todos referem Um ou mais referem não existência	10 0	0	Informante-chave: diretores de escolas	A existência de ações e atividades educativas de relevância para a alimentação escolar sugere uma comunidade escolar socialmente mobilizada e mais atuante na participação social sobre o PNAE, contribuindo para um melhor alcance dos objetivos e metas deste programa.
Inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar	Enunciação do RT do programa sobre a existência da inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar	SIM NÃO	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	A gestão municipal deve propor a inserção do tema alimentação saudável no currículo escolar monitorando o cumprimento desta atividade nas escolas sob sua responsabilidade convergindo para a promoção da SAN entre os usuários
Adesão dos escolares ao PNAE	Percentual de estudantes que referiram consumir a alimentação escolar três ou mais vezes na semana	≥ 75% dos escolares entrevistados < 75 - ≥ 50% dos escolares entrevistados < 50% dos escolares entrevistados	10 5 0	0	Informante-chave: público usuário	A maior adesão do público usuário ao PNAE reflete o efeito esperado na contribuição do programa à promoção de ações que somem à SAN entre os escolares.
Percentual de escolares que participaram de testes de aceitabilidade de preparações da alimentação escolar	Número de escolares que participaram dos testes de aceitabilidade de preparações/ total de escolares matriculados x 100	≥ 85% dos escolares < 85% dos escolares	10 0	0	Informante-chave: RT do PNAE no município	O estudo de aceitabilidade, preconizado pela legislação do PNAE, procura investigar a aceitação dos alunos sobre a alimentação oferecida, o que é fundamental para o alcance dos objetivos e metas do programa.
RESULTADO FINAL DA DIMENSÃO			140 pontos	20 pontos (14,28%)		

FONTE: Adaptado de Silva (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs ao desenvolvimento e aplicação de uma metodologia para avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a mais antiga e ininterrupta política social implementada no Brasil.

Em execução desde 1955, o PNAE objetiva contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos da educação básica por meio da complementação alimentar, a partir da transferência de recursos financeiros federais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para instâncias locais.

Devido ao alto investimento, grande número de alunos atendidos e em virtude da descentralização na direção dos estados e municípios, ocorrida a partir de 1994 aumentando o nível de responsabilidade local com a execução do programa, tornou-se relevante a avaliação deste. Entretanto, a ausência de metodologias avaliativas sistemáticas e globais dessa política constitui-se uma lacuna que este estudo pretendeu preencher por meio do desenvolvimento de uma proposta metodológica de avaliação do PNAE e a aplicabilidade desta em um município baiano.

Os resultados desta pesquisa foram sistematizados em dois artigos a fim de atender os objetivos deste estudo. No primeiro artigo “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: desenvolvimento de um protocolo de indicadores” foi apresentada a metodologia elaborada para avaliação do desempenho municipal do PNAE, construída a partir do objetivo de atualizar o protocolo de indicadores e plano de análise. A partir dos estudos na área, da legislação vigente e das peculiaridades da execução do programa no município foi possível alcançar o objetivo proposto.

No segundo artigo, “Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: estudo de caso em um município baiano” foram apresentados os resultados da aplicação da metodologia atualizada para avaliação do desempenho do PNAE no município de São Francisco do Conde, escolhido por apresentar posições marcadamente inferiores em se tratando de desenvolvimento social. Os resultados desta pesquisa foram classificados em uma escala de categorias, tendo sido obtidas as seguintes conclusões: nas dimensões gestão e participação e controle social o programa alcançou desempenho insatisfatório. Na dimensão eficiência alimentar e nutricional, o resultado foi sem desempenho. E a avaliação global do programa revelou desempenho insatisfatório. Assim, tendo sido possível aplicar integralmente

o modelo multidimensional, desenvolvido nesta pesquisa para avaliação do PNAE em âmbito local, foram produzidas informações que podem somar para o aperfeiçoamento do programa.

Os limites encontrados na realização deste estudo estiveram relacionados à aplicabilidade da metodologia no município, a exemplo da dificuldade de localizar alguns membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e de agendar as entrevistas com os conselheiros e gestores municipais responsáveis pela implementação do programa.

Outro obstáculo foi o acesso aos documentos - inexistentes ou inacessíveis à equipe de pesquisa durante sua estada no município. Essa dificuldade foi verificada no nível da gestão municipal e no CAE. Também a avaliação da adequação qualitativa dos cardápios não pode ser realizada devido ao difícil acesso e não clareza das informações nos documentos encontrados, além das limitações metodológicas e de interpretação da Análise Qualitativa das Preparações dos Cardápios (AQPC). Essa metodologia não apresentava parâmetros para classificação dos resultados, o que impossibilitou a análise qualitativa das preparações dos cardápios nesse estudo.

Entretanto, esta pesquisa poderá dotar os gestores municipais com uma metodologia fácil e de baixo custo financeiro para avaliação da execução municipal do PNAE e para o monitoramento de suas ações mediante a replicação sistemática do protocolo de indicadores pela equipe de gestão no município. Ademais, poderá possibilitar aos nutricionistas, envolvidos na implementação do programa, respaldo técnico e documental em situações de auditorias e fiscalizações.

O desenvolvimento e aplicação dessa metodologia possibilitou ainda evidenciar a existência de uma rede intrinsecamente interligada de atores e suas decisões ou omissões para implementação local do Programa, como consequência da crescente complexidade das normas do PNAE, ao longo dos 57 anos de existência, embora os seus reflexos nas dimensões eficiência alimentar e nutricional e participação e controle social não tenham sido observados neste estudo.

Assim, sugere-se que: a) novos estudos sejam desenvolvidos para atualizar periodicamente a metodologia apresentada; b) capacitação dos gestores públicos municipais envolvidos no processo de implementação do programa, a fim de instrumentalizá-los sobre a importância da avaliação e utilização da metodologia; c) considerar a necessidade de subdividir o indicador relativo à avaliação da adequação dos cardápios para escolares que necessitam de atenção específica em três, a saber: necessidades específicas para quilombolas,

indígenas e portadores de enfermidades; d) que sejam mantidos no protocolo os indicadores para avaliação da adequação qualitativa dos cardápios propostos e executados pela entidade executora; e) que o nutricionista da gestão municipal ou por equipe por ele constituída e sob sua supervisão, seja responsável pela aplicação do instrumento e realização dos ajustes dos indicadores propostos de acordo com as características locais de implementação do programa - devido à qualificação técnica e visão ampliada da magnitude do programa. Embora isto amplie as responsabilidades e atribuições desses profissionais tornando, portanto, ainda mais necessário o atendimento dos parâmetros numéricos mínimos estabelecidos pelo Conselho Federal de Nutricionistas na Resolução nº 465/2010 assim como a criação de mecanismos de avaliação e monitoramento do programa pelo FNDE.

Em síntese, a aplicação dessa metodologia de avaliação do PNAE permitiu, de um lado, visualizar os avanços da gestão municipal na implementação do programa assim como do controle social. Por outro, identificar as limitações ainda existentes para aproximar-se da imagem-objetivo proposta para o programa. Assim, com este recurso metodológico, poderá ser possível ao gestor, utilizando o protocolo de indicadores, direcionar suas ações para solucionar os principais entraves detectados, com vistas ao aperfeiçoamento do PNAE.

Por fim, o estudo evidenciou a necessidade de sistemas de monitoramento e avaliação não como medida coercitiva para os gestores públicos, mas como instrumentos para o aperfeiçoamento do programa. Permitiu também identificar a necessidade de aprimorar a metodologia para análise qualitativa das preparações dos cardápios a fim de aprofundar a compreensão dos elementos que compõem a dimensão eficiência alimentar e nutricional.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____,
 membro do Conselho de Alimentação Escolar - município de São Francisco do Conde –
 representante do (a) _____, fui convidado(a) (a) a
 participar como entrevistado da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal
 do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela
 Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a
 pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do
 Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de
 indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05)
 anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as
 informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para
 os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de
 pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei
 suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer
 prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre
 qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras
 e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375,
 e-mail: flaviacalasans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71)
 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia
 (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador –
 Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização
 a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento
 encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador
 responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Assinatura do Membro do CAE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____,

Gestor (a) Máximo (a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375. e-mail: flaviacalans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador - BA. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705. email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Assinatura do Gestor (a) Máximo (a) do PNAE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, Gestor (a) Financeiro (a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)- município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado (a) da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375. e-mail: flaviacalans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador - BA. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705. email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

Assinatura do (a) Gestor (a) Financeiro (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, Gestor (a) Administrativo (a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado (a) da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375. e-mail: flaviacalans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador - BA. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705. email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

Assinatura do (a) Gestor (a) Administrativo (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____,

Responsável Técnico (a) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do PNAE a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375, e-mail: flaviacalans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador – Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Responsável Técnico (a) do PNAE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____,
 Responsável Técnico (a) da Empresa _____,
 CNPJ _____ com atuação no município de
 São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa
 intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação
 Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da
 Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites
 encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da
 aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior
 transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui
 esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em
 sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os
 esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é
 voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto
 signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou
 questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as
 seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375,
 e-mail: flaviacalasans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71)
 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia
 (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador –
 Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização
 a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento
 encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador
 responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Responsável Técnico (a) da Empresa



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, Gestor (a) da Escola _____ - município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada **“Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso”**, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375. e-mail: flaviacalasans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador - BA. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705. email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Assinatura do (a) Gestor (a) Escolar



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O menor _____, sob minha responsabilidade, estudante da Escola _____

- município de São Francisco do Conde, foi convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que este estudo objetiva avaliar alcances e limites encontrados para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores e que na entrevista o estudante responderá questões sobre a alimentação fornecida na escola. Também fui informado (a) que a entrevista será gravada para posterior transcrição e essa gravação será guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Fui esclarecido (a) de que o menor sob minha responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira pela participação na pesquisa; ele (ela) será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Como responsável pelo menor posso retirar meu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento e isto não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador, que manterá em sigilo a identidade do menor. Em caso de dúvida, questionamento ou queixa sobre qualquer procedimento da pesquisa, fui informado de que poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375, e-mail: flaviacalasans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador – Ba. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705, email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, autorizo a participação do menor nessa pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

 Assinatura do (a) Responsável pelo Estudante



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil Telefone: (71) 3283-7727

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu, _____, Auxiliar de Alimentação Escolar da Escola _____

- município de São Francisco do Conde - fui convidado (a) a participar como entrevistado da pesquisa intitulada “**Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**”, realizada pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fui informado (a) que a pesquisa tem por objetivo avaliar alcances e limites encontrados para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir da aplicação de um protocolo de indicadores, que a mesma será gravada para posterior transcrição e guardada por cinco (05) anos, sendo descartada após esse período. Também fui esclarecido (a) que todas as informações e opiniões por mim emitidas serão guardadas em sigilo e utilizadas apenas para os fins do estudo, e que eu não serei identificado (a). Após os esclarecimentos, a equipe de pesquisa deste projeto deixou claro que minha participação é voluntária e que poderei suspender a minha contribuição a qualquer momento, sem que isto signifique qualquer prejuízo para mim. Fui ainda informado (a) que, em caso de dúvida ou questionamento sobre qualquer procedimento da pesquisa, poderei entrar em contato com as seguintes pesquisadoras e/ou instituição:

- Pesquisadora responsável: Flávia Verônica Marques Calasans. Contato: (71) 3249-7375. e-mail: flaviacalans@hotmail.com.
- Pesquisadora orientadora: Profa, Dra. Sandra Maria Chaves dos Santos. Contato (71) 3263.7727/7719, e-mail: sandra.chaves@gmail.com.
- Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia (CEPNUT/ENUFBA/UFBA) - Rua Araújo Pinho, 32, Canela, 40.110-150, Salvador - BA. Tel: (71) 3283-7704 / Fax: (71) 3283-7705. email: cepnut@ufba.br.

Dessa maneira, após estes esclarecimentos e de conhecer o objetivo da pesquisa e a utilização a ser dada a informação, concordo em participar da pesquisa. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao (a) entrevistado (a).

São Francisco do Conde, de de 2012.

Assinatura do (a) Auxiliar de Alimentação Escolar

APÊNDICE B – Roteiros para Coleta de Dados



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
Salvador – Bahia- Brasil
Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação
Escolar: um estudo de caso**

ROTEIRO PARA IDENTIFICAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

(Tipo de informante: Responsável Técnico (a) do PNAE)

Município: _____

Nome: _____

Cargo: _____ (contrato/concurso) Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail _____

1. Qual a modalidade atual de gestão do PNAE no município?
2. Desde quando se adotou essa modalidade (mês/ano)?
3. Caso a gestão seja terceirizada, por favor, identifique a empresa contratada (nome, CNPJ).
4. Quais foram os motivos para alterar a modalidade de gestão do PNAE?
5. Por favor, considerando sua experiência, relate como ocorre a execução do PNAE no município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150

Salvador – Bahia- Brasil

Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação
 Escolar: um estudo de caso**

ROTEIRO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

(Tipo de informante: Responsável Técnico (a) do PNAE)

1. Categoria: ESTRUTURA DE GESTÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO – identificar a posição do PNAE na SMEC; organograma; identificação de cargos; reconhecer equipe envolvida na execução do programa e condição de vínculo, carga horária de trabalho- quem é quem, para fazer o quê. (preenchimento dos quadros 1 e 2)

2. Categoria: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATUAÇÃO NO PROGRAMA - identificar ocorrências de programas e ou ações de formação, motivação e de capacitação para os agentes públicos responsáveis pelo programa? Quais e como são realizados? Quem participou e a quem foi dirigido?

Sobre as capacitações, descreva os temas abordados, carga horária, local de realização e entidade organizadora desta destinada a cada ator deste Programa.

Agente que recebeu a ação	Atividade	Temas e objetivos	Período/ C. Horária	Promotor da atividade	Local	Obs.
Nutricionista						
Técnico em nutrição						
Auxiliar de AE						
Gestores escolares						
CAE						

3. Categoria: DADOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ano de 2011):

Modalidades de Educação Básica atendidos pelo PNAE	Área	Nº de escolas	Nº de alunos atendidos
Educação infantil (creche e pré-escola)	Urbana		
	Rural		
Ensino fundamental	Urbana		
	Rural		
Ensino médio	Urbana		
	Rural		
EJA	Urbana		
	Rural		

Modalidade Ensino Fundamental	Áreas indígenas	Áreas remanescentes de quilombos
Nº de Escolas: _____	Urbana	
	Rural	
Nº de alunos: _____	Urbana	
	Rural	

		Rede Pública	Entidades Filantrópicas	Escolas Indígenas	Remanescentes de Quilombos
Nº de unidades	atendidas pelo PNAE neste ano				
	cadastradas no censo escolar ano anterior				
Nº de estudantes	atendidos pelo PNAE neste ano				
	cadastrados no censo escolar ano anterior				

4. Categoria: **RELAÇÃO PREFEITURA E TERCERIZADA** - contrato público de gestão da alimentação escolar (2011) - solicitar cópia e identificar responsabilidades exclusivas e compartilhadas em relação a todas as dimensões de interesse para a execução do PNAE.

5. Categoria: **PLANOS PEDAGÓGICOS E CURRÍCULO ESCOLAR RELACIONADOS AO TEMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL** – identificar documentos relacionados ao tema descrendo detalhadamente as ações respectivas.

6. Categoria: **IMPLEMENTAÇÃO ARTICULADA/INTEGRADA DO PNAE COM OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS.**

- Identificar projetos/programas/ações conjuntos.
- Investigar implementação do Programa Saúde na Escola.
- Está implantado? Desde quando?
- Quantas escolas atendidas?
- Que tipo de atividades são desenvolvidas?
- Estas atividades se relacionam de alguma forma com o PNAE?
- Quais os resultados / avaliação desta ação?

7. Categoria: **COMPRA DE PRODUTOS REGIONAIS PARA O PNAE.**

- Investigar o processo para compra de produtos regionais.
- Desde quando ocorre a compra?
- Como são mobilizados os participantes para participar da venda de produtos para o PNAE?
- Quantos agricultores participam da venda de produtos para o PNAE? Que produtos são adquiridos para o PNAE?
- Em caso positivo, descreva essas ações, programas e projetos? (verificar registros)

8. Categoria: **CARDÁPIOS DO ENSINO FUNDAMENTAL** - solicitar cópia de todos os cardápios propostos e executados no ano letivo de 2011 para responder as seguintes questões abaixo e realizar análise qualitativa das preparações dos cardápios.

8.1. Foram inseridos alimentos ou preparações regionais nos cardápios do EF no último ano? Em caso positivo, quais?

8.2. Com que frequência?

a) semanal () b) quinzenal () c) mensal () d) bimestral ()

8.3. Quais os principais produtos e/ou preparações inseridos nos cardápios do PNAE no último ano?

8.4. Com relação à oferta de frutas e hortaliças para os alunos do EF, quantas vezes, em média, estes alimentos apareceram no cardápio semanal, no último ano? (verificar registros)

8.5. No último ano, com que frequência foi necessária a ocorrência de substituições no cardápio das escolas de EF?

$\geq 3x$ por semana até por semana 2x no mês

Sendo: alta frequência ($\geq 3x$ por semana);

média frequência (até $2x$ por semana);

baixa frequência ($2x$ no mês).

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
Salvador – Bahia- Brasil
Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação
Escolar: um estudo de caso**

ROTEIRO PARA PESQUISA DOCUMENTAL

(Conselho de Alimentação Escolar do PNAE)

1. Categoria: REGIMENTO INTERNO – identificar data de criação, dados gerais pertinentes ao documento.

Este conselho tem regimento interno? SIM / NÃO

2. Categoria: ATAS DE REUNIÕES – verificar número de participantes e segmentos representados, periodicidade, pautas, encaminhamentos, etc.

Em média, quantos membros participaram destas reuniões?

Que segmentos mais participaram das reuniões?

Que segmentos mais faltam às reuniões?

Quais as principais pautas dessas reuniões?

3. Categoria: OUTROS DOCUMENTOS - verificar participação dos membros do CAE nos últimos 02 anos (carga horária/ entidade organizadora/ local/ mês e ano; segmentos do CAE que mais e menos participaram / temas abordados)

Muito obrigada por sua participação!

QUADRO 1. Os profissionais que trabalham na execução do PNAE possuíam quais dos requisitos, referentes às condições de trabalho, listados abaixo no último ano? (escreva SIM quando a resposta for positiva).

	Sala de trabalho com computador(s) em pleno funcionamento e compatível com suas atribuições	Programas/ <i>softwares</i> computacionais de nutrição especializados para subsidiar as atividades técnicas (ex: cálculo das necessidades nutricionais e dos cardápios planejados)	Equipamentos em número suficiente e em bom estado de conservação para realizar a avaliação nutricional dos escolares (ex: balanças, estadiômetros, antropômetros)	Equipe técnica para realização de atividades (avaliação nutricional, EAN, testes de aceitabilidade, etc.)	Meios de locomoção adequados e seguros para realizar atividades técnicas (ex: visita às escolas)	Uniformes em quantidade e qualidade adequados	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (ex: luvas e calçados para proteção contra agentes térmicos)
Nutricionista (s) (RT) e quadro técnico (QT)							
Técnico de nutrição							
Pessoal de Apoio Administrativo							
Auxiliar de Alimentação Escolar							
Nutricionista (s) da empresa contratada e QT							



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Membros do Conselho de Alimentação Escolar)

Dados do informante

Nome: _____

Segmento representado: _____

Início da representação- mês/ ano: _____

Titular Suplente Presidente Vice Presidente

Contato: _____

Como se deu sua indicação para exercer a representação: _____

O(a) Sr(a) tem experiência anterior em organizações de representação social?

É a 1ª vez que participa do CAE?

Em caso negativo, qual outra experiência (período e função)?

1. Como está sendo sua experiência como membro do CAE?

2. Que atividades este Conselho realiza?

2.1. Há dificuldades para realização dessas atividades?

2.2. O município oferece condições para a realização das atividades do CAE? Sim: Quais?

2.3. Como o (a) Sr(a) avalia as condições oferecidas por este município para a atuação do CAE no que diz respeito a:

- a) disponibilização de informações/documentos: Por quê?
- b) infra-estrutura (local para reunião, recursos humanos, material de escritório, recursos de informática, etc.): Por quê?
- c) realização de visitas às escolas: Por quê?

3. Quantas escolas foram visitadas pelo CAE pelo menos uma vez no último ano - total e de ensino fundamental?

3.1. O Sr (a) participou de alguma visita?

Qual sua avaliação desta atividade?

3.2. (TENDO OU NÃO PARTICIPADO DE ALGUMA VISITA) Que aspectos são avaliados nessas visitas?

3.3. O Sr(a) recebeu algum treinamento para realizar visitas as escolas?

E os demais conselheiros foram treinados/capacitados?

3.4. Existe algum manual ou outro instrumento para orientação das visitas?

Sim: Qual?

3.5. Há um planejamento de escolas a serem visitadas?

Em caso positivo, quem faz este planejamento?

Ele tem sido executado plenamente?

Em caso negativo, (se não há plano prévio), como são escolhidas as escolas a serem visitadas?

3.6. O(a) Sr(a) considera o quantitativo de unidades escolares visitadas pelo CAE no último ano satisfatório? Sim: Por quê? Não: Por quê?

3.7. Existem dificuldades para realizar visitas às escolas? Sim: Quais?

4. Este conselho realizou reuniões no último ano?

Em caso positivo, quantas? Com que periodicidade?

Em média, quantos membros participaram destas reuniões?

4.1. Há um planejamento para marcação de reuniões?

Em caso positivo, como é feito e quem participa da elaboração deste planejamento?

4.2. Quais as principais pautas dessas reuniões?

4.3.a (PARA O PRESIDENTE DO CONSELHO) As pautas são divulgadas com antecedência?

4.3.b. (PARA OUTROS CONSELHEIROS) O(a) Sr(a) conheceu a pauta da(s) reunião (ões) da qual participou com antecedência?

4.4. Além dos membros do Conselho, alguém mais (representante de algum segmento, membro de outro conselho municipal, representante de entidade/ONG, cidadão, etc) participou de alguma reunião do CAE no último ano?

Em caso positivo, quem participou? Por que participou

4.5. O que é feito com as decisões tomadas pelo CAE? (quais os encaminhamentos após a reunião? Quem toma conhecimento dos resultados das reuniões?

Há algum mecanismo para fazer chegar às avaliações e decisões do CAE às escolas

Em caso positivo, como?

5. Este conselho tem regimento interno?

Em caso positivo, o(a) Sr(a) conhece o regimento do CAE?

Em caso positivo, o regimento interno ajuda de que forma para o trabalho do conselho e para sua atuação como representante?

6.O(a) Sr (a) conhece a legislação que orienta o PNAE?

Em caso positivo, como o(a) Sr(a) conheceu a legislação?

7.-Em caso positivo, nesse documento existe citação/referência à realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)?

7.1 -Em caso positivo, esta referência em sua opinião traz alguma consequência/influência para a execução do PNAE?

Caso na pesquisa documental tenha sido identificada referência ao DHAA em algum documento municipal do PNAE, perguntar:

8. Considerando seu conhecimento sobre a legislação do programa, o que mais chama sua atenção?

8.1. O que nas normas, segundo sua opinião, ajuda o trabalho do CAE ou ajuda a melhorar o programa?

9. O(a) Sr(a) conhece algum(a) nutricionista do PNAE no município?

9.1. Algum(a) nutricionista já esteve em reunião do CAE?

Em caso positivo, qual o objetivo da participação?

10. No município a alimentação escolar está terceirizada. O CAE acompanha o contrato de gestão?

Em caso positivo, como?

Em caso negativo, em sua opinião, o CAE deveria acompanhar o contrato?

11. O Conselho realiza atividades de monitoramento e avaliação do programa no município?

Em caso positivo – SIM E ÀS VEZES: como?

11.1.Com que periodicidade?

11.2.Que resultados têm sido observados?

11.3.Em caso negativo: por quê?

12. Existe alguma forma de acompanhamento/monitoramento e avaliação da execução do programa no município?

12.1 Em caso positivo, qual? Com que periodicidade? Quem é/são o/s responsável/eis? Quem participa?

12.2.Que resultados tem sido observados? O que é feito com estes resultados?

13. O(a) Sr(a) participou da avaliação das prestações de contas referentes a execução do Programa no ano anterior? Sim: Por quê?

13.1. O CAE teve alguma dificuldade para esta avaliação?

Em caso positivo, qual?

13.2. Houve ajuda de algum técnico ou pessoa especializada na reunião?

Quem é essa pessoa e qual foi a ajuda?

14. Há alguma atividade de avaliação nutricional dos escolares?

14.1.E de saúde do escolar?

14.2.Em caso positivo, quais são estas atividades?

15. Na execução do PNAE no município há algum mecanismo para atenção especial a grupos específicos?

15.1- Em caso positivo, quais mecanismos e para que grupos?

15.2- Em caso negativo, passar adiante.

16. O município conta com algum instrumento legal (ex: Lei, Decreto, Resolução, Portaria) que estabeleça o encaminhamento de estudantes diagnosticados na escola em situações de risco nutricional e de saúde para Unidades Básicas de Saúde (UBS)?

16.1.Em caso positivo, qual é o instrumento e quando foi instituído?

17. Como o(a) Sr(a) avalia o volume de recursos repassados pelo FNDE para a assistência financeira de caráter suplementar na implementação do PNAE neste município?

17. Neste município, existe complementação aos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a execução do programa?

17.1.Em caso positivo, para que se faz a complementação?

18. Em sua opinião o município conta com equipe e recursos adequados para executar o programa de acordo com as normas? (PNAE)

18.1. Por quê? O que poderia ser melhorado?

19. - Como o(a) Sr(a) avalia a gestão do PNAE feita pelo poder público municipal? Quais as limitações e avanços?

19.1.O município adotou a modalidade terceirizada para o PNAE. O(a) Sr(a) tem alguma avaliação sobre isto?

19.2.Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Gestor (a) Máximo (a) do PNAE no município)

Dados do informante

Nome: _____

Município: _____

Cargo: _____ Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail: _____

1. Como gestor (a) do PNAE no município, por favor, faça uma avaliação geral da execução do programa.
2. Como o (a) Sr (a) avalia o volume de recursos repassados pelo FNDE para a assistência financeira de caráter suplementar na implementação do PNAE neste município?
3. Neste município, existe complementação aos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a execução do programa?
 Em caso positivo, para que se faz a complementação?
4. Em sua opinião o município conta com equipe e recursos adequados para executar o programa de acordo com as normas?
 Por quê? O que poderia ser melhorado?
5. O município adotou a modalidade terceirizada para o PNAE. O (a) Sr (a) tem alguma avaliação sobre isto?
6. Como o (a) Sr (a) se sente sendo o(a) gestor(a) do mais antigo programa social, em âmbito municipal, em execução ininterrupta no Brasil?
7. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Gestor Administrativo do PNAE no município)

Dados do informante

Nome: _____

Município: _____

Cargo: _____ Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail: _____

1. O Sr. conhece algum documento oficial que orienta a execução do PNAE?

2. O município conta com algum instrumento legal (Lei, Decreto, Portaria, Resolução) que estabeleça o encaminhamento de estudantes diagnosticados na escola em situações de risco nutricional e de saúde para Unidades Básicas de Saúde?
 Em caso positivo, qual é o instrumento?
 Quando foi instituído?

3. Em sua opinião o município conta com equipe e recursos adequados para executar o programa de acordo com as normas do Programa?
 Por quê? O que poderia ser melhorado?

4. Durante anos o PNAE foi executado diretamente pelo município, mas agora é implementado por uma empresa terceirizada.
 Por que mudou a modalidade e há quanto tempo?
 O Sr. conhece o contrato de gestão da alimentação escolar?
 O contrato de gestão é de livre acesso a todos envolvidos na execução do PNAE (nutricionista, CAE, diretores de escolas, outros)?

5. Como ocorre e quem é (são) responsável (eis) pela gestão do contrato (negociações financeiras e administrativas)?

Desde o início dessa gestão o contrato sofreu alguma alteração/adequação? -considerando as últimas modificações das normas (produtos regionais, alcance das necessidades nutricionais específicas)

Em caso positivo, quantas vezes o contrato foi modificado nesse período e por quais motivos?

*sobre cardápios – algo que teria sido citado nas entrevistas realizadas relacionadas ao entrevistado.

*Os cardápios sofrem muitas modificações no decorrer da semana neste município. Foi citado em outras entrevistas a questão da logística de entrega dos produtos. Como o poder público gerencia este assunto?

*no último ano foram realizados testes de aceitabilidade das preparações e/ou alimentos do cardápio da alimentação escolar?

E avaliação nutricional?

Esses resultados influenciaram na gestão do contrato?

De que maneira?

6. O município compra produtos do agricultor familiar e/ou empreendedor rural para alimentação escolar?

Em caso positivo e considerando sua experiência, o Sr. poderia explicar como ocorre a compra desses produtos? (modalidade de compra, responsáveis, processo)

Como o Sr. avalia a aceitação desses produtos pelos estudantes?

7. Por favor, descreva suas atividades na Secretaria de Educação ligadas à implementação do PNAE?

8. Quais as razões para manter a modalidade terceirizada de gestão da alimentação escolar neste município?

9. Considerando sua experiência, como o Sr. avalia o volume de recursos repassados pelo FNDE para a assistência financeira de caráter suplementar na implementação do PNAE neste município?

*O Sr. tem conhecimento das normas do PNAE?

Como o Sr. teve acesso a essas informações?

*O Sr. participou de capacitações no último ano? (quando, onde, carga horária, temas...)

Em caso positivo, como o Sr. avalia essa capacitação?

Em caso negativo, gostaria de ter participado de alguma capacitação? Em que área ou temática?

*No último ano o Sr. participou de visitas às escolas?

Em caso positivo, quantas de Unidades de Ensino Fundamental?

Houve planejamento para realização de visitas? (quem realizou o planejamento, o que foi observado, ...)

Como o Sr. avalia o número de unidades escolares visitadas no último ano?

*Como o Sr. avalia os locais de produção e distribuição de refeições? (estrutura física, equipamentos, utensílios)?

*Como o Sr. avalia os recursos (humanos e materiais – equipamentos, veículos,...) disponíveis para execução do Programa segundo as normas?

10. Neste município, existe complementação aos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a execução do programa?

Em caso positivo, para que se faz a complementação financeira (como é feita a aplicação dos recursos repassados do FNDE para executar o PNAE)?

11. Como o Sr. se sente sendo o gestor financeiro do mais antigo programa social, em âmbito municipal, em execução ininterrupta no Brasil?

12. Em sua experiência, como o Sr. avalia a terceirização do PNAE neste município? (vantagens e desvantagens)

13. Como gestor (a) do PNAE no município, por favor, faça uma avaliação geral da execução do programa.

Em caso de existirem dificuldades, em sua opinião, o que poderia ser feito para corrigir o problema?

14. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Gestor Financeiro do PNAE no município)

Dados do informante

Nome: _____

Cargo: _____ (concurso/contrato) Tempo atuação.: _____

Telefone/e-mail: _____

1. O Sr/Sra conhece algum documento oficial que orienta a execução do PNAE?
2. Em sua opinião o município conta com equipe e recursos adequados para executar o programa de acordo com as normas?
 Por quê? O que poderia ser melhorado?
3. Durante anos o PNAE foi executado diretamente pelo município, mas agora é implementado por uma empresa terceirizada.
 Por que mudou a modalidade e há quanto tempo?
4. Como acontece a renovação do contrato, uma vez que a terceirização é a modalidade atual há tanto tempo no município?
5. Como são feitos aos ajustes de contrato, visto que as resoluções do PNAE têm trazido importantes modificações a exemplo da compra de produtos regionais, alcance de necessidades nutricionais específicas por faixa etária, quilombolas e programas de tempo integral – mais Educação?
6. Como se dá a compra dos produtos regionais para o PNAE?
7. O Sr. é o responsável pela gestão do contrato? E as negociações financeiras e administrativas? Poderia fazer uma descrição das suas atividade nessa função de implementação do PNAE?

8. Como o(a) Sr(a) avalia o volume de recursos repassados pelo FNDE para a assistência financeira de caráter suplementar na implementação do PNAE neste município?

9. Neste município, existe complementação aos recursos financeiros repassados pelo FNDE para a execução do programa?

Em caso positivo, para que se faz a complementação Como é feita a aplicação dos recursos repassados do FNDE para executar o PNAE? (Os recursos se destinam somente para compra dos alimentos?)

Considerando sua experiência, por favor, avalie o volume desses recursos (financeiros).

10. O contrato é de livre acesso a todos envolvidos na execução do PNAE (Nutricionista, CAE, Diretores de escola, outros)?

11. Quais as razões/motivos para manter a terceirização?

Tem alguma avaliação sobre isto? Vantagens? Desvantagens? Sugestões?

12. Como o(a) Sr(a) se sente sendo o(a) gestor(a) administrativo/financeiro do mais antigo programa social, em âmbito municipal, em execução ininterrupta no Brasil? (PNAE)

13. Em sua experiência, existem dificuldades para executar o programa no município?

Em caso positivo, quais são?

Algo foi feito para modificar a situação? Em caso positivo, o que foi feito?

14. Como gestor (a) do PNAE no município, por favor, faça uma avaliação geral da execução do programa.

15. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO
E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Responsável Técnico (a) e equipe técnica do PNAE no município)

Dados do informante

Nome: _____

Cargo: _____ (concurso/contrato) Tempo atuação.: _____

Telefone/e-mail): _____

1. Qual a posição do nutricionista na estrutura municipal?

Considerando o número de nutricionistas atuantes no município, há alguma divisão das funções/ atribuições/responsabilidades?

Em caso positivo, como foi feita essa organização e quantos profissionais responderam pelo Ensino Fundamental?

Houve rotatividade de nutricionistas nos últimos dois anos?

Em caso positivo, por quê?

Como responsável técnico/ nutricionista do PNAE quais são suas atividades?

O (a)Sr (a) participou de alguma capacitação neste último ano?

A capacitação realizada contribuiu com seu trabalho na execução do programa?

Em caso positivo, como?

Qual sua avaliação sobre a capacitação promovida?

Em caso negativo, por quê?

Se NÃO participou de capacitação, gostaria de ter participado de alguma capacitação? Em que área e ou conteúdo?

2. Existem técnicos de nutrição formados em curso técnico envolvidos na implementação do PNAE?

Em caso positivo, onde os técnicos encontravam-se alocados na estrutura municipal?

Com relação ao número total de técnicos de nutrição, houve algum tipo de divisão de funções / atribuições / responsabilidades?

Em caso positivo, como foi feita essa organização? Quantos profissionais responderam pelo Ensino Fundamental?

Quais foram as principais atividades desenvolvidas pelos técnicos de nutrição?

Houve alguma capacitação para os técnicos de nutrição neste último ano?

Houve rotatividade de técnicos de nutrição nos últimos dois anos?

Em caso positivo, por quê?

3. Qual sua avaliação sobre o quadro de auxiliares de alimentação escolar (merendeiras) atuantes no município? (em termos quantitativos, qualitativos)

Houve alguma capacitação para os auxiliares da alimentação escolar neste último ano?

Em caso negativo, por quê?

Houve rotatividade de auxiliares de alimentação escolar nos últimos dois anos?

Em caso positivo, por quê?

4. Existem pessoal de apoio administrativo envolvido na implementação do PNAE?

Em caso positivo, onde servidores encontravam-se alocados na estrutura municipal?

Quais foram as principais atividades desenvolvidas pelo pessoal de apoio administrativo?

Qual a formação técnica desses servidores?

Houve alguma capacitação para o pessoal de apoio administrativo neste último ano?

Houve rotatividade de auxiliares de alimentação escolar nos últimos dois anos?

Em caso positivo, por quê?

5. Desde 2009 a legislação do PNAE instituiu a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. O município adquiriu produtos do agricultor familiar e empreendedor rural para o PNAE?

Em caso positivo, por favor, detalhe a compra:(produto/s adquiridos; descrição do processo de compra, responsáveis envolvidos, compra direta ou de organizações, etc..)

Em caso negativo, por quê?

Do total de fornecedores de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e empreendedor rural para o PNAE, no ano anterior, quantos foram provenientes deste município e/ou deste estado? (município, região e estado)

O município tem conseguido atingir a meta de aplicar 30% dos recursos oriundos do FNDE na compra de alimentos/produtos da agricultura familiar?

Em caso negativo, por quê?

Qual sua avaliação sobre isto?

6. Existiram ações, projetos ou programas na área de alimentação escolar realizados, no último ano, pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com outras programas sociais ou instituições (secretarias municipais e estaduais, universidades, ONG's)?

7. A Secretaria Municipal de Educação coordenou projetos e/ou atividades educativas de relevância para a alimentação escolar - EF, no último ano?

Em caso positivo, descreva esses projetos? (verificar registros)

8. O tema alimentação saudável está no currículo do EF no município?

Em caso positivo, como isto acontece? (se possível conseguir plano de aula, projetos, etc.)

Em caso negativo, o (a) Sr (a) considera importante que este tema esteja no currículo?

Por que não acontece? O que seria necessário para integrar o tema Alimentação Saudável no currículo do EF?

9. Há alguma atividade de avaliação nutricional dos escolares?

E de saúde do escolar?

Em caso positivo, quais são estas atividades?

Qual a cobertura destas atividades? (percentual de escolas em que são realizadas? Quem realiza estas atividades? Com que periodicidade ?)

O município conta com algum instrumento legal (ex: Lei, Decreto, Resolução, Portaria) que estabeleça o encaminhamento de estudantes diagnosticados na escola em situações de risco nutricional e de saúde para Unidades Básicas de Saúde (UBS)?

Em caso positivo, qual é o instrumento e quando foi instituído? (verificar registros)

10. Há um sistema de visitação das escolas pelos nutricionistas?

O (a) Sr (a) considera importante a realização das visitas?

Por quê?

Em caso negativo, por que não aconteceram as visitas?

Em caso positivo, de todas as unidades escolares atendidas pelo PNAE neste município, quantas foram visitadas pelo menos uma vez por nutricionistas no último ano? N°

total:_____ n° escolas EF:_____

Que aspectos foram observados na realização das visitas? (verificar registros)

Como foi feito o planejamento de escolha das escolas visitadas?

Há critérios para seleção ou priorização de visitas?

Quais?

11. Neste município existe um sistema de monitoramento para o controle de preparações/alimentos distribuídos nas unidades escolares?

Em caso positivo, que tipo de sistema de monitoramento existe? (verificação do registro)

Quem é (são) o(s) responsável (eis) e o que é feito com os resultados deste monitoramento?

12. No caso de produção descentralizada da alimentação escolar, como o (a) Sr (a) avalia as cozinhas e áreas de armazenamento de alimentos das escolas de Ensino Fundamental, tendo em vista:

- área externa:

- estrutura física:

- utensílios:

- equipamentos:

No caso de haver produção centralizada para posterior distribuição, como o(a) Sr(a) avalia os seguintes aspectos:

Estrutura física para a produção:

Sistema de distribuição:

De forma geral, qual sua avaliação sobre a infraestrutura para execução do PNAE de acordo com o previsto nas normas?

O que pode ser melhorado?

13. Quem participou da elaboração dos cardápios das unidades escolares no último ano? (nutricionistas da SME; nutricionistas da empresa; técnico em nutrição; auxiliares de alimentação escolar; pessoal administrativo; diretores escolares ou coordenadores pedagógicos; professores; conselheiros – CAE; outros)

Há algum tipo de planejamento diferenciado dos cardápios, em termos de preparações e porcionamentos, considerando as diferentes faixas etárias do EF, portadores de necessidades especiais e grupos especiais (quilombolas)?

Em caso positivo, como isto acontece?

No último ano foi necessário substituir os cardápios nas escolas de EF?

Por quê?

Há algum controle destes problemas? Em sua experiência, com que frequência isto ocorre?

Quais os principais motivos para as substituições no cardápio das escolas de Ensino Fundamental?

A rede municipal de EF ficou algum dia sem ofertar alimentos no último ano?

Em caso positivo, por quê?

14. No último ano, foram realizados testes de aceitabilidade das preparações do cardápio do PNAE?

Em caso positivo, como foi feito?

15. O município adotou a modalidade terceirizada para o PNAE. O (a) Sr (a) tem alguma avaliação sobre isto?

16. Como o (a) Sr (a) se sente sendo nutricionista / RT do mais antigo programa social, em âmbito municipal, em execução ininterrupta no Brasil?

17. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

(Tipo de informante: Responsável Técnico (a) da empresa terceirizada)

Dados do informante

Nome: _____

Empresa: _____ CNPJ: _____ Cargo

: _____ Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail: _____

1. Como responsável técnico/ nutricionista da empresa contratada quais são suas atividades?

2. Houve rotatividade de nutricionistas nos últimos dois anos?

Em caso positivo, por quê?

3. O (a)Sr (a) participou de alguma capacitação neste último ano?

Por favor, descreva os temas abordados, carga horária, entidade que promoveu a capacitação.

A capacitação realizada contribuiu com seu trabalho na execução do programa?

Em caso positivo, como?

Qual sua avaliação sobre a capacitação promovida?

Em caso negativo, por quê?

Se NÃO participou de capacitação, gostaria de ter participado de alguma capacitação? Em que área e ou conteúdo?

4. A equipe técnica dessa empresa participou de alguma capacitação neste último ano?

Por favor, descreva os temas abordados, carga horária, entidade que promoveu a capacitação.

A capacitação realizada contribuiu com seu trabalho na execução do programa?

Em caso positivo, como?

Qual sua avaliação sobre a capacitação promovida?

Em caso negativo, por quê?

Se NÃO participou de capacitação, gostaria de ter participado de alguma capacitação? Em que área e ou conteúdo?

5. Como é o processo de elaboração dos cardápios da alimentação escolar para este município?

Quem participou da elaboração dos cardápios das unidades escolares no último ano? (nutricionistas da SME; nutricionistas da empresa; técnico em nutrição; auxiliares de alimentação escolar; pessoal administrativo; diretores escolares ou coordenadores pedagógicos; professores; conselheiros – CAE; outros).

Há algum tipo de planejamento diferenciado dos cardápios, em termos de preparações e porcionamentos, considerando as diferentes faixas etárias do EF, portadores de necessidades especiais e grupos especiais (quilombolas)?

Em caso positivo, como isto acontece?

No último ano foi necessário substituir os cardápios nas escolas de EF?

Por quê?

Há algum controle destes problemas? Em sua experiência, com que frequência isto ocorre?

Quais os principais motivos para as substituições no cardápio das escolas de Ensino Fundamental?

A rede municipal de EF ficou algum dia sem ofertar alimentos no último ano? SIM / NÃO

Em caso positivo, por quê?

6. Desde 2009 a legislação do PNAE instituiu a compra de alimentos da agricultura familiar para o PNAE. O município adquiriu produtos do agricultor familiar e empreendedor rural para o PNAE?

Em caso positivo, por favor, detalhe a compra:(produto/s adquiridos; descrição do processo de compra, responsáveis envolvidos, compra direta ou de organizações, etc..)

Em caso negativo, por quê?

Do total de fornecedores de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e empreendedor rural para o PNAE, no ano anterior, quantos foram provenientes deste município e/ou deste estado? (município, região e estado)

7. A empresa possui sistema de monitoramento para o controle de preparações/alimentos distribuídos nas unidades escolares?

Em caso positivo, que tipo de sistema de monitoramento existe? (verificação do registro)

Quem é (são) o(s) responsável (eis) e o que é feito com os resultados deste monitoramento?

8. Avaliação condições estrutura município para preparação refeições – área produção, armazenamento e distribuição

9. No último ano, foram realizados testes de aceitabilidade das preparações do cardápio do PNAE? Em caso positivo, como foi feito?

10. O município adotou a modalidade terceirizada para o PNAE. O (a) Sr (a) tem alguma avaliação sobre isto?

11. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

<p style="text-align: center;">PESQUISA DOCUMENTAL RT DA EMPRESA TERCEIRIZADA</p>

- Aplicação do Checklist para área de armazenamento de alimentos, preparo e distribuição de refeições
- Verificação de registros: desinsetização, capacitações, entrega de fardamentos, higienização de reservatórios de água, Manual de Boas Práticas de Fabricação.

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE /
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Tipo de informante: Diretores de escolas)

Dados do informante

Unidade escolar: _____

Localidade/Distrito: _____

Área: () Urbana () Rural () Indígena () Remanescente de Quilombos

Turnos da escola: _____ Nº alunos atendidos: _____

Informante: _____ Cargo: _____

Tempo em exercício: _____ Telefone/e-mail: _____

1. Como é o trabalho do gestor/diretor escolar no que diz respeito á alimentação escolar neste município? Quais as principais atividades desenvolvidas?
2. No último ano, nesta unidade escolar, ocorreram iniciativas e/ou atividades pedagógicas de relevância para a alimentação escolar?
 Em caso positivo, como isto acontece? (se possível consultar o plano operativo ou pedagógico, projetos, etc.)
 Em caso negativo, por quê?
3. Sobre o último ano, nesta escola, quantos auxiliares exerceram suas atividades, exclusivamente, para a alimentação escolar? (manhã / tarde / noite)
4. Quantas refeições foram preparadas, em média, nesta unidade escolar no último ano? (manhã / tarde / noite)
5. Quais foram as principais atividades desenvolvidas pelos auxiliares da alimentação escolar nesta Unidade?
6. No último ano, esta unidade escolar executou o cardápio proposto pela Secretaria Municipal de Educação?

Em caso positivo, com que frequência este cardápio foi executado?

Em caso negativo, por quê?

7. O(a) Sr (a) conhece a legislação que orienta o PNAE?

Em caso positivo, como o (a) Sr(a) conheceu a legislação?

Considerando seu conhecimento sobre a legislação do programa, o que mais chama sua atenção?

O que nas normas, segundo sua opinião, ajuda o trabalho do CAE ou ajuda a melhorar o programa?

8. Quais foram às preparações / refeições oferecidas nessa escola nos últimos três dias?

Qual o número médio de estudantes que consomem a alimentação escolar diariamente?

9. Como o(a) Sr(a) avalia a gestão do PNAE feita pelo poder público municipal nesta unidade escolar?

10. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICA
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Tipo de informante: estudantes)

Dados do informante

Nome: _____

Idade: _____ Série: _____ Turno: _____

Telefone/e-mail: _____

Unidade escolar: _____

Localidade/Distrito: _____

Área: () Urbana () Rural () Indígena () Remanescente de Quilombos

1. Você consome a alimentação oferecida na escola?

Quantas vezes na semana você consome a alimentação servida na escola? Por quê?

2. Há merenda todo o dia na escola?

Em caso NEGATIVO, você sabe por que falta?

3. Quais foram às preparações / refeições oferecidas nessa escola nos últimos três dias?

4. Qual sua opinião sobre a merenda oferecida na escola?

5. Alguma vez você participou da elaboração dos cardápios da merenda? Em caso NEGATIVO, gostaria de ter participado? Por quê?

6. Alguma vez você participou de pesquisa de teste de aceitação de preparações da merenda?

Em caso POSITIVO, quando? Como foi?

7. Você já fez alguma queixa sobre a merenda escolar?

Em caso positivo, para quem? De que forma? O que aconteceu- teve resultado?

Em caso negativo: sentiu necessidade de fazer queixa? Em caso positivo, por que não fez?

8. Você já ouviu falar do Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Em caso POSITIVO, o que é? Por que acontece na sua escola?

Você acha importante ter merenda na escola? Por quê?

9. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICA
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Tipo de informante: Auxiliares de alimentação escolar)

Dados do informante

Nome: _____

Turno(s) de trabalho: _____

Cargo: _____ Tempo em exercício: _____

Telefone/e-mail: _____

1. Quais são as principais atividades que você desenvolve nesta Unidade?
2. Houve alguma capacitação para o(a) Sr.(a) neste último ano?
 Em caso positivo, qual sua avaliação sobre a capacitação promovida?
 Em caso negativo, por que não aconteceu?
3. A rede municipal de EF ficou algum dia sem ofertar alimentos no último ano?
 Em caso positivo, por quê?
4. O município adotou a modalidade terceirizada para o PNAE. O(a) Sr(a) tem alguma avaliação sobre isto?
5. Quais suas sugestões para melhorar a execução do PNAE neste município?

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
 Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
 Salvador – Bahia- Brasil
 Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
 um estudo de caso**

***Formulário de inspeção das áreas de armazenamento, preparo e distribuição da alimentação
 escolar***

(Tipo de informante: Auxiliar de alimentação escolar e/ou Gestor escolar)

Unidade escolar: _____

Informante: _____ Cargo: _____

Área: _____ Período em exercício: _____

**NOS ITENS QUE HOVER VÁRIOS CRITÉRIOS A SEREM OBSERVADOS, AQUELES
 CONSIDERADOS EM DESACORDO ESTARÃO SUBLINHADOS NO PRÓPRIO TEXTO.**

**NSA (não se aplica) – Quando não for possível observar no momento da visita ou no caso da
 Unidade não se enquadrar no quesito.**

1. Área externa:

1.1 - Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

1.2 - Livre de animais, insetos e/ou roedores () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

1.3 - Livre de depósitos de lixo () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

1.4 - Livre de outros focos de insalubridade () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

(água estagnada/esgoto aberto/outros)

2. Área produção de alimentos:

2.1 - Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.2 - Livre de animais, insetos e roedores () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.3 - Livre de depósitos de lixo () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.4 – Presença de lixeira com pedal e tampa () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.5 - Livre de outros focos de insalubridade () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.6 - Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Descrição dos procedimentos e produtos usados (qualidade, diluição, tempo...): _____

2.7 – Existência do Manual de Boas Práticas de Fabricação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.8 - Equipamentos:

A maioria dos equipamentos em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA** Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Descrição dos procedimentos e produtos usados (qualidade, diluição, tempo...): _____

Equipamentos de refrigeração e congelamento com vedação adequada () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.8 – Utensílios para produção de alimentos:

Armazenados em local apropriado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO** () **NSA NSA**

Descrição dos procedimentos e produtos usados (qualidade, diluição, tempo...): _____

Uso de materiais e utensílios de madeira () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.9 - Teto:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.10 - Piso:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Presença de ralos com tampa () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.11 - Portas:

Presença de portas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Se de madeira, qual tipo de pintura? _____

2.12 - Parede:

Revestimento liso, impermeável e lavável () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.13 – Janelas:

Presença de janelas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Presença de tela milimetrada removível () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.14 – Iluminação:

Disposta de modo adequado e em quantidade suficiente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Proteção para as luminárias () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Fiação embutida () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

2.15 – Ventilação:

Natural ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Artificial ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Existência de registros de limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores
() **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Realiza desinsetização e desratização por empresas especializadas

() **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Frequência: _____ Registros () **SIM** () **NÃO**

3. Preparação dos alimentos:

3.1 - o que é feito antes de abrir as embalagens para usar? _____

() **SIM** () **NÃO** () **NSA**

3.2 - Descreva o processo (quantidade de substâncias e tempo) usado para sanificar alimentos que serão consumidos crus _____

3.3 - Locais e utensílios distintos para a manipulação de alimentos crus, semi-preparados e preparados não entendi... locais distintos? Utensílios identificados??

SIM **NÃO** **NSA**

3.4 - O que é feito para limpar e deixa livre de microrganismos esponjas e toalhas de prato? (descrever processo e frequência) _____

4. Área de armazenamento de alimentos:

Livre de objetos em desuso ou estranhos ao ambiente **SIM** **NÃO** **NSA**

Livre de animais, insetos, roedores e vestígios **SIM** **NÃO** **NSA**

Limpeza e desinfecção adequadas **SIM** **NÃO** **NSA**

Descrição dos procedimentos e produtos usados (qualidade, diluição, tempo...): _____

4.1 - Teto:

Revestimento liso, impermeável e lavável **SIM** **NÃO** **NSA**

Em bom estado de conservação **SIM** **NÃO** **NSA**

4.2 - Piso:

Revestimento liso, impermeável e lavável

SIM **NÃO** **NSA**

Em bom estado de conservação **SIM** **NÃO** **NSA**

4.3 - Portas:

Presença de portas **SIM** **NÃO** **NSA**

Ajustadas ao batente **SIM** **NÃO** **NSA**

Em bom estado de conservação **SIM** **NÃO** **NSA**

Se de madeira, qual tipo de pintura? _____

4.4 - Parede:

Revestimento liso, impermeável e lavável **SIM** **NÃO** **NSA**

Em bom estado de conservação **SIM** **NÃO** **NSA**

4.5 – Janelas:

Presença de janelas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Ajustadas ao batente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Presença de tela milimetrada removível () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

4.6. – Iluminação:

Disposta de modo adequado e em quantidade suficiente () **SIM** () **NÃO** () **NSA** Proteção para as luminárias () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Fiação embutida () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

4.7. – Ventilação:

Natural ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Artificial ()

Ambiente bem ventilado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Existência de registros de limpeza e manutenção periódicas dos ventiladores () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

4.8 - Os produtos são estocados em prateleiras com afastamento adequado do solo, da parede e entre eles? () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

4.9 - Como é feito o controle de rotatividade dos produtos? _____

5. Abastecimento de água:

5.1 - De onde vem a água utilizada na escola? _____

E a água para consumo? _____

5.2 - A água de consumo é filtrada () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Com que frequência há a troca do filtro? _____ (verificar existência, condições do filtro e registro de troca) – pesquisa documental

Com que água se prepara o gelo?

Precisa verificar nas escolas a existência, conformidade e registros de filtros?

5.3 - O gelo é preparado com água filtrada () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

5.4 – O reservatório de água:

Apresenta tampa ou cobertura () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Periodicidade de higienização _____ (verificar registro)

6. Instalações sanitárias utilizadas pelos auxiliares de alimentação escolar:

6.1 - Em bom estado de conservação, limpeza e higienização () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

6.2 - Presença de: papel higiênico () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

sabonete líquido inodoro () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

toalhas de papel não reciclado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Coletores de papel:

com tampa () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

acionados sem as mãos () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

com saco plástico () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Existência de extintor de incêndio – lacrado e “carregado” () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

7. Auxiliares de Alimentação Escolar:

7.1- São capacitados para a função () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

7.2 - Utilizam uniforme em bom estado de conservação e limpos

() **SIM** () **NÃO** () **NSA**.

Por que NÃO? _____

(*uniforme é diferente de avental e touca!!!)

7.3 - Calçados fechados () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

7.4 - Utilizam: proteção para os cabelos () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Mantém as unhas curtas, limpas e sem esmaltes () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Não utilizam adornos () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Não utilizam barba/bigode () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Não utilizam maquiagem e perfumes excessivos () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

7.5 - Enquanto preparam os alimentos:

Não fumam () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Não falam desnecessariamente () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Não comem () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

8. Área de distribuição de alimentos:

8.1 – Presença de refeitório () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Se SIM:

8.2 – O local é organizado e limpo () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

8.2.1 – Há mobiliário (cadeiras e mesas) em quantidade suficiente e adequado à faixa etária?() **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Se NÃO:

8.3 - Onde é consumida a refeição? Pátio () Sala de aula ()

Outros: _____

8.4 – Utensílios para consumo:

Armazenados em local apropriado () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Em bom estado de conservação () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Limpeza e desinfecção adequadas () **SIM** () **NÃO** () **NSA**

Descrição dos procedimentos e produtos usados (qualidade, diluição, tempo...): _____

8.5 – Por favor, relate 03 últimos cardápios/refeições oferecidos (as) essa semana para os alunos _____

8.6 - Cite duas sugestões para obter melhorias da alimentação escolar nesta unidade:

Diretoria _____

Auxiliar de alimentação Escolar _____

Muito obrigada por sua participação!



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE NUTRIÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Av. Araújo Pinho, 32- Canela 40.110-150
Salvador – Bahia- Brasil
Telefone: (71) 3283-7727

**Projeto » Avaliação do desempenho municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar:
um estudo de caso**

ROTEIRO PARA A UTILIZAÇÃO DO INSTRUMENTO AQPC

- 1 – Observar a técnica de cocção, observando a presença de preparações fritas, cozidas e assadas.
- 2 – Quanto ao tipo de gordura utilizada, identificar a oferta de alimentos ricos em gordura saturada (embutidos/carnes vermelhas/margarina/manteiga) e em gordura insaturada (fontes de origem vegetal).
- 3 – Variedades das preparações: verificar a frequência de oferta nos cardápios sorteados conforme metodologia proposta.
- 4 – Identificar os alimentos/preparações ricos em proteína de origem animal e vegetal.
- 5 – Identificar os alimentos/preparações ricos em ferro heme e não heme.
- 6- Identificar os alimentos/preparações ricos em cálcio.
- 7- Identificar os alimentos/preparações ricos em zinco.
- 8 - Identificar os alimentos/preparações ricos em vitamina C.
- 9 - Identificar os alimentos/preparações ricos em vitamina A.

Muito obrigada por sua participação!

APÊNDICE C – Projeto de Qualificação



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE

FLÁVIA VERÔNICA MARQUES CALASANS

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO**

SALVADOR – BAHIA

2012



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

FLÁVIA VERÔNICA MARQUES CALASANS

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO MUNICIPAL DO PROGRAMA
NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO**

Projeto de qualificação do trabalho de conclusão para submissão ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Chaves dos Santos

SALVADOR – BAHIA

2012

RESUMO

O Projeto “**Avaliação do desempenho do Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso**” visa analisar alcances e limites encontrados no município de São Francisco do Conde para a implementação do PNAE e verificar a aplicabilidade de uma metodologia de avaliação do Programa, em nível local, a partir de um protocolo de indicadores. Para tanto será utilizada a metodologia de avaliação do PNAE desenvolvida por Silva (2009) realizando-se as devidas atualizações e adequações do protocolo de indicadores e instrumentos de coleta de dados e informações em relação às normas e parâmetros vigentes. Dessa forma, serão realizadas entrevistas com o gestor máximo do Programa (ou pessoa por ele designada), representante da Entidade Executora, o nutricionista responsável técnico pelo PNAE, membros do Conselho de Alimentação Escolar, auxiliares de alimentação escolar e alunos da rede municipal. Após a sistematização dos dados e informações far-se-á a análise destes a partir da aplicação do plano de análise dos resultados quanto ao desempenho da implementação do PNAE, assim como será analisada a aplicabilidade do protocolo segundo critérios selecionados.

Palavras-chave: políticas públicas; avaliação; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. DELINEAMENTO DO PROBLEMA	07
2.1. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.....	13
2.2. Avaliação de Políticas e Programas Sociais.....	
3. OBJETIVOS	18
3.1 Objetivos Gerais.....	18
3.2 Objetivos Específicos.....	18
4. METODOLOGIA	19
4.1 Modelo teórico-metodológico.....	19
4.2 Protocolo de indicadores.....	19
4.3 Aplicação da metodologia.....	22
Caracterização da área do estudo de caso.....	22
Pesquisa documental.....	22
Entrevistas com informantes-chave.....	22
Análise dos dados.....	25
4.4 Aspectos éticos da pesquisa.....	25
5. CRONOGRAMA	29
REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	
APÊNDICES	

1. INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo em expansão tendo alcançado grande visibilidade nos Estados Unidos, século XX, em consequência das transformações estruturais geradas pelas duas grandes guerras mundiais.

No Brasil, essa temática vem adquirindo notoriedade, especialmente a partir do Governo Lula da Silva, devido à ênfase conferida às políticas públicas relacionadas, dentre outros, à segurança alimentar e nutricional e que compõem a agenda pública nacional.

Nesse cenário, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que se propõe a contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar dos alunos matriculados na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio da rede pública de ensino, escolas indígenas, quilombolas e instituições filantrópicas conveniadas, por meio da suplementação alimentar, progressivamente, a partir da década de 50 do século passado.

Destaca-se que o PNAE, a partir de 1994, foi descentralizado na direção dos municípios, de tal forma que esta esfera de governo passou a ser a receptora central de recursos federais para implementar o Programa, atendendo as suas diretrizes. Em 2010 o total de recursos repassados somou aproximadamente três milhões de reais, alcançando em torno de 45 milhões de alunos (BRASIL, 2011).

Entretanto, apesar de ser a mais antiga e ininterrupta política pública em execução no Brasil, não há, até o presente, instrumentos validados para o acompanhamento global e sistemático de sua implementação nos municípios, de forma a instrumentalizar a gestão pública na tomada de decisões possibilitando o reforço, redirecionamento e reformulação das ações com vistas à otimização dos investimentos.

É nesse contexto que se apresenta este projeto de pesquisa como resultado do interesse da autora o qual foi despertado em 2009 - quando assumiu a

responsabilidade técnica da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município baiano - se consolidou com o aprofundamento de estudos nessa área - curso de especialização em Gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob forma de residência da Escola de Nutrição - Universidade Federal da Bahia (UFBA) - culminando na elaboração do trabalho de conclusão sobre a atuação do Conselho de Alimentação Escolar na gestão local do Programa.

Importante menção se faz aos projetos de iniciação científica e de pós-graduação no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvidos no Núcleo de Políticas Públicas da Escola de Nutrição / Universidade Federal da Bahia sendo coordenados pela docente orientadora dessa investigação, cujo destaque pode ser conferido ao desenvolvimento, no ano de 2009, de uma metodologia para avaliação do PNAE em nível municipal a partir de um protocolo de indicadores.

Assim, com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento de uma metodologia avaliativa abrangente e regular do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal a partir da aplicação de um protocolo de indicadores elaborados por Silva (2009) e assumindo como pergunta de partida “que fatores intervêm no desempenho municipal do PNAE nas dimensões da gestão administrativa, eficiência alimentar e nutricional e participação social?” apresenta-se este projeto que se justifica pela pertinência do tema no contexto atual, escassez de estudos na área, experiência da autora nesse campo e viabilidade de execução dentro do prazo proposto.

Na sequência serão apresentados os argumentos que delimitam o problema do estudo, os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada e o cronograma de trabalho.

2 DELINEAMENTO DO PROBLEMA

2.1 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Dentre os programas sociais brasileiros na área de Segurança Alimentar e Nutricional, pode-se destacar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - criado na década de 50 do século passado e atualmente gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – que previu beneficiar no ano de 2011, 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos utilizando o orçamento federal de 3,1 bilhões de reais (BRASIL, 2011).

Este Programa, por meio da suplementação alimentar oferecida aos escolares, objetiva contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar dos estudantes com a promoção de hábitos alimentares saudáveis desses alunos, tendo como diretrizes principais a garantia da universalidade e equidade, respeito às práticas e preferências alimentares regionais, além do atendimento às diferenças biológicas entre idades (BRASIL, 2009).

Inicialmente a implementação do PNAE ocorreu de forma centralizada de tal forma que a concentração de recursos e/ou competências e/ou poder decisório estava em posse do governo federal configurando uma tomada de decisão sem a participação popular e potencializando o uso político dos recursos (Pipitone, 1997; Stefanini, 1997; Spinelli e Canesqui, 2002) e a dominação política (Arretche, 1996).

Entretanto, na década de 80 do século passado, as profundas transformações sociais e políticas ocorridas em território brasileiro culminaram na promulgação da Constituição de 1988 e nos processos de descentralização de responsabilidade do ente federal em direção aos estados e municípios. Assim, os movimentos de “redemocratização” do Estado, a consolidação das políticas sociais e a abertura de espaços para a participação da sociedade civil na gestão das políticas públicas, embora com a diminuição da participação do Estado e das suas responsabilidades sociais, marcaram época (Pipitone *et al.*, 2003).

A partir de 1994, por meio da Lei Nº 8.913, a gestão do PNAE passou a funcionar de forma descentralizada e o poder decisório foi transferido do âmbito nacional para outras esferas de governo, com redefinição da estrutura de gestão, inclusive financeira, resultando em nova divisão de poder e de responsabilidades entre níveis federal, estadual e municipal (BRASIL, 1994; Pipitone, 1997; Stefanini, 1997; Spinelli e Canesqui, 2002; Guimarães e Giovanella, 2004).

Dessa forma, progressivamente, os recursos financeiros que inicialmente eram transferidos aos estados e municípios por meio de convênios passaram a ser enviados a estes, a partir de 1998, diretamente, sem a necessidade dos convênios, e com o atributo de serem destinados exclusivamente à compra de gêneros alimentícios. Além disso, estes entes federados assumiram a responsabilidade por todas as etapas de implementação do Programa (recebimento, complementação e administração dos recursos financeiros, elaboração dos cardápios, aquisição dos alimentos, preparo e distribuição da alimentação, controle, avaliação e prestação de contas ao FNDE) (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011).

Entretanto, contrariamente ao pensamento otimista da época sobre a descentralização de programas e políticas públicas, Arretche (1996) sinaliza que apesar desta ter a possibilidade de representar uma estratégia na qual são criadas instituições (ou de se conferir poder efetivo a elas) para viabilizar a participação dos cidadãos nas decisões públicas, o simples deslocamento de recursos e responsabilidades pode não garantir a concretização dos ideais democráticos, pois esse novo cenário poderia se configurar em uma alternativa aos limites e vícios postos pelas instituições em nível federal, assim como constituir-se, em certa medida, em instrumento de dominação em outros níveis da administração pública.

O fato é que a opção pela descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) objetivou, principalmente, o alcance da autonomia municipal; o planejamento das aquisições dos gêneros alimentícios viabilizado pela transferência de forma sistemática dos recursos financeiros e assegurando fornecimento regular da alimentação, a melhoria da qualidade das refeições, o atendimento aos hábitos alimentares regionais e locais, a diversificação e aumento da oferta de alimentos básicos em substituição aos produtos formulados; aquisição

de alimentos da região, favorecendo a economia local e reduzindo custos de transporte dos gêneros o incentivo à economia local e regional, a diminuição dos custos operacionais e além do estímulo à participação da comunidade local na execução e controle do Programa (Vieira *et al.*, 2008; Santos e Santos, 2007; Nogueira, 2004; Sturion, 2002; Unicamp, 1999; Pipitone, 1997). Mas, devido à inexistência de sistemas avaliativos torna-se inadequada a verificação do alcance ou não dos objetivos da descentralização.

Apesar das mudanças propostas a partir da descentralização do PNAE, visando à melhoria do seu desempenho, é possível observar a existência de questões limitadoras à execução do Programa, a exemplo da escassez de recursos para manutenção e/ou reforma da estrutura física das cozinhas e depósitos de gêneros; aquisição e/ou conservação de equipamentos e utensílios para o preparo das refeições; contratação de recursos humanos em número adequado (nutricionistas, cozinheiros, auxiliares dentre outros profissionais); realização de capacitações permanentes e com temáticas pertinentes; além dos processos licitatórios morosos, frequentemente em descompasso com o calendário escolar e cuja prioridade é o preço dos gêneros em detrimento da qualidade dos produtos (Vieira *et al.*, 2008; Stolarski, 2005; Sturion, 2002).

Segundo Stolarski e Castro (2007) para viabilizar a concretização da nova realidade configurada em torno da municipalização da gestão do PNAE é possível que, a depender da escolha feita pelo ente federativo baseado nas características e peculiaridades locais, a implementação do Programa seja realizada por meio de um dos seguintes modelos:

1. Escolarizado - a gestão municipal ou estadual rateia os recursos financeiros para as unidades de ensino que assumem a responsabilidade pela execução de todas as etapas para o preparo da alimentação escolar, inclusive a prestação de contas;

2. Misto - caracterizado pela distribuição dos recursos, parte em forma de alimentos e outra parte em recursos financeiros para elaboração das preparações;

3. Centralizado (autogestão) - é a forma de gestão na qual os recursos para execução do Programa são administrados pela Entidade Executora, que compra os alimentos e entrega-os às unidades de ensino ou prepara-os e distribui as refeições;

4. Terceirizado - modalidade em que uma empresa especializada é contratada para prestação de serviços de preparo de alimentação ou há apenas a contratação de recursos humanos especializados (cozinheiros e auxiliares de cozinha, por exemplo) para atuação nessa finalidade. Segundo a ONG Ação Fome Zero (2011) nesta modalidade de gestão é a Entidade Executora a responsável pela compra dos alimentos.

Importa destacar que parece não haver consenso quanto à nomenclatura adotada para o estabelecimento dos tipos ou modalidades de gestão do PNAE, embora algumas destas definições permaneçam com pontos de proximidade entre si, especialmente em relação à escolarização e terceirização – esta última a modalidade a ser focalizada neste estudo de caso. Assim, para Belik e Chaim (2009) há dois tipos de modalidades de gestão - a escolarizada e a centralizada. Sendo que é possível haver um modelo misto – pela combinação de duas modalidades ou, ainda, no sistema centralizado as Prefeituras poderão optar pela contratação de empresas fornecedoras de alimentação. Enquanto que para Chaves (2009) a gestão do Programa pode ser feita de quatro formas: escolarizada ou descentralizada; centralizada; terceirizada e semi-descentralizada.

Mas, como mencionado anteriormente, no que se refere ao modelo de terceirização dos serviços de alimentação, essa alternativa apresenta definição consensual e é considerada por algumas capitais – a exemplo de São Paulo, Curitiba e Recife – e municípios brasileiros – tais como Jequié e São Francisco do Conde (BA) – como opção para minimizar, apesar da descentralização, os fatores limitantes à execução plena do PNAE.

Por meio da realização de licitação e contrato, na terceirização pode-se delegar à empresas especializadas o planejamento e compra de gêneros alimentícios, assim como o preparo e distribuição das refeições com a utilização de mão-de-obra própria ou da Entidade Executora (geralmente a Secretaria de

Educação municipal ou estadual), cabendo a esta última a definição do cardápio assim como o controle e a monitoramento dos serviços prestados (Weis, Belik e Chaim, 2007), a realização de diagnóstico nutricional da comunidade escolar, atividades de educação alimentar e nutricional e acompanhamento da aceitabilidade das preparações.

Ressalta-se que também nesse quesito parece não haver anuência quanto às atribuições e responsabilidades dos entes no processo de terceirização. Para Nogueira (2008) às Entidades Executoras competem, por exemplo, a formulação da política de alimentação escolar municipal baseada na legislação pertinente da esfera federal ou estadual - o planejamento dos cardápios e aquisição dos gêneros alimentícios de acordo com as normas vigentes; distribuição dos alimentos às unidades educacionais; elaboração e divulgação de informações sistematizadas aos diretores das escolas para normatização do Programa; desenvolvimento profissional periódico com os funcionários operacionais das cozinhas.

Portanto devido à inexistência de instrumentos normativos que delineiem com clareza as atribuições e responsabilidades de cada ente no processo de terceirização pode haver divergências na avaliação do Programa de acordo com a execução local.

No processo de terceirização, à medida que as empresas se especializam na direção de dirimir problemas logísticos e de manutenção nota-se que as dificuldades operacionais tendem a ser minimizadas. Pode-se verificar, de um lado, que os recursos são otimizados devido à maior agilidade das decisões nos processos (aquisição de gêneros, equipamentos e utensílios assim como sua manutenção; reparos e/ou adequação da estrutura física da cozinha e área de armazenamento de alimentos; contratação, qualificação continuada e uniformização dos recursos humanos); presença mais efetiva de controle de qualidade das refeições preparadas, elaboração e aplicação de Manual de Boas Práticas, além da possibilidade de dedicação dos técnicos da Entidade Executora às atividades de supervisão do Programa (Nogueira, 2004 e 2008).

Contudo, há fatores que obstaculizam o acesso e a adesão dos municípios a esse sistema de gerenciamento. O alto custo do serviço terceirizado (Stolarski, 2005); a dificuldade das entidades executoras quanto à elaboração de editais e contratos dos serviços; os problemas relacionados ao abastecimento de alimentos geralmente agravados pela baixa qualidade provenientes de editais de compra inadequados e/ou inespecíficos; a dificuldade de avaliação e monitoramento das ações da empresa pela Entidade Executora - por exemplo na elaboração dos cardápios quanto à composição nutricional, qualidade e quantidade acarretando problemas de aceitabilidade e não cumprimento dos requisitos normativos são alguns dos elementos impeditivos à expansão dessa modalidade. (Nogueira, 2004 e 2008).

Ademais, é nesse mesmo contexto de descentralização do PNAE que, em 1994, tem-se a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar - órgão colegiado de caráter fiscalizador, deliberativo e autônomo – que instituiu-se em um importante elemento para o acompanhamento e controle social da execução do Programa (Pipitone *et al.*, 2003; Silva, 2009). Estudos destacam que os Conselhos são uma alternativa para a construção da democracia e o fortalecimento da defesa do interesse público na ação do governo, além de serem parceiros importantes no processo de gestão do sistema público (Bartholo *et. al*, 2003; Lubambo e Coutinho, 2004; Aciole, 2007).

No entanto, outros trabalhos demonstraram que os Conselhos ainda estão despreparados para desempenhar suas funções e são constituídos, em grande parte, por pessoas sem formação para o exercício das atividades, somando-se a isso os agravantes de não possuírem sede própria nem infra-estrutura adequada e seus membros não receberem, na maioria dos casos, treinamentos mínimos para controlar o uso dos recursos públicos e a qualidade dos alimentos (Silva Neto *et al.*, 2010; Medeiros, 2006).

Importante distinção se faz ao estudo realizado por Silva (2009) sobre os principais aspectos abordados nas avaliações do Programa no qual foram encontradas análises de categorias únicas ou parcialmente combinados ressaltando-se o processo de descentralização do Programa; atuação do CAE; características

nutricionais da alimentação e condições de infra-estrutura nas unidades escolares; estado nutricional dos estudantes, adesão destes ao Programa e aceitabilidade do benefício ofertado.

Outras pesquisas de relevância nesse âmbito de avaliações do PNAE, embora parciais, são o trabalho desenvolvido por Danelon *et al.* (2009) - que objetivou avaliar os modelos de terceirização e de autogestão do PNAE quanto às condições de preparo e distribuição das refeições, da higiene nas etapas de produção, da adesão, da aceitabilidade dos alunos à alimentação e aos custos do Programa decorrentes dos modelos de gestão – e a investigação conduzida por Figueiredo (2011) em que foram sistematizadas as informações de 53 pesquisas científicas publicadas no período de 1990 à 2009 relacionadas à segurança de alimentos no em escolas atendidas pelo PNAE destacando-se aspectos sobre as condições gerais das unidades de produção, água, alimentos e manipuladores.

Assim, apesar de toda estrutura instituída, a ausência de dados oficiais sobre avaliações globais, regulares e sistemáticas do PNAE, em nível municipal, após a descentralização, constitui-se em importante lacuna na área de avaliação de políticas e programas públicos, pois impossibilita ações de reorientação, reformulação e/ ou reforço destas, de maneira a otimizar a utilização dos recursos disponibilizados tendo em vista os resultados esperados (Silva, 2009).

2.2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS

Avaliação de políticas e programas sociais é um campo de estudo ainda em expansão embora suas raízes históricas remontem à segunda metade do século XVII na Europa, mais particularmente na área da administração pública (Fagundes e Moura, 2009).

Sob a denominação de *policyscience*, nos Estados Unidos (século XX), a avaliação de políticas sociais obteve maior visibilidade e valorização relacionando-se com as transformações da estrutura política, econômica, social e tecnológica geradas pelas duas grandes guerras mundiais do período onde foram gastos vultosos recursos pelos governos e agências financiadoras internacionais a fim de combater a pobreza por meio do planejamento familiar, saúde e nutrição e desenvolvimento de comunidades rurais sendo exigido, como consequência, o acompanhamento da execução das políticas e resultados esperados (Fagundes e Moura, 2009).

No Brasil, a partir da década de 70 do século passado, devido ao aprofundamento da crise do *welfarestate* intensos contrastes originados pelas desigualdades sociais entre os países, apesar do contínuo desenvolvimento de novas tecnologias, o Estado passou a ser questionado sobre a eficácia das ações interventoras na realidade social (Fagundes e Moura, 2009; Trevisan e Bellen, 2008; Costa e Castanhar, 2003).

Posteriormente, em 1980, a avaliação de programas sociais passou a ser incluída na agenda pública em virtude dos movimentos de redemocratização do Estado e início da descentralização de responsabilidade do governo federal em direção aos estados e municípios. Esse processo tomou grande força na década de 1990, no Brasil e na América Latina, quando se tornou mais relevante o debate em torno da eficiência, efetividade e eficácia da ação pública, ampliando-se, por conseguinte, a necessidade de implementação de processos avaliativos para políticas e programas sob responsabilidade governamental (Campos et. al, 2008; Pereira, Spink e Serra, 2006; Costa e Castanhar, 2003).

A incipiência e o caráter parcial e assistemático das avaliações das políticas e programas públicos são características praticamente consensuais entre estudiosos brasileiros (Santos e Santos, 2007; Costa e Castanhar, 2003), apesar do reconhecimento destes sobre a relevância e pertinência desta ferramenta de gestão no processo de implementação das políticas sociais na administração pública (Trevisan e Bellen, 2008).

Assim a carência de estudos direcionados aos processos e às metodologias de avaliação pode ser atribuída a pouca utilização desse instrumento de gestão pelo setor público brasileiro em todas as esferas do governo (Trevisan e Bellen, 2008; Souza, 2006; Faria, 2005).

Entretanto, estudos sinalizam que a utilização sistemática de processos de avaliação de programas e políticas, segundo padrões teórico-metodológicos adequados, pode oportunizar a adoção de ações com maior racionalidade técnica e gerencial, identificando êxitos e obstáculos do processo, além de intervir e potencializar o uso dos recursos para o alcance dos resultados esperados (Costa e Castanhar, 2003; Unicamp, 1999; Figueredo e Moura, 1986).

O conceito de avaliação de políticas públicas, enquanto atribuição de valor ao objeto avaliado, de modo geral, está imbuído também de uma avaliação política. Esta última consiste na análise e elucidação das razões que tornam preferível determinada política a qualquer outra, impossibilitando a existência de neutralidade nessa ação (Fagundes e Moura, 2009). Segundo Derlien (2001), avaliando-se o cenário histórico, a partir de 1960 a avaliação de políticas públicas assume prioritariamente a função de informar à sociedade a situação das ações públicas. Em 1980, em meio às mudanças no contexto político-econômico, ganham notoriedade os processos avaliativos para respaldar a alocação racional de recursos no orçamento público; o que se diferenciou da década de 1990 cuja função de legitimação foi a tônica das políticas.

De maneira equivalente, no que se relaciona aos aspectos metodológicos, a avaliação de programas utilizada por diferentes países e organismos internacionais

pode ser descrita e sistematizada didaticamente em três principais grupos, a saber: avaliação de metas, avaliação de impacto e avaliação de processos.

A avaliação de metas é o tipo mais tradicional e tem como propósito medir o grau de êxito que um programa obtém com relação ao alcance das metas previamente estabelecidas. Nessa modalidade são atribuídos valores a um conjunto de metas, definindo-se o êxito relativo do programa em função do nível de cumprimento do que foi proposto. Trata-se de um método *ex-post facto*, ou seja, requer que o programa tenha sido concluído (ou uma etapa do mesmo) para realizar a avaliação. Entre as principais limitações desse tipo avaliação, destacam-se: a dificuldade de especificar as metas de forma precisa; a existência de várias metas; a inadequada seleção de metas a serem incluídas no processo de avaliação; as mudanças nas metas ao longo da própria execução do programa (Costa e Castanhar, 2003).

A avaliação de impacto objetiva a identificação, após o encerramento do programa ou de etapas do mesmo, dos efeitos do programa social produzidos sobre uma população-alvo e não apenas verificar se as atividades previstas foram executadas. O foco desse tipo de estudo é, em síntese, detectar as mudanças ocorridas nas condições de vida de um grupo-alvo ou de uma comunidade, como resultado da implementação do programa, e se estas aconteceram na direção desejada. Um grande entrave nesse tipo de avaliação pode se configurar na obtenção de mecanismos adequados que permitam estabelecer relações causais entre as ações de um programa e o resultado final obtido (Carvalho, 2003; Costa e Castanhar, 2003).

A terceira modalidade de avaliação descrita por Costa e Castanhar (2003) refere-se à investigação sistemática do desenvolvimento de programas sociais com o propósito de detectar obstáculos e oportunidades à sua implementação e gerar dados importantes para sua reprogramação por meio do registro de eventos e atividades. É uma avaliação realizada simultaneamente ao desenvolvimento do programa, sendo também denominada de avaliação de processos ou avaliação formativa. Podem figurar como limitadores ao desenvolvimento desse tipo de avaliação o requerimento do desenho de fluxos e processos do programa além da

existência de um adequado sistema de informações gerenciais confiáveis, por exemplo.

Diante do exposto e devido à relevância e pertinência do tema apresenta-se este projeto que almeja o aprimoramento e aplicação de uma metodologia de avaliação do PNAE em âmbito municipal. O cenário de estudo será o município de São Francisco do Conde – Bahia conforme detalhado na metodologia. Assim, o projeto buscará respostas sobre os alcances e limites da implementação do Programa, tendo como pergunta norteadora “que fatores intervêm no desempenho municipal do PNAE nas dimensões da gestão administrativa, eficiência alimentar e nutricional e participação social?”.

Para tanto será adotada a modalidade de avaliação de processos tendo em vista as características peculiares do Programa, seu desenho, abrangência e adequação desta metodologia aos objetivos do estudo.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAIS

- Analisar alcances e limites encontrados no nível local para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

3.2 ESPECÍFICOS

- Atualizar a matriz de indicadores para avaliação do PNAE considerando as mudanças normativas e outros estudos avaliativos, visando a adequação;
- Reelaborar os instrumentos de coleta de dados e informações a partir do reajuste na matriz de indicadores;
- Aplicar os instrumentos propostos neste trabalho;
- Analisar a aplicabilidade do protocolo segundo critérios selecionados.

4 METODOLOGIA

4.1 Modelo teórico-metodológico

Para o desenvolvimento desse estudo-, será considerado o modelo teórico-metodológico proposto por Silva (2009) para a avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em âmbito municipal, tendo sido adotado na sua construção o conceito de avaliação de políticas públicas estabelecido por Serra (2004), no qual se atribui valor sobre o que é avaliado considerando as etapas de implementação-, em relação ao alcance das metas, os efeitos da ação e a utilidade social do objeto estudado.

4.2 Protocolo de indicadores

A metodologia avaliativa do PNAE proposta por Silva (2009) foi elaborada admitindo-se como cenário um município de grande porte e para a construção do sistema de indicadores - instrumentos de avaliação – foi necessária a realização das seguintes etapas: 1.revisão das metodologias utilizadas em pesquisas e estudos anteriores com a mesma finalidade; 2.verificação das expectativas sobre a avaliação do PNAE junto a diferentes atores sociais envolvidos na gestão, execução, controle social e beneficiários; 3.construção de uma imagem-objetivo para implementação municipal do Programa; 4.seleção e construção de indicadores, assim como definição das formas de obtenção, parâmetros e pontuação de cada um deles, os meios de verificação e o plano de análise dos resultados finais; 5.socialização e revisão do protocolo de indicadores; 6.teste de verificação da aplicabilidade dos instrumentos de coleta de dados (Silva, 2009).

No que concerne aos critérios para construção dos indicadores a autora anteriormente citada realizou a análise de variáveis e categorias até então utilizadas na avaliação do Programa, com base nas expectativas dos agentes implementadores e do público alvo, além das características e propriedades apresentadas a seguir:

- Validade – o indicador deve refletir o que se pretende avaliar;

- Factibilidade e confiabilidade – torna disponível, acessível e confiáveis informações para seu cômputo;
- Inteligibilidade – o indicador deve ser compreensível a todos os agentes envolvidos na avaliação;
- Reprodutibilidade – a fim de garantir a aplicação dos instrumentos em diferentes situações de avaliação.

Assim, os 29 indicadores contemplados na matriz original foram dispostos em três dimensões de análise as quais, por pressuposto, concorrem na direção da implementação do Programa na esfera local e se encontram sintetizadas no quadro 1 com suas respectivas definições, construídas a partir da seguinte imagem-objetivo: “o PNAE deve ser implementado em nível municipal com autonomia, participação e controle social, visando garantir a cobertura universal e o atendimento regular da população alvo na direção de somar para a segurança alimentar e nutricional entre escolares” (Silva, 2009).

Quadro 1 - Dimensões de análise propostas para a avaliação do PNAE em âmbito municipal.

Gestão	Refere-se ao conjunto de fatores administrativos, técnicos e financeiros que incidem na decisão e implementação do PNAE.
Participação e Controle Social	Detém-se ao exercício da participação social e controle no acompanhamento das ações na implementação do PNAE.
Eficiência Alimentar e Nutricional	Atém-se ao planejamento e operação do programa de forma a atender às necessidades nutricionais dos escolares, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo PNAE.

Fonte: Silva, 2009.

Na sequência foi construído o protocolo de indicadores (em anexo) o qual foi assim organizado: doze indicadores na dimensão de gestão, seis indicadores na dimensão de participação e controle social e onze indicadores na dimensão de eficiência alimentar e nutricional.

Os indicadores encontram-se dispostos em matrizes que contém a denominação de cada um deles, sua fórmula ou critério de obtenção (cálculo a ser

realizado de forma a garantir sua inteligibilidade), os parâmetros (critérios previamente estabelecidos, com base científica, a fim de permitir ao avaliador atribuir valor analisando o resultado obtido), pontuação de análise (em referência ao parâmetro estabelecido, permite a classificação dos resultados), os meios de verificação de dados (fonte pela qual os dados para o cálculo dos indicadores são obtidos), a periodicidade de aplicação (intervalo de tempo proposto para aplicação do indicador) e as premissas (justificativa para o indicador proposto) (Silva, 2009; Panelli-Martins, 2007).

A interpretação desses indicadores convergirá para dois tipos de resultados: os de processo (abrange as dimensões de gestão e participação e controle social) e os finalísticos (referente à dimensão de eficiência alimentar e nutricional). Importa destacar que a análise conjunta desses resultados retratará com maior fidedignidade a aproximação à imagem-objetivo proposta, daí a relevância desse modelo multidimensional (Silva, 2009).

Tendo em vista que a construção de um protocolo de indicadores é constituída por desafios contínuos, sendo imprescindível atentar para revisões e adaptações constantes e contextualizadas, será realizada a atualização dos indicadores com base na atualização normativa do PNAE e no desenvolvimento de outros estudos de natureza avaliativa do Programa, sendo presumível a necessidade de serem feitas algumas reformulações e ajustes cabíveis, de maneira criteriosa, buscando-se a adequação à realidade avaliada. Neste projeto será possível aplicar integralmente a metodologia em um município, o que permitirá, de uma parte, analisar a viabilidade e condição do protocolo proposto ser aplicado em situações concretas, de outra parte, serão produzidas informações que podem contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do Programa.

4.2 Aplicação da metodologia

Caracterização da área do estudo de caso

O projeto em questão tem como propósito avaliar a implementação do PNAE no município de São Francisco do Conde, situado no Recôncavo Baiano que

apresenta área geográfica de 266,6 km² e população de aproximadamente 33 mil habitantes distribuída em 19 (dezenove) localidades (IBGE, 2010).

Entretanto, dados do IBGE (2011) revelam que o município apesar de ocupar lugar de destaque no que se refere ao PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* nacional, em virtude da instalação de estatal de refinação de petróleo, apresenta posições marcadamente inferiores em se tratando de desenvolvimento social, educação e saúde.

Pesquisa documental

A pesquisa documental contemplará, além dos marcos legais do Programa e outros documentos oficiais no plano nacional e estadual, outros documentos que informem sobre a implementação local do PNAE, a saber: levantamento e análise dos registros originais de atas de reuniões, demonstrativo de Execução Físico-Financeira do Programa e relatórios disponíveis nas instituições responsáveis pela execução do PNAE relacionados ao ano de 2011.

Entrevistas com informantes-chave

O município de São Francisco do Conde – Bahia abrange em sua rede municipal de ensino 46 (quarenta e seis) instituições contemplando as seguintes modalidades da educação básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino de jovens e adultos. Desse universo, 42 (quarenta e duas) unidades escolares são de ensino fundamental estando distribuídas geograficamente na zona rural (35) e zona urbana (07).

A amostragem será realizada por meio da técnica do tipo intencional e serão adotados os seguintes procedimentos considerando quatro níveis de análise descritos a seguir:

UNIDADE DE ANÁLISE		PROCEDIMENTO
1º nível	Escolas	A amostra desse grupo será composta por seis unidades escolares do Ensino Fundamental,

		<p>sendo três escolas indicadas pelo Conselho de Alimentação Escolar e as demais sorteadas aleatoriamente do universo restante dessa categoria de ensino. Dessa maneira, serão contempladas duas escolas da zona rural, duas da zona urbana e duas da área de remanescentes de quilombos, sendo a adesão ao estudo o principal critério para sua inclusão.</p>
2º nível	Escolares	<p>De cada escola (zona rural, urbana e área de remanescentes de quilombos), após a obtenção das turmas de estudantes matriculados em cada unidade, serão sorteadas duas turmas sendo uma no turno matutino e outra no turno vespertino. Assim, seguindo o critério de adesão ao estudo, serão entrevistados todos os estudantes dessas turmas totalizando ao final do estudo 12 turmas participantes.</p>
3º nível	Gestores e Auxiliares de Alimentação Escolar	<p>Após a concordância em participar da pesquisa, a princípio, todos os gestores e um auxiliar do turno matutino e outro do turno vespertino das seis escolas participantes do estudo serão entrevistados. Em caso de haver mais de um auxiliar escolar trabalhando em cada turno haverá sorteio para determinar aquele que participará da entrevista. Por fim, serão realizadas entrevistas com seis gestores escolares e doze auxiliares de alimentação escolar.</p>
4º nível	Cardápios	<p>Serão reunidos os cardápios do ano de 2011 e agrupados em três blocos. De cada um desses grupos será sorteado 01 (hum) mês do qual serão resgatados, aleatoriamente, 10 (dez)</p>

cardápios consecutivos para efetuar as análises. Dessa maneira, para o desenvolvimento desse estudo serão analisados 30 (trinta) cardápios do ano de 2011.

Além disso, a avaliação do Conselho de Alimentação Escolar será realizada por meio de entrevistas preferencialmente com todos os representantes (titulares e suplentes), sendo definido como critério mínimo entrevistar um representante do executivo municipal, um representante da sociedade civil e um representante dos pais de alunos. A adesão ao estudo será o critério de inclusão do participante ao estudo.

Finalmente, serão realizadas entrevistas com o (a) Gestor (a) Máximo (a) do Programa no município (Secretário (a) de Educação), com o (a) Responsável Técnico (a) do PNAE e o (a) Responsável Técnico (a) da Empresa Terceirizada.

No que se refere aos roteiros de entrevistas - em anexo – serão aplicados pela própria autora do projeto e auxiliares de pesquisa devidamente treinados, sendo compostos por questões semi-estruturadas que nortearão o desenvolvimento do estudo.

Ademais, serão aplicados formulários de inspeção das condições higiênico-sanitárias das áreas de armazenamento, preparo e distribuição da alimentação escolar assim como um roteiro para análise qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora e os realmente oferecidos nas escolas. Em relação ao formulário citado serão analisados aspectos referentes ao ambiente da área externa à cantina escolar; a área de preparo de alimentos, incluindo equipamentos, utensílios e ambiente; a área de armazenamento de gêneros alimentícios, considerando o controle do prazo de validade dos produtos estocados, equipamentos e ambiente; quanto ao tipo e qualidade do abastecimento de água das escolas; às instalações sanitárias de uso pelos auxiliares da alimentação escolar, assim como os uniformes e rotinas de trabalho; ao ambiente da área de distribuição das refeições aos estudantes (Silva, 2009).

Quanto ao roteiro para análise qualitativa dos cardápios propostos pela entidade executora e os cardápios oferecidos nas unidades escolares as categorias elencadas para análise serão: técnica de cocção, verificando a presença ou ausência de preparações em que haja a utilização de óleo vegetal frito; tipos de gordura, avaliando a presença ou ausência de gordura saturada; proteína de alto valor biológico, analisando as principais fontes alimentares; a presença ou ausência de frutas, legumes e hortaliças, alimentos ricos em cálcio e ferro; avaliação da variedade ou monotonia dos alimentos e/ou preparações presentes nos cardápios (Silva, 2009).

Análise dos dados

A análise dos dados será feita por meio da avaliação das dimensões objetivando-se a aproximação à imagem-objetivo predefinida. Dessa maneira, os resultados serão pontuados conforme parâmetros estabelecidos nas matrizes de indicadores (em anexo) segundo as dimensões de análise que associam as respectivas pontuações a uma escala de cores (quadro 2) (Silva, 2009).

Alguns resultados de indicadores poderão estar vinculados à escala de valores intermediários – expressando possibilidade de adaptações -, outros, no entanto, estarão contidos na escala de resultados dicotômicos demonstrando intolerância a respostas intermediárias. Assim, todos os indicadores terão uma variação entre dez e zero admitindo-se, em alguns casos, valores medianos (Silva, 2009).

Neste trabalho serão computados os valores obtidos em cada indicador por meio da soma de seus pontos em cada dimensão do PNAE para se chegar à resultado final desta avaliação, seguindo a mesma orientação proposta no estudo original de Silva (2009).

Importa destacar que com o início do processo de atualização da matriz de indicadores já foi possível verificar a necessidade de agregar ou compilar outros indicadores aos já existentes, a exemplo de critérios para avaliação da representação do CAE em outros fóruns de controle social, condições de trabalho da equipe técnica e administrativa do PNAE, existência e adequação dos cardápios

para escolares que necessitam de atenção específica; existência de local adequado para as refeições; transversalidade do tema alimentação saudável no currículo escolar, rotatividade de pessoal; estímulo ao desenvolvimento local para a produção de alimentos, dentre outros.

Ressalta-se que para a análise ampliada do PNAE em âmbito municipal, objeto deste estudo, será relevante considerar igualmente o desempenho alcançado em cada uma das dimensões, pois é o resultado em conjunto destas que indicará o grau de proximidade entre a implementação municipal e a imagem-objetivo definida (Silva, 2009).

A análise da aplicabilidade da metodologia de avaliação do PNAE, em nível municipal, será realizada segundo os critérios estabelecidos para a construção dos indicadores - validade; factibilidade e confiabilidade; inteligibilidade e reprodutibilidade (Silva, 2009).

4.3 Aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa será submetida à avaliação do comitê de ética e pesquisa da Escola de Nutrição da UFBA seguindo todos os procedimentos baseados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares (<http://conselho.saude.gov.br>).

Apesar da inexistência de riscos à participação dos entrevistados - por se tratar de um estudo que envolve entrevistas com seres humanos e não utilizar procedimentos invasivos-, faz-se necessário o cuidado com os seguintes aspectos:

- Pedido de autorização para a realização da pesquisa, tanto da prefeitura como dos entrevistados. A todos possíveis entrevistados serão explicados os aspectos éticos da pesquisa e, se assim desejarem participar da pesquisa, deverão assinar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo) antes do início da coleta de dados evitando que sejam coagidos a participar da pesquisa;
- Sigilo na divulgação dos nomes dos entrevistados. Assim, não será, em hipótese algum, divulgado o nome dos entrevistados. Na análise do discurso serão colocados nomes fictícios ou outra forma de referência.

Quadro 2 - Escala de categorias para análise dos resultados obtidos na aplicação do protocolo de indicadores.

CATEGORIAS	PONTUAÇÃO	DESCRIÇÃO
DESEMPENHO ÓTIMO	Atinge $\geq 75\%$ do total de pontos possíveis em cada uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge a maior parte dos resultados esperados para as dimensões avaliadas, convergindo para uma implementação que favorece o alcance dos resultados processuais e finalísticos, de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO SATISFATÓRIO	Atinge $\geq 50\%$ a $< 75\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge parcialmente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que pode dificultar a o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
DESEMPENHO INSATISFATÓRIO	Atinge $\geq 26\%$ a $\leq 49\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que o PNAE no município atinge minimamente os resultados esperados em pelo menos uma das dimensões avaliadas, o que torna insuficiente o alcance dos resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.
SEM DESEMPENHO	Atinge $\leq 25\%$ do total de pontos possíveis em pelo menos uma das dimensões	Significa dizer que a implementação do PNAE no município não alcança resultados processuais e finalísticos de acordo com a imagem-objetivo proposta.

REFERÊNCIAS

ACIOLE, G.G. Das dimensões pedagógicas para a construção da cidadania e o exercício do controle social. **Revista Interface**, Botucatu, v. 11, n. 23, set./dez. 2007.

ARRETCHE, M.T.S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, p. 44-56, 1996.

BARTHOLO Jr, R.S. *et al.* Democracia, participação e direito: o papel dos conselhos nas políticas sociais brasileiras. In: **VIII Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública**. Panamá. 2003 Anais do VIII Congreso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública. 2003, p. 28-31. Disponível em: <http://www.clad.org.ve>.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, set./out., 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: República Federativa do Brasil; **Alimentação escolar** [2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar> Acesso em 12 abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resolução CD/FNDE Nº 038**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Disponível em: http://www.fnde.com.br/home/index.jsp?arquivo=/alimentacao_escolar.html Acesso em: 12 abr. 2011.

BRASIL. **Organização Não-Governamental Ação Fome Zero** (ONG). Disponível em: <http://www.acaoafomezero.org.br/SitePages/G.aspx> Acesso em: 13 nov. 2011.

BRASIL. Presidência da República, **Lei nº 8.913**, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8913.htm Acesso em: 08 out. 2011.

CAMPOS, M.F.H. *et al.* **Avaliação de políticas e programas governamentais: experiências no mestrado profissional**. s.l., s. ed., jan./jun., 2008.

CARVALHO, S.N. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

CHAVES, L.G. **Profucionário**: curso técnico de formação para os funcionários da educação. Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD. Universidade de Brasília, 2009. 84 p.

COSTA, F.L.; CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set.-out. 2003.

DANELON, M.S.; DANELON, M.A.S.; SILVA, M.V. Programa Nacional de Alimentação Escolar: experiências da autogestão e da terceirização. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 110-133, 2009.

DERLIEN, H. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2001.

FAGUNDES, H.; MOURA, A.B. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 89-103, jan./jun. 2009.

FARIA, C.A.P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FIGUEIREDO, K.V. **A segurança de alimentos em escolas atendidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar**: o que revela a produção científica publicada entre 1990 e 2009. 2011. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FIGUEREDO, M.F.; FIGUEREDO, A.M.C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Rev. Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set/dez. 1986.

GUIMARÃES, L.; GIOVANELLA, L. Entre a cooperação e competição: percursos da descentralização do setor saúde no Brasil. **Rev. Panamericana Salud Publica**, s.l., v. 16, n. 4, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_bahia.pdf> . Acesso em: 20 jul. 2011.

LANATA C.F. Na evaluation of quality assurance sampling to monitor improve immunization coverage. **Int J Epid**, s.l., v. 19, n. 4, p. 1086-1090, 1990.

LUBAMBO, W.C.; COUTINHO, G.H. Conselhos gestores e o processo de descentralização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 62-72, 2004.

MEDEIROS, P. O Controle Social e o Tribunal de Contas da União: O Caso dos Conselhos de Alimentação Escolar. In: II Encontro de Administração Pública e Governança. São Paulo: **ENAPG**, 2006. Disponível em: <<http://www.ticontrôle.gov.br/portal/pls/portal/docs/769715.PDF>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

NOGUEIRA, R.M. Terceirização do Programa de Alimentação Escolar. **CRN-3 Notícias**. 2008. Disponível em: <www.crn3.org.br/atualidades/revistas/.../edicao_090_artigo.pdf>. Acesso em: 10 out. 2009.

_____ **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como uma política pública: o caso de Campinas – SP**. 2004. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.

PANELLI-MARTINS, B. **Análise de método de avaliação de segurança alimentar e nutricional**: uma contribuição à política municipal de SAN. 2007. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

PEREIRA, L.CB.; SPINK, P.; SERRA, M.G. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

PIPITONE, M.A.P. **Programa de Alimentação Escolar: um estudo sobre a descentralização, escola e educadores**. 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

PIPITONE, M.A.P. *et al.* Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa de alimentação escolar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 143-154, 2003.

ROSETO-BIXBY *et al.* Monitoring a primary health care program with Lot Quality Assurance Sampling. **Health Policynad Planning**, s.l., v. 5, n. 1, p. 30-39, 1990.

SANTOS, S.M.C.; SANTOS, M.P.S. Avaliação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e combate à fome no período de 1995 – 2002.4 – abordagem metodológica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029 – 1040, mai. 2007.

SILVA NETO, J.M.; RIBEIRO, R.P.; LEITE, H.C.T. Avaliação das variáveis restritivas à qualidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar com inserção à gestão estratégica de recursos públicos. **RECADM**, v.9, n.1, p.76-89, mai. 2010.

SILVA, A.V. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em âmbito municipal**: subsídios para o desenvolvimento de uma metodologia. 2009. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) - Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul./dez. 2006.

SPINELLI, M.A.S.; CANESQUI, A.M. O Programa de Alimentação Escolar em Mato Grosso: centralização à descentralização (1979 - 1995). **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 105-117, jan./abr. 2002.

STEFANINI, M.L.R. **Merenda escolar**: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança. 1997. São Paulo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

STOLARSKI, M.C. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil**: análise de uma política pública no período de 2003-2004. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

STOLARSKI, M.C.; CASTRO, D. Caminhos da Alimentação Escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, s.l., n. 113, p. 31-58, jul./dez. 2007.

STURION, G. L. **Programa de alimentação escolar**: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TREVISAN, A.P.; BELLEN, H.M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, mai./jun. 2008.

Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Projeto: desenho e implantação de estratégia de avaliação. Campinas: Unicamp, 1999.

VIEIRA, M.N. *et al.* Gestão de um programa de alimentação escolar em um município paulista. **Segurança Alimentar e Nutricional**, s.l., v. 15, n. 1, p. 29-48, 2008.

WEIS, B.; CHAIM, N.A.; BELIK W. **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar**. 3. ed. São Paulo: Margraf, 2007. 145p.